

Luiz Henrique De Lucca Munaier

**O patrimônio cultural e a memória: uma visão dos moradores
de Sabará-MG**

Belo Horizonte
MACPS - Escola de Arquitetura da UFMG
2015

Luiz Henrique De Lucca Munaier

**O patrimônio cultural e a memória: uma visão dos moradores
de Sabará-MG**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Orientador: Dr. Leonardo Barci Castriota

Co-orientador: Dr. Juca Villaschi

Belo Horizonte
MACPS - Escola de Arquitetura da UFMG
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

M963p

Munaier, Luiz Henrique de Lucca .

O patrimônio cultural e a memória [manuscrito] : uma visão dos moradores de Sabará-MG / Luiz Henrique de Lucca Munaier. - 2015.

138f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio cultural - Sabará (MG) - Teses. 2. Memória coletiva - Sabará (MG) - Teses. 3. Sabará (MG) - Teses. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.


CDD 350.85

Luiz Henrique De Lucca Munaier

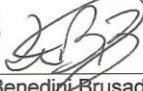
" O patrimônio cultural e a memória: uma visão dos moradores de Sabará-MG".

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Juca Villaschi (UFOP - co-orientador)



Prof. Dr. Leandro Benediti Brusadin (UFOP)



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (EA/UFMG - orientador)



Profa. Dra. Marieta Cardoso Maciel (EA/UFMG)

Belo Horizonte, 13 de maio de 2015.

Dedicatória

A toda minha família.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, responsável por todas as bênçãos e todas as lições de minha vida. Aos meus guias espirituais e meus anjos da guarda, que nunca me abandonaram em nenhum momento desta caminhada.

Em especial ao meu orientador Leonardo Barci Castriota, que me guiou durante esta difícil, mas gratificante caminhada dentro do Mestrado. Sem seus ensinamentos e seus direcionamentos não seria capaz de conseguir chegar até aqui.

Ao meu co-orientador Juca Villaschi, que apareceu em momento mais que oportuno, me dando o apoio necessário e a força incentivadora que tanto me ajudaram no final.

A toda a minha família que me apoia, de uma forma ou de outra, nessa caminhada quase solitária de estudos.

Em especial à minha irmã Fabiana, a grande incentivadora para que eu fizesse este curso, e também a que mais me ajudou durante todo o processo.

Aos moradores de minha querida Sabará, tão solícitos nas aplicações dos questionários e das entrevistas.

Memória

*Amar o perdido
deixa confundido
este coração.*

*Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão*

*Mas as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.*

Carlos Drummond de Andrade

Resumo

Com o passar do tempo é percebido um interesse progressivo em relação à preservação do patrimônio cultural como um todo, enquanto importante formador da memória de uma determinada comunidade. Este trabalho investiga as relações entre este patrimônio cultural e a memória, sob a ótica dos moradores do município de Sabará, localizado a vinte e dois quilômetros do centro da capital mineira, Belo Horizonte. Sabará possui importante acervo das três fases do barroco mineiro, o que torna o município um exemplo respeitável de todo o processo histórico nacional e estadual. Na primeira parte do trabalho será dada maior atenção às questões conceituais dos temas propostos que serão a base norteadora para a pesquisa. A revisão bibliográfica é ponto fundamental nesta primeira parte conceitual do trabalho. Após as devidas conceituações o autor irá relacionar os instrumentos legais de preservação com um histórico do IPHAN e das leis de preservação no município, todos ilustrados com exemplos encontrados em Sabará. Nesta parte será feito um levantamento das políticas públicas em esfera nacional e municipal, incluindo aqui o resultado atual do ICMS cultural e sua devida importância. Para tanto, o trabalho será pautado em três diferentes metodologias, a primeira será a aplicação de questionários semiabertos aos moradores, na segunda será aplicado junto ao questionário a metodologia de percepção de fragmentos do patrimônio, e a última metodologia se trata de entrevistas aplicadas aos moradores residentes em casas tombadas pelo município e a entrevista feita com o órgão público responsável pela gestão do patrimônio no município.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Memória. Sabará. Comunidade.

Abstract

With the passage of time is perceived a progressive interest in the preservation of cultural heritage as a whole, as an important maker of memory of a specific community. This paper investigates the relationship between this cultural heritage and memory from the perspective of the residents of the city of Sabara, located twenty-two kilometers from the center of state capital, Belo Horizonte. Sabara has an important collection of three phases of the Minas Gerais baroque, which makes the city a respectable example of a national and state historical process. In the first part of the work will be given more attention to conceptual issues of the themes that will be the guiding basis for the proposed research. The literature review is a fundamental point in this first part of the conceptual work. To appropriate concepts the author relates the preservation of legal instruments with a history of IPHAN and preservation laws in the city, all illustrated with examples found in Sabara. In this part a survey of public policy at the national and municipal level, including cultural ICMS here over the years will be done. Therefore, the work will be guided by three different methodologies, the first will be the application of half-open questionnaires to residents, the second will be applied by the questionnaire methodology of fragments perception of heritage, and the latter methodology it comes to interviews applied to residents residing in homes listed by county and the interview with the public agency responsible for heritage management in the county.

Keywords: Cultural Heritage. Memory. Sabara. Community.

Lista de imagens (Mapas)

Imagem 1 – Sabará.....	17
Imagem 2 – Centro histórico delineado pelo autor.....	21
Imagem 3 – Praça Santa Rita.....	27
Imagem 4 – Praça Melo Viana.....	28
Imagem 5 – Distância Sabará-Belo Horizonte.....	32

Lista de tabelas

Tabela 1 – Faixa etária.....	25
Tabela 2 – Margem de erro.....	27
Tabela 3 – Calendário de Eventos Culturais em Sabará.....	42
Tabela 4 – Base para pontuação.....	78
Tabela 5 – Inventário de proteção ao acervo cultural.....	78
Tabela 6 – ICMS cultural exercício 2015.....	80
Tabela 7 – Bens tombados pelo IPHAN em Sabará.....	82

Lista de fórmulas

Fórmula 1 – Cálculo amostral.....	25
Fórmula 2 – Cálculo amostral simplificado.....	26

Lista de fotos

Foto 1 – Praça Santa Rita.....	28
Foto 2 – Praça Melo Viana.....	29
Foto 3 – Profeta - Congonhas.....	35
Foto 4 – Pintura de Manuel da Costa Ataíde.....	36
Foto 5 – Capela de Sto Antônio.....	36
Foto 6 – Interior Capela Sto Antônio.....	37
Foto 7 – Capela de Sant’ana.....	37
Foto 8 – Interior Capela de Sant’ana.....	38
Foto 9 – Interior Capela de Sant’ana.....	38
Foto 10 – Igreja Nossa Senhora do Carmo.....	39
Foto 11 – Interior Igreja Nossa Senhora do Carmo.....	39
Foto 12 – Teatro Municipal.....	41
Foto 13 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	58
Foto 14 – Capela Nossa Senhora do Ó.....	59
Foto 15 – Igreja nossa Senhora do Carmo.....	60
Foto 16 – Igreja Nossa Senhora das Mercês.....	60
Foto 17 – Igreja Nossa Senhora do Rosário.....	61
Foto 18 – Capela de Nossa Senhora do rosário (Cuiabá).....	62
Foto 19 – Capela de Santa Efigênia (Cuiabá).....	63
Foto 20 – Igreja de Nossa Senhora da Lapa (Ravena).....	64
Foto 21 - Conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e antiga fábrica de tecidos de Marzagão.....	65
Foto 22 – Chafariz do Kaquende.....	66
Foto 23 – Festival da Jabuticaba.....	68
Foto 24 – Centro Cultural José Costa Sepúlveda.....	69
Foto 25 – Museu do Ouro.....	71
Foto 26 – Imóvel tombado Rua Abreu Guimarães nº192.....	115

Foto 27 – Imóvel tombado Rua São Pedro nº74.....115

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Faixa etária.....	25
Gráfico 1 – Sexo.....	86
Gráfico 2 – Tempo que reside em Sabará.....	87
Gráfico 3 – Faixa etária.....	88
Gráfico 4 – Escolaridade.....	89
Gráfico 5 – Conhece a história da cidade.....	90
Gráfico 6 – Importância do patrimônio cultural.....	91
Gráfico 7 – Símbolo de Sabará.....	92
Gráfico 8 – Local onde levaria alguém.....	94
Gráfico 9 – Quem é o responsável pela preservação.....	95
Gráfico 10 – A proximidade entre Sabará e BH.....	96
Gráfico 11 – Importância dada para a preservação.....	97
Gráfico 12 – A preservação para a atividade turística.....	98
Gráfico 13 – Como avalia a situação do patrimônio.....	98
Gráfico 14 – Nota para o setor da Gestão do patrimônio.....	99
Gráfico 15 – Considera importante essas pesquisas.....	101

Lista de abreviaturas e siglas

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ONG - Organização não Governamental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCH – Programa de Cidades Históricas

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

T.I – Tecnologia da Informação

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - United Nations Education Science and Culture Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

Sumário

Introdução.....	17
1-Em busca de uma metodologia para um centro histórico.....	23
2-Sabará.....	32
2.1-Breve histórico.....	32
2.1.1-Fases do Barroco mineiro.....	33
2.1.2-Cenário cultural.....	41
3-Patrimônio cultural: dimensões de um conceito.....	45
3.1- Conceitos e instrumentos legais.....	45
3.1.1-O patrimônio material.....	49
3.1.2-O patrimônio imaterial.....	51
3.2-Como preservar	54
3.2.1-Proteção legal.....	57
3.2.2-O tombamento.....	57
3.2.3-O registro.....	67
3.2.4-Conservação.....	68
3.2.5-Documentação.....	69
3.3-O Patrimônio e a memória.....	73
3.4-Políticas públicas do patrimônio em Sabará.....	77
3.4.1-ICMS cultural.....	77
3.4.2-IPHAN.....	81
4- O Patrimônio e a memória: Uma visão dos moradores de Sabará.....	85
Considerações finais.....	118
Referência bibliográfica.....	122
Apêndices.....	125
Apêndice A-Questionário.....	125

Apêndice B-Entrevista com residente de patrimônio tombado em Sabará/Mg.....	133
Apêndice C-Entrevista com o (a) responsável pela gestão do patrimônio cultural na prefeitura municipal de Sabará/Mg.....	134
Anexo-Lista de bens tombados pelo município.....	136

Introdução

O objeto do presente estudo é a visão dos moradores de Sabará-MG sobre o patrimônio cultural e suas relações com a memória, estudo este que se insere no âmbito de trabalho para obtenção do título de mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Como pano de fundo para este estudo será escrutinado um centro histórico específico, no qual vão se utilizar as metodologias escolhidas.

O município de Sabará é um dos mais importantes núcleos históricos de todo o estado, localizado a aproximadamente 22 quilômetros do centro da capital do estado Belo Horizonte, possui acervo em seu patrimônio cultural de todas as três fases do barroco mineiro.

Imagem 1 - Sabará



Fonte: Site IBGE

A motivação para tal estudo se deu por conta da percepção do autor no que diz respeito ao baixo nível de pertencimento da população sabarense em relação ao seu próprio patrimônio.

Tendo o autor já trabalhado na Secretaria de Turismo do município, e sendo membro atualmente do Conselho de Turismo (COMTUR), ocupando a cadeira de acadêmico da área de turismo, pôde-se perceber ao longo dos anos que além da falta de apropriação do patrimônio pelos moradores, os mesmos não

dão a devida importância para a preservação e se fazem, muitas das vezes, os próprios vilões a depredar o que deveria ser preservado. Sabará vem perdendo suas características históricas a cada ano e este trabalho visa à construção de indicadores que possibilitem nortear ações de educação patrimonial e de resgate da memória do sujeito morador.

Como sabemos, o patrimônio cultural de uma comunidade diz respeito a tudo aquilo que a identifica com aquele espaço, incluindo-se desde prédios, ruas, praças e monumentos que mostram as modificações e sobreposições da formação da dinâmica urbana de uma comunidade, até aspectos culturais intangíveis que nos contam da formação de um grupo humano, tais como a língua, os ritos, as crenças e os costumes.

É importante compreender que, no caso desses aspectos culturais intangíveis, não se realiza um tipo de “engessamento” em sua salvaguarda, pois se faz presente uma contínua modificação, como bem colocado na primeira parte do livro “PATRIMÔNIO CULTURAL – Conceitos, políticas, instrumentos”:

A antropologia reforça essa perspectiva ao apontar para o fato de que todos os sistemas culturais, mesmo aqueles tradicionais, estão em contínuo processo de modificação. Não haveria, assim, uma cultura estática, e o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo. (CASTRIOTA. 2009, P.22).

A memória, individual ou coletiva, faz parte de todo este processo de resgate de valores e de preparação dos mesmos valores para gerações futuras. A palavra memória vem da mitologia, da deusa grega *Mnemosine*, a mãe das musas que protege as artes e a História, era ela que proporcionava a transmissão dos conhecimentos do passado entre os mortais. Era aquela que preservava do esquecimento¹.

A questão da preservação da memória, por meio da preservação de todo o contexto que o patrimônio envolve passa também pela autoestima da própria população se, por um lado, uma parcela dos moradores percebe esta preservação como fator importante para a construção da memória e conseqüentemente desta autoestima, por outro lado outra parcela considera

¹ Para mais sobre “*Mnemosine*” ver “Mito e Pensamento” de Jean Pierre Vernant.

um atraso manter prédios, festividades, modos de fazer, etc. Esta seria quase uma afronta à evolução natural que as cidades, para alguns, têm que acompanhar.

Quando se busca na história da preservação algo relacionado à questão da junção cidade com o patrimônio, pode-se observar, por exemplo, a Carta de Atenas, de 1933², onde já é possível perceber uma recomendação para que novas construções respeitem o caráter das cidades, sobretudo das cidades vizinhas de monumentos antigos. Já a partir dos anos 1960, sobretudo na década de 1970, a relação do patrimônio com a cidade sofre alteração, pois surge a ideia da necessidade de inclusão e junção das questões patrimoniais com as do planejamento urbano, como é possível perceber no caso do Brasil o PCH (Programa de Cidades Históricas), como descrito no artigo “*PAC Cidades Históricas – oportunidade para a conservação integrada?*”:

Neste quadro, cabe se destacar o Programa de Cidades Históricas (PCH), criado em 1975, que introduziu mudanças nos conceitos dominantes, ao propor a reinserção de bens imóveis nas cidades como “elementos dinâmicos”, não mais os tratando apenas como objetos estéticos. Outro aspecto inovador do PCH foi o estímulo dado às atividades culturais locais, como possíveis geradoras de uso para os monumentos históricos, o que permitiu um envolvimento mais próximo da comunidade local nas ações de preservação. Inicialmente implantado nas cidades do Nordeste, onde deveria articular ações ligadas ao turismo, o PCH se expandiu para todo o território nacional durando dez anos e financiou 193 projetos, entre os quais 10 intervenções em conjuntos urbanos e 15 planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano. (CASTRIOTA *et al.*, 2010, p.101)

Ou seja, aqui se começa a pensar na inclusão do patrimônio nos processos de produção do espaço urbano, ficando perceptível que o debate patrimonial passa a entrar na problemática urbana, deixando de se considerar patrimônio cultural apenas o monumento excepcional em pedra e cal.

Para que seja feito um estudo relacionado a essa temática anunciada anteriormente, o autor irá partir de um objetivo geral, que é ***levantar e analisar dados relacionados ao patrimônio cultural e à memória do morador de Sabará-MG***, assim como seu nível de pertencimento com o município. A partir deste objetivo geral, foram propostos três objetivos específicos. São eles, ***compreender a relação do morador com sua cidade e a sua história***,

² Disponível no site do IPHAN. Para atualização das cartas patrimoniais ver <http://www.iphan.gov.br>

identificar o papel do poder público na construção e manutenção da memória do morador, através do levantamento de bens tombados e estabelecer relações entre o nível de pertencimento do morador e o atual papel do poder público.

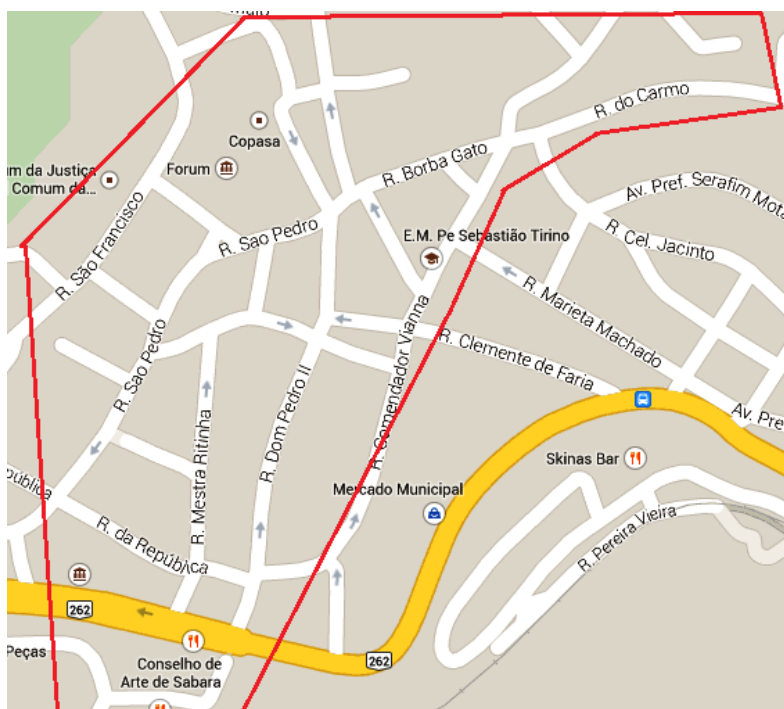
Só com estes objetivos foi possível traçar algumas hipóteses a serem confrontadas com a pesquisa proposta e toda a sua metodologia. ***A primeira hipótese é a de que a população sabarense, em sua maioria, não se identifica com a história do município***, o que leva à segunda hipótese, ***um dos possíveis motivos para essa falta de identificação do morador seria a proximidade entre Sabará e Belo Horizonte, que se constitui como um fator negativo***. Trancando-se essas hipóteses, fechamos com uma terceira hipótese, a de que ***os entrevistados, em sua maioria, consideram fundamental a preservação e conservação do patrimônio-histórico cultural de Sabará.***

Para se investigar essas hipóteses, o autor utilizou diferentes metodologias a fim de se aprofundar mais nas questões propostas. Noventa e seis questionários, número obtido a partir de cálculo amostral, foram aplicados separadamente nas duas principais praças do centro histórico estudado pelo autor, a Praça Santa Rita (praça do coreto) e a Praça Melo Viana. A escolha dos locais de aplicação destes questionários se deu pelo alto fluxo constante de moradores advindos de todos os bairros do município, são os locais de maior concentração de serviços como bancos, lotéricas, escolas, etc.

Dentro deste questionário foi utilizada também outra metodologia, a de percepção da memória a partir da mostra de fotos de fragmentos do patrimônio local. Finalmente, a terceira e última metodologia utilizada foram as entrevistas semiestruturadas, entrevistando-se o responsável pela gestão do patrimônio em Sabará e também onze moradores residentes de imóveis tombados pelo município. Neste ponto, entra em nossas considerações uma discussão mais elaborada: a eficácia ou a falta dela no caso dos tombamentos de imóveis a nível municipal e a importância dada pelo morador para essa ferramenta de proteção ao patrimônio.

A discussão da complexidade da prática preservacionista vai além da gestão pública apenas, deve existir uma interface entre a população local, a gestão pública e a prática da preservação patrimonial.

Imagem 2 – Centro histórico delineado pelo autor



Fonte: Google Maps

A delimitação do centro histórico a ser utilizado nesta pesquisa vai desde as ruínas do casarão de Melo Viana, passando pelo chafariz do Kaquende e principais ruas do bairro centro, até a Rua do Carmo e a Igreja Nossa Senhora do Carmo. A escolha deste recorte espacial se deu pela tentativa de buscar respostas mais específicas e objetivas quanto ao tema proposto, tendo em vista que esta área delimitada concentra a maior parte do acervo do patrimônio cultural do município, acervo este presente nas metodologias propostas.

O presente trabalho é dividido em cinco capítulos principais, e suas devidas subdivisões, além das referências bibliográficas e dos anexos. Para se atingir todos os objetivos propostos, o primeiro capítulo trata de toda a metodologia utilizada.

Três diferentes tipos de metodologias foram empregadas, começando com os questionários semiabertos aplicados a moradores que, por motivos diferentes, utilizam serviços do centro histórico, passando pela percepção de fragmentos

de patrimônio cultural imóvel (a fim de se avaliar a memória), finalizando com uma entrevista com a pessoa responsável pela gestão do patrimônio no município e também com onze moradores residentes de imóveis tombados pelo município. Este número de onze moradores é baseado na lista dos imóveis tombados pelo município, fornecida pela Secretaria de Cultura de Sabará.

O primeiro capítulo trata das conceituações por trás do significado de patrimônio cultural e dos instrumentos legais, trazendo, além disso, um breve histórico do município de Sabará, de seu cenário cultural e das relações entre a memória e o patrimônio cultural. É neste capítulo também que se ilustraram as fases do barroco mineiro e de situações dentro da cidade no que diz respeito ao tombamento, registro, documentação, etc.

Para se aprofundar mais nas relações que o município tem com as políticas de preservação, o terceiro capítulo irá tratar exatamente destas políticas, dando maior atenção ao ICMS cultural e ao histórico do IPHAN dentro de Sabará.

O quarto capítulo irá apresentar todos os resultados obtidos com a metodologia aplicada, desde gráficos com suas devidas análises até as entrevistas aplicadas à pessoa responsável pela gestão do patrimônio no município e também com os residentes de imóveis tombados.

Por último, e não menos importante, o autor encerra os capítulos deste trabalho com suas considerações finais do tema proposto e dos resultados finais.

1- Em busca de uma metodologia para um centro histórico

Antes de aprofundar na escolha metodológica, é importante ressaltar que toda a pesquisa foi calcada em uma proposta interdisciplinar, na qual os campos do saber mencionados não foram apenas confrontados em suas especificidades a partir do trânsito de seus conhecimentos. Demo (1998) define a interdisciplinaridade “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real” (p. 88-89). Portanto, o objetivo e os esforços desta pesquisa estão na tentativa de estabelecer uma verdadeira interface e marco integrador entre a memória e o patrimônio cultural da cidade de Sabará sob a ótica do morador.

A metodologia se iniciou com a coleta de dados. A análise das informações obtidas, somada à análise dos dados obtidos em pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas e pesquisas de gabinete, é de fundamental importância para a percepção quanto memória dos moradores de Sabará sobre a sua cidade e suas possíveis relações com o patrimônio local.

Na primeira parte foi feita uma revisão bibliográfica a fim de se estabelecer corretamente os conceitos de cada tema e conteúdos a serem desenvolvidos nesta pesquisa. Etapa importante para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele define os objetivos da pesquisa, as hipóteses, e também define qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados. Logo após este embasamento teórico foi realizada a pesquisa de campo.

As pesquisas de campo podem ser dos seguintes tipos (MARCONI & LAKATOS, 1996):

a) Quantitativo-Descritivas: investigação empírica, com o objetivo de conferir hipóteses, delineamento de um problema, análise de um fato, avaliação de programa e isolamento de variáveis principais (MARCONI & LAKATOS, 1996). É uma pesquisa quantitativa, que usa técnicas de coleta de dados, que podem ser: entrevistas, questionários, formulários, etc.

b) Exploratórias: têm como finalidade aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o assunto estudado. Pode ser usada, para facilitar a elaboração de um questionário ou para servir de base a uma futura pesquisa, ajudando a formular hipóteses, ou na formulação mais precisa dos problemas de pesquisa (MATTAR, 1996). Também visa clarificar conceitos, ajudar no delineamento do projeto final da pesquisa e estudar pesquisas semelhantes, verificando os seus métodos e resultados. Como método de coleta de dados, utiliza questionários, entrevistas, observação participante, etc.

c) Experimentais: têm como objetivo testar uma hipótese tipo causa-efeito. Esse tipo de estudo utiliza projetos experimentais que incluem os seguintes fatores: grupo de controle, seleção da amostra probabilística e manipulação de variáveis independentes com o objetivo de controlar ao máximo os fatores pertinentes (MARCONI & LAKATOS, 1996). Podem ser utilizadas no campo ou no laboratório. No estudo de campo, visa a compreensão de aspectos da sociedade. A pesquisa de laboratório é o estudo de pessoas, animais ou minerais em ambientes controlados, sendo o tipo de pesquisa mais difícil de ser conduzida, porém mais exata.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a quantitativa descritiva, buscou-se a comprovação, ou não, de hipóteses através de diferentes metodologias, como questionários semiestruturados e entrevistas.

No caso específico de Sabará, levando em conta a população estimada pelo último censo do IBGE (2010) de 126.269 habitantes, buscou-se realizar um recorte mais específico por faixa etária, com o intuito de se fazer um paralelo entre as opiniões dos moradores, será feita uma divisão dos questionários a serem aplicados, sendo metade para cada faixa etária:

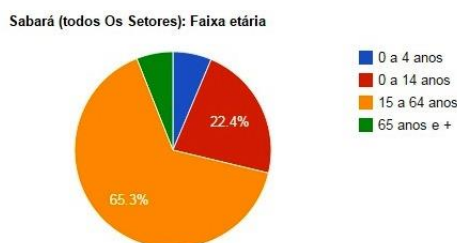
-de 15 anos até 39;

-acima dos 39 anos.

A escolha dessa divisão das faixas etárias se deu para que o autor encontrasse uma maior objetividade e entendimento quanto à visão dos moradores mais novos e também os mais idosos.

Como demonstra o gráfico e o quadro abaixo, esta faixa etária representa 76,1% da população total de Sabará, ou 96.090 do total populacional, segundo o último censo do IBGE (2010):

Gráfico 16 – Faixa etária



Fonte: Site IBGE

Tabela 1 – Faixa etária

Faixa etária	População	Porcentagem
0 a 4 anos	8586	6,8%
0 a 14 anos	30178	23,9%
15 a 64 anos	88009	69,7%
65 anos e +	8081	6,4%

Fonte: Site IBGE

A partir destes dados, e considerando 10% de erro amostral e 90% de nível de confiança, na segunda parte serão aplicados 96 questionários semiestruturados na forma de entrevistas. O cálculo da quantidade de questionários a serem aplicados foi feito a partir da calculadora de amostras on line³, calculadora esta que utiliza a fórmula descrita abaixo:

Fórmula 1 – Cálculo amostral

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}$$

Fonte: Site www.calculoamostral.vai.la

Onde:

n = O tamanho da amostra que queremos calcular

³ SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. *Cálculo amostral*: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em 13.nov.2014.

N = Tamanho do universo (96.090)

Z = É o desvio do valor médio que aceitamos para alcançar o nível de confiança desejado. Em função do nível de confiança que buscamos, usaremos um valor determinado que é dado pela forma da distribuição de Gauss. Os valores mais frequentes são:

Nível de confiança 90% -> Z=1,645

Nível de confiança 95% -> Z=1,96

Nível de confiança 99% -> Z=2,575

e = É a margem de erro máximo que eu quero admitir (10%)

p = É a proporção que esperamos encontrar. Este parâmetro tende confundir bastante à primeira vista: Como vou saber qual proporção, se justamente estamos fazendo uma pesquisa para conhecer esta proporção?

A razão pela qual esta proporção “p” aparece na fórmula é que quando uma população é muito uniforme, a convergência para uma população normal é mais precisa, permitindo reduzir o tamanho da amostra. Se não se tem ideia do que deve-se esperar, a opção mais prudente é usar este cenário: a população se distribui em partes iguais, logo p=50%.

É possível simplificar a fórmula anterior quando se trabalha com universos de tamanhos expressivos (se considera expressivo a partir de 100.000 indivíduos), resultando na seguinte fórmula:

Fórmula 2 – Cálculo amostral simplificado

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{e^2}$$

Fonte : Site www.calculoamostral.vai.la

No quadro abaixo fica simplificado todo este processo de cálculo amostral:

Tabela 2 – Margem de erro

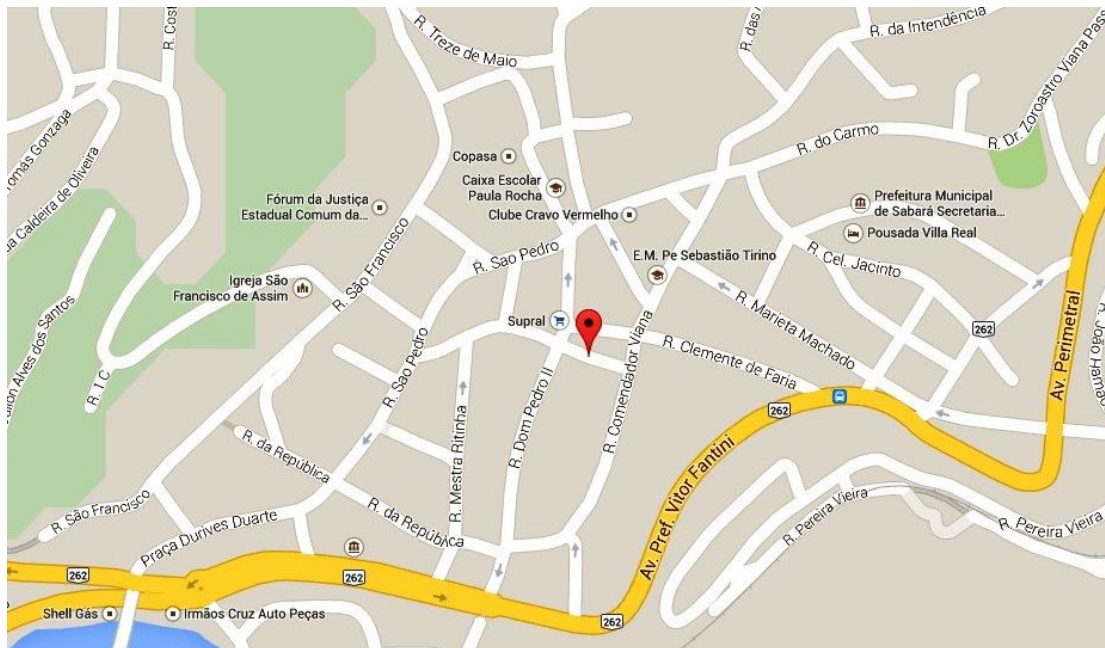
População	Margem de erro		
	10%	5%	1%
100	50	80	99
500	81	218	476
1.000	88	278	906
10.000	96	370	4.900
100.000	96	383	8.763
1.000.000+	97	384	9.513

Fonte: Site www.calculoamostral.vai.la

Essas entrevistas em formato de questionários foram aplicadas aos moradores nas duas principais praças existentes ao longo de todo o centro histórico:

-Praça Santa Rita (Localizada próxima à Rua Dom Pedro II, antiga Rua Direita, e próxima à Prefeitura Municipal de Sabará):

Imagem 3 – Praça Santa Rita



Fonte: Google Maps

Foto 2 – Praça Melo Viana



Fonte: Autor, 2014.

A escolha destas praças é estratégica e se deve ao alto fluxo constante de moradores todos os dias da semana.

O centro histórico da cidade de Sabará concentra a maioria dos serviços indispensáveis à toda a população, como loterias, Fórum da justiça e Fórum do trabalho, todas as agências de bancos disponíveis no município além de várias escolas públicas e particulares. Isso faz com que o fluxo de moradores da cidade, advindo de todos os bairros, seja constante e diário.

Juntamente com os questionários, na busca por respostas mais aprofundadas sobre as relações entre a memória e o patrimônio cultural da cidade, foi usada outro tipo de metodologia. Esta metodologia, muito bem empregada na tese de doutorado do Dr. Juca Villaschi (2014), se resume à apresentação aos entrevistados de algumas imagens (fotos disponíveis no questionário em anexo) de fragmentos específicos de patrimônios presentes no centro histórico.

Na apresentação dessas imagens são feitas novas perguntas para se entender qual a percepção e relação dos moradores quanto á esse patrimônio cultural:

-O morador sabe identificar a partir destes fragmentos qual é o patrimônio na imagem?

-A memória se faz presente quando essa metodologia é aplicada?

Esse tipo de metodologia deve ser utilizado com cautela, pois aqui não se deve tentar avaliar o conhecimento técnico dos entrevistados, mas sim sua relação com a memória e a identidade a partir do reconhecimento dos patrimônios que o próprio morador convive diariamente, e, assim, entender suas relações com o próprio território.

Toda a preparação, execução e análise de dados da pesquisa de campo passaram pela seleção de dois profissionais auxiliares (dois estagiários de turismo), treinamento da equipe (refinamento das técnicas), estratégias e formas de abordagem dos entrevistados e foi finalizada com a tabulação e organização de dados primários e secundários.

Os estagiários foram recrutados juntamente à Secretaria de Turismo do município e todo o treinamento necessário para a aplicação dos questionários também foi realizado por profissionais da prefeitura que possuem o devido treinamento. Uma das questões dos questionários foi aplicada com o pensamento de entender a importância destes tipos de pesquisa para a comunidade, sob a ótica da mesma: “Você acha importante a realização, de tempos em tempos, de pesquisas deste tipo? Por quê?”

Por último, foi utilizado outro artifício/estratégia metodológico, com base na coleta de depoimentos, obtidos a partir de entrevistas, de residentes mais antigos do município. Foram coletados dez depoimentos de moradores de Sabará que residem em imóveis tombados a nível municipal, a fim de se estabelecer um indicador das relações do morador com sua própria residência tombada e sua história, visto que várias residências localizadas no centro histórico do município está há gerações nas famílias mais tradicionais. Será realizada também uma entrevista com a pessoa responsável pela gestão do patrimônio em Sabará.

Na terceira etapa todos os dados coletados e analisados foram base para a criação de um texto contendo um esquema sistematizado para ser possível visualizar o tema proposto na pesquisa em questão, incluindo aqui a tabulação de toda a pesquisa realizada juntamente com os indicadores colhidos durante a

mesma. A quarta e última etapa compreendeu a parte da redação e formatação da pesquisa com uma análise reflexiva de todos os dados coletados durante a pesquisa para a dissertação.

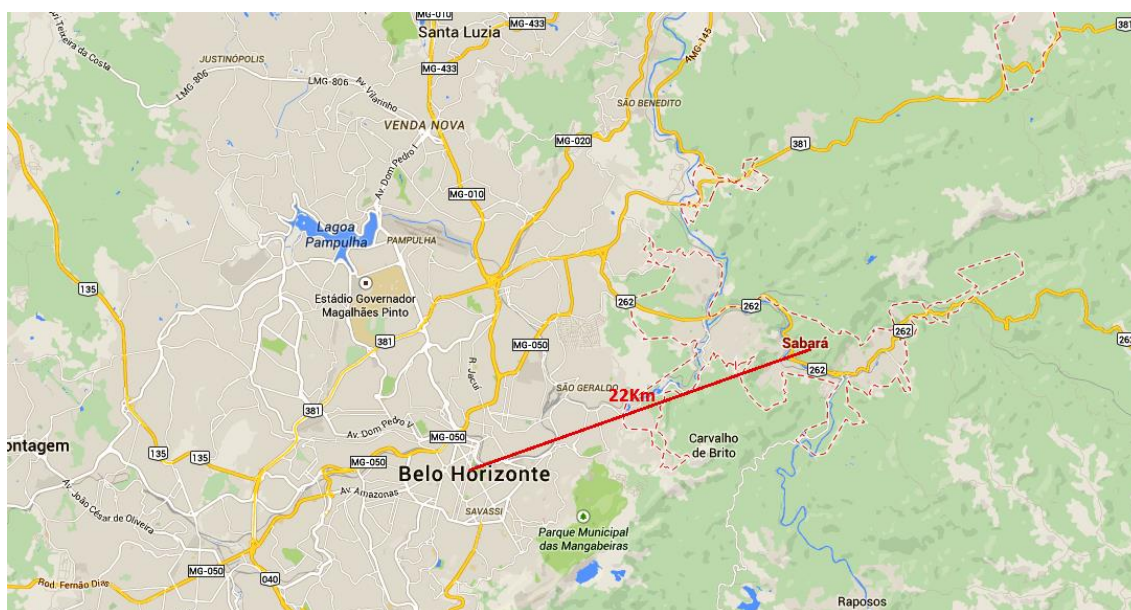
Aplicação metodológica	
Questionários	Aplicados entre dias 12 e 23 de janeiro de 2015
Entrevista poder público	14 de janeiro de 2015
Entrevista população	Aplicados entre dias 26 e 30 de janeiro de 2015

2-Sabará

2.1-Breve histórico

O município de Sabará integra a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), na Macrorregião Central do Estado de Minas Gerais. Com área total de 302 KM² se localiza aproximadamente a 22 km da capital mineira, e possui como municípios limítrofes Santa Luzia, Belo Horizonte, Nova Lima, Raposos, Caeté e Taquaraçu de Minas. A divisão administrativa da cidade subdivide o território em quatro distritos, sendo eles o Distrito sede, Mestre Caetano, Carvalho de Brito e Ravena. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a população aumentou para 126.269 habitantes conforme o último censo realizado em 2010.

Imagem 5 – Distância Sabará-Belo Horizonte



Fonte: Google Maps

A região é banhada pelo Rio das Velhas e pelos Ribeirões Sabará, Gaia, Barbosa, Vermelho e Bicas. A superposição das atividades econômicas que se desenvolveram em Sabará desde a sua fundação tiveram impacto sobre o seu conjunto urbano e arquitetônico.

Com a descentralização econômica, refletida na agricultura de subsistência, na extração mineral e na incipiente industrialização, os espaços individualizados tomaram o lugar dos locais de convivência coletiva, que se tornaram cada vez

mais escassos. A arquitetura ganhou contornos modernos e convive, nem sempre harmoniosamente, com o acervo histórico.

Sabará conta hoje com maior diversificação econômica e tem entre as principais empresas industriais a antiga Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (atual Arcelor Mittal), que continua sendo uma das principais no setor de metalurgia básica. Além das atividades ligadas à reserva mineral e agropecuárias no setor primário, o artesanato é também uma importante fonte de renda para parcela da população, além de fundamental manifestação da cultura de Sabará.

O município surgiu das expedições que acompanhavam bandeirantes paulistas à procura de pedras preciosas. Tendo sido fundada provavelmente em fins do século XVII, foi um importante núcleo comercial e de mineração. Segundo ÁVILA (1984), o acervo histórico de Sabará constitui marco inicial para o conhecimento de todo o Barroco Mineiro. A cidade possui monumentos das três fases deste período e acervo como importante testemunho em Minas, incluindo não apenas obras consagradas pelo seu caráter monumental ou de comprovado valor histórico, mas também espaços públicos e conjuntos de edificações nas várias expressões da evolução urbana.

2.1.1-Fases do Barroco mineiro

O município de Sabará possui importante acervo histórico, acervo esse que é visto nas três fases do estilo barroco. É interessante que seja ressaltado o patrimônio cultural dentro das três fases do barroco em Sabará, cada qual com seu valor único, incluindo aqui artistas de renome em sua construção, como o próprio Aleijadinho⁴.

Esse item do segundo capítulo busca conceituar o barroco, de forma mais específica o barroco mineiro, e mostrar alguns dos bens imóveis tombados pertencentes às três fases do barroco no município.

⁴ Escultor e entalhador mineiro. Antônio Francisco Lisboa (1728-1814) é autor das obras mais importantes de escultura em pedra do barroco brasileiro. Nasceu em Vila Rica, atual Ouro Preto, filho de uma escrava e de um entalhador português. Seguindo os passos do pai, inicia-se na arte ainda criança. Aos 40 anos, seus pés e suas mãos começam a se deformar em consequência de uma doença degenerativa, o que lhe garante a alcunha de Aleijadinho. In MACHADO, L., Barroco Mineiro. SP, Ed. Perspectiva. 1984, p.98.

Chama-se Barroco mineiro a versão peculiar que o estilo Barroco desenvolveu no estado de Minas Gerais, entre o início do século XVIII e o final do século XIX.

O termo usualmente se refere à arquitetura desse período, mas teve expressões importantes também na escultura e na pintura. Pode se chamar de Barroco mineiro, porém, apesar de consagrado pelo uso, é uma formulação inexata, visto que boa parte da manifestação artística desse período em Minas Gerais aconteceu dentro da esfera do Rococó, que muitos estudiosos consideram não um simples estilo barroco, mas uma escola independente⁵.

Alguns estudiosos têm defendido que, por volta de 1760, o estilo predominante em Minas teria sido o Rococó, especialmente em relação à elaboração das fachadas das edificações religiosas, ornamentação interior e a disposição quadrangular das igrejas. Por isso, a aplicação do termo é anacrônica, ou seja, fora do contexto em parte do período do Ciclo do Ouro.

O enriquecimento provocado pela mineração e a forte religiosidade dos povos das minas, favoreceram o desenvolvimento das artes em Minas Gerais. O barroco desenvolveu-se no Brasil ao lado dos primeiros núcleos urbanos. As principais manifestações dessa arte foram as construções religiosas levantadas em Salvador e Recife. Mas, o auge do barroco, manifestou-se nas cidades mineiras do Ciclo do Ouro, como Ouro Preto e Sabará.

A riqueza resultante da exploração do ouro na região de Minas Gerais estimulou, em Ouro Preto, o surgimento do maior conjunto de arquitetura barroca do mundo e justificou o reconhecimento da cidade como patrimônio nacional, em 1933, e em patrimônio mundial, em 1980. Apesar da influência inicial do Barroco europeu, a arte barroca no Brasil assumiu características próprias.

A arte barroca evoca a religião em cada detalhe: altares, geralmente em madeira, expõe ricos ornamentos espirais ou florais e é todo entalhado com figuras de anjos e imagens revestidas de uma fina película de ouro. Santos em relevo se espalham pelas capelas da nave central, e o teto, representando

⁵ Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Barroco_mineiro> Acesso em 25.março.2015.

geralmente um céu em perspectiva, que aumenta a sensação de profundidade no ambiente. A vida cultural nas Minas Gerais desenvolveu-se principalmente em torno das Igrejas e confrarias. Por essa razão, a arquitetura, a escultura sacra e a música se desenvolveram na região e deixaram importantes registros do barroco brasileiro.

Na literatura, o barroco expressou-se fortemente na poesia, que fazia parte do cotidiano dos homens letrados da época. Mas a maior parte dos poemas caracterizaram-se como literatura oral, e eram declamados em festas e ocasiões específicas. Dentre os poetas barrocos destacou-se o baiano Gregório de Matos e Guerra (1636-1695). (CAMPOS. 2000, p.142).

Na escultura, as obras eram feitas geralmente em madeira ou pedra-sabão, e estavam ligadas à religiosidade. Destaque para Aleijadinho, um dos principais representantes do barroco brasileiro⁶.

Foto 3 – Profeta - Congonhas



Fonte: Google

Na pintura, destacou-se Manuel da Costa Ataíde. Pintou em suas obras figuras cordiais, mas um tanto irreverentes. Sua obra de maior destaque está no teto da nave da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto. Obra realizada entre 1800 e 1809.

⁶ Para mais sobre Aleijadinho ver o livro “Manoel da Costa Atahide” de Ivo porto de Menezes.

Foto 4 – Pintura de Manuel da Costa Ataíde



Fonte: Google

No caso específico do município de Sabará, que é o pano de fundo para o estudo em questão, é percebida a presença de todas as fases deste período barroco, que são separadas em três fases: A primeira fase pode ser observada no altar da Capela de Santo Antonio, capela esta que foi erguida no antigo arraial, fundado por Antonio de Pompéu, antes de 1731. Possui altar-mor da primeira fase do Barroco Mineiro, semelhante ao da Capela do Ó e a alguns dos altares laterais da igreja da Matriz, residindo aí o grande contraste com a simplicidade. O adro é cercado por um muro baixo de pedra e contém em sua parte externa, o cemitério e sineira com suporte de madeira. A capela-mor tem o forro em painéis, com pinturas relativas aos milagres de Santo Antônio.

Foto 5 – Capela de Sto Antônio



Fonte: Autor, 2014.

Foto 6 – Interior Capela Sto Antônio



Fonte: Site www.sabara.net

Na segunda fase, a Capela de Sant'Ana, situada no Arraial Velho, tem datação provável de 1747. Possui altar-mor no estilo da segunda fase do Barroco em Minas, com revestimento interno em pedra de canga à vista. Manuel de Borba Gato foi o primeiro a encontrar ouro nas margens do rio das Velhas e manteve, por muitos anos, lavra no Arraial Velho de Sant'Ana. No adro, o sino traz a inscrição 1759. Na parte interna o retábulo tem talha no estilo D. João V. O coroamento do retábulo é em dossel, com figuras de anjos, distinguindo-se interessante configuração da Santíssima Trindade (figuras do Pai, do Filho e a do Espírito Santo), sem haver contato entre as três figuras.

Foto 7 – Capela de Sant'ana



Fonte: Google

Foto 8 – Interior Capela de Sant’ana



Fonte: Site www.descubraminas.com

Foto 9 – Interior Capela de Sant’ana



Fonte: Site www.descubraminas.com

Na terceira fase pode-se dar destaque à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construção de 1763, administrada pela Ordem Terceira do Carmo (Ordem dos Homens Brancos), a igreja é um dos palcos mais espetaculares da arte e da genialidade de Antônio Francisco Lisboa, o Mestre Aleijadinho, ao lado de outros artistas como Francisco Vieira Servas, Joaquim Gonçalves da Rocha e Thiago Moreira. Templo característico da terceira fase do barroco mineiro e do estilo Rococó, tombada pelo IPHAN, merecendo destaque o conjunto do Coro, a grade de Jacarandá torneado e a fachada.

Foto 10 – Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Autor, 2014.

Foto 11 – Interior Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Google

A cidade abrigou milhares de escravos que trabalhavam em suas jazidas. O ouro encaminhado à Coroa Portuguesa era em tal quantidade que o governo instalou a Casa da Intendência de Sabará (atual Museu do Ouro como visto anteriormente) para facilitar a cobrança do quinto, que era Imposto cobrado pela Coroa portuguesa sobre o ouro encontrado em suas colônias.

Em 1838 a então Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará foi elevada à categoria de cidade, sendo denominada simplesmente Sabará. O

município não foi exceção à regra de que durante a colonização portuguesa no Brasil, quase tudo em matéria de educação, cultura e assistência social correu por conta das ordens religiosas, corporações de irmandades e ordens terceiras.

A chegada da Estrada de Ferro Central⁷, anteriormente, Estrada de Ferro Dom Pedro II, foi a terceira grande ferrovia a ser fundada no Brasil em 1856 e inaugurada em 1858, e da siderurgia à Sabará teve como objetivo dar vida nova ao estado de prostração econômica provocada pela decadência da mineração. O município foi atraído pelo futuro, modernização e transformação de seu espírito colonial. Na década de 1890 as obras de construção da Estrada de Ferro Central do Brasil em Sabará foram iniciadas. Por localizar-se próxima à recente capital do Estado, a estrada adquiriu grande importância política e estratégica, e contribuiu para a alteração da vida na cidade. As jazidas de ouro de Minas Gerais estavam esgotadas e o crescimento do setor industrial do Brasil demandava novas iniciativas. Porém as condições internacionais desfavoráveis da Primeira Guerra Mundial atrasaram a instalação da siderurgia, que só teve o seu projeto implantado a partir de 1920. Além disso, a infraestrutura precária e a concorrência estrangeira exigiam novos investidores.

Foi por intermédio do rei Alberto I da Bélgica, que chegou a Minas Gerais o grupo belgo luxemburguês Arbed (Aciéries Reunies de Burbach-Elch-Dudelange), que resolveu se associar a Companhia Siderúrgica Mineira que passou a se chamar Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Foi instalada uma usina piloto, porém seu desempenho não foi o esperado pelos investidores, pois o ramal ferroviário necessário para sua operação não tinha sido construído.

Entre 1926 e 1927 a usina ficou paralisada quando o grupo belga resolveu enviar ao Brasil o engenheiro Louis Incha, que assumiu a chefia, providenciou novos equipamentos e melhorou a qualidade do produto. Mas as condições sócio econômicas da cidade ainda não eram adequadas para garantir mão-de-obra.

⁷ Para mais sobre a Estrada de Ferro Central ver <http://centraldobrasilnasminasgerais.blogspot.com.br/> Acesso em 27.março.2015.

Desde então, até a história mais recente do município, atrelada à condição de prolongamento da capital, Sabará vive o abandono e foi condenada ao papel de “cidade dormitório”. Este título de cidade dormitório pode ser percebido pela população local que trabalha e acaba gastando a maior parte de sua renda em cidades vizinhas, incluindo aqui a capital do estado Belo Horizonte.

Ultimamente é percebida uma fuga até mesmo das ofertas de emprego e entrada de recursos das próprias empresas que se instalam no município. A exemplo da mineradora AngloGold Ashanti, que, apesar de ter sua produção vinculada ao município, tem em seu quadro de funcionários, em sua grande maioria, moradores das cidades vizinhas Nova Lima e Caeté, além de levar a grande parte dos recursos obtidos para as cidades antes citadas.

2.1.2-Cenário cultural

Em 1819 uma edificação na atual Rua Dom Pedro II alterou a rotina de Sabará. No momento em que a extração do ouro entrava em declínio, a cidade esforçou por igualar sua vida cultural a de outras vilas mineiras. Em julho do referido ano foi inaugurado o Teatro de Sabará. Mesmo fechando suas portas quando a capital de Minas Gerais se mudou para Belo Horizonte em 1897, ficou demarcado o início do período em que a cidade se dava conta da importância social das manifestações culturais de toda ordem. O Teatro Municipal tem uma conhecida e diferenciada acústica e é o segundo mais antigo do Brasil.

Foto 12 – Teatro Municipal



Fonte: Google

O calendário de eventos culturais da cidade possui dois carros chefe: O carnaval, que por várias vezes já foi considerado o melhor do estado de Minas Gerais, e ainda mantém a tradição dos blocos caricatos. E o Festival da Jabuticaba, famoso pela abundância da fruta in natura e de inúmeros derivados, como o licor e a geleia de jabuticaba.

O restante do ano conta com alguns eventos gastronômicos, mas em sua maioria a cultura do município corre por conta dos eventos e festividades religiosas como pode ser visto abaixo:

Tabela 3-Calendário de Eventos Culturais em Sabará

Calendário de Eventos Culturais em Sabará	
Fevereiro e Março	-Carnaval (data móvel): Escolas de samba desfilam pela Avenida Prefeito Vitor Fantini enquanto Blocos caricatos desfilam pelas ruas do centro histórico. O evento conta ainda com shows de axé e pagode contratados pela prefeitura municipal.
Abril	-Semana Santa: tradição secular no município, com representação ao vivo da Paixão e Morte de Cristo, solenes liturgias, Via Sacra da Penitência, Procissão do Encontro e do Enterro, visitação ao Sepulcro. -Festival do Pastel : evento realizado em parceria com entidades filantrópicas e assistenciais de General Carneiro, constando de barraquinhas com pastéis e recheios diversos, shows musicais etc.
Maiο	-Festival do Ora-pro-nobis: integra o calendário de turismo gastronômico e ocorre no distrito de Pompéu. -Festa do Divino: tradição secular com a participação do Mordomo e Imperador, que organizam, junto à Sociedade do Divino Espírito Santo, todo o evento. Levantamento de mastro e bandeira, procissões, distribuição do pão e medalhas.
	-Festival Sabarense de Teatro de Palco e Rua: oficinas e

<p>Junho</p>	<p>apresentações reunindo grupos de teatro amador. Atividades nas principais praças e no Teatro Municipal.</p> <p>-Corpus Christi: celebração secular. Conta com a participação da comunidade ornamentando as ruas por onde passa a solene procissão.</p> <p>-Festa de Santo Antônio (Romaria): marca o início das festas juninas em várias regiões do município.</p> <p>-Festa de São João: tradicional comemoração em todo o município, com destaque para a festa no Largo N.Sra. do Ó (levantamento de mastro e bandeira, barraquinhas, fogueira, apresentações musicais, dança de quadrilha). Recursos destinados à manutenção da igreja.</p>
<p>Julho</p>	<p>Festival de Sabará: comemoração da elevação de Sabará à Villa Real (dia 17). Shows variados, apresentações teatrais, encontro de bandas e outras atrações durante todo o mês de Julho.</p> <p>-Festa de N. Sra do Carmo: solene missa e procissão. Organização da Ordem Terceira do Carmo de Sabará. Tradição secular.</p>
<p>Agosto</p>	<p>-Projeto Vilas do Ouro e Festa de Sant'Ana: comemorações na igreja de Sant'Ana, no Arraial Velho, ao lado da antiga estrada que ligava a Villa Real a Ouro Preto e Mariana. Missa, procissão, levantamento de mastro e bandeira, barraquinhas, shows musicais e gastronomia marcam o evento.</p> <p>-Festa de N. Sra. da Assunção: tradicionais comemorações no distrito de Ravena (antigo Arraial da Lapa), um dos primeiros núcleos formadores da região. Novena, barraquinhas, missa, shows musicais e procissão marcam o tradicional evento.</p>
	<p>-Festa do Cavalo de Ravena: evento agropecuário que reúne produtores da região. Rodeios, barraquinhas, shows, concursos, provas, exposição de animais. Realizado no Parque de Exposições. Participação do Clube do Cavalo de Ravena e criadores da região.</p>

Setembro	<p>-Feira de Negócios do Artesanato de Sabará: Feira com show e venda de artesanato local, como a palma barroca e a renda turca de bicos.</p> <p>-Festival da Banana: realizado na Praça da Matriz, no Distrito de Ravena, tradicional centro agropecuário.</p>
Outubro	<p>-Festa de N.Sra. do Rosário: início da secular comemoração em louvor à padroeira dos negros escravos da antiga Villa Real. Na Igreja do Rosário.</p>
Novembro	<p>-Festa de Cristo das Nações: celebrada no bairro Nações Unidas, distrito de Carvalho de Brito. Consta de novena, missa, procissão além das tradicionais barraquinhas.</p> <p>-Festival da Jabuticaba: barraquinhas comercializam a fruta, doces, vinhos, licores, geleias e vários derivados da jabuticaba. Realizado atualmente na praça do Largo do Barão no centro do município.</p>
Dezembro	<p>-Festa de N. Sra. da Conceição: secular comemoração em louvor à padroeira de Sabará. Novena, missa solene, procissão e barraquinhas marcam o evento na Matriz (praça Getúlio Vargas).</p> <p>-Folia de Reis: início do roteiro de visitas programadas do Grupo de Folia de Reis de Sabará.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor 26.março.2015

Apesar de todo este acervo histórico e urbanístico, a atual situação do poder público não condiz com o valor do mesmo. Os mecanismos de proteção existentes no município se mostram ineficientes e, quando são aplicados, a exemplo dos tombamentos, falta a fiscalização necessária para o cumprimento dos mesmos.

3-Patrimônio cultural: dimensões de um conceito

Para que seja entendido todo o esboço teórico que compreende as dimensões dos significados de patrimônio cultural, é preciso entender também os instrumentos legais de proteção e, de uma forma mais temática dentro do proposto pela pesquisa, perceber as ligações e interdependências entre o patrimônio e a memória.

3.1- Conceitos e instrumentos legais

As identidades dos grupos humanos, da mesma forma que a dos indivíduos, são construções que têm por base a memória. Para que um grupo humano adquira consciência e domínio da própria identidade, é necessário que tenha guardada a memória do que fez e do que foi em tempos passados como condição necessária para a construção de seu futuro. Essa indissociabilidade entre preservação do passado e possibilidade de futuro aparece de forma evidente no princípio da preservação do patrimônio no Brasil. Um grupo de intelectuais inaugurou a vanguarda modernista nas artes, literatura e arquitetura e lançou as bases teóricas e práticas da preservação, como atestado nos casos de Mário de Andrade e Lúcio Costa (CAVALCANTI, 1993, p.25).

Tomada isoladamente e examinada a partir de sua origem latina, a palavra "patrimônio" designa bens ou bens que tenham sido herdados de gerações passadas, ou considerando por outro ângulo, designa os bens que uma geração lega para as gerações subsequentes. Seguindo esse pensamento, a ideia de transmissão de bens - aí compreendidos também os valores culturais a eles associados - entre diferentes gerações dentro do processo histórico está na própria essência da noção de patrimônio. Não por acaso, o despertar para a importância dessa particularidade da cultura na construção da identidade das nações ocorre justamente no século XIX quando a civilização ocidental formulou com clareza a ideia do homem inserido no processo histórico. A consciência do significado do patrimônio para a civilização humana, portanto, é aspecto indissociável também da consciência da historicidade do homem e da cultura.

Desde o antigo culto aos monumentos, presente em todas as sociedades, passando pela reverência renascentista aos monumentos da antiguidade, considerados como "objetos de reflexão e contemplação" (CHOAY, 2001, p.14) até os dias de hoje, esta mesma historicidade vem determinando mudanças no conceito de patrimônio, mudanças essas que são acompanhadas com maestria por Françoise Choay, no já clássico livro *A alegoria do patrimônio* (2001).

O aprofundamento dessa compreensão de patrimônio e de suas características sedimentou a concepção, para além do contexto europeu, também das primeiras ações patrimoniais empreendidas pelo Estado no Brasil; que instituiu, em 1937, a preservação do chamado "patrimônio histórico e artístico nacional". Segundo essa concepção, como indicado anteriormente, que surge no bojo do processo de consolidação dos Estados nacionais no século XIX, os bens culturais que poderiam simbolizar a nação seriam aqueles capazes de articular a categoria da História à categoria da Arte, ao constituir-se como elementos de rememoração do passado, por um lado, e de fruição artística de outro (FONSECA, 1997, p.42).

Ao longo da segunda metade do século XX, a questão do patrimônio gradativamente afrouxou sua vinculação à constituição das identidades nacionais para ceder lugar à concepção de patrimônio cultural, a qual se apresenta mais abrangente, tanto do ponto de vista territorial quanto mais inclusiva, do ponto de vista das modalidades de expressão passíveis de constituí-la. Surgida com a incorporação de perspectivas sociológicas e antropológicas a um campo que originalmente se constituiu no âmbito da História e das Artes, a concepção de patrimônio cultural engloba manifestações, tangíveis ou intangíveis, consideradas relevantes na construção da identidade cultural de grupos humanos⁸.

Nessa nova perspectiva, os grupos humanos são considerados não apenas a partir da antiga perspectiva nacional ou nacionalista, mas também por sua importância local e regional. Estas por sua vez, são também compreendidas

⁸ Para mais sobre a concepção de patrimônio cultural ver "PATRIMÔNIO CULTURAL- Conceitos, políticas, instrumentos" de Leonardo Barci Castriota.

não apenas na perspectiva de seus contextos, mas também por sua relevância na construção da ideia de humanidade.

A preservação dos elementos constitutivos da memória dos diferentes grupos humanos passa a ser a condição para a construção e para a consciência de suas identidades, compreendidas e formuladas de maneira autônoma. Grupos ou indivíduos que perdem a memória do que foram e fizeram perdem suas identidades e, nesse processo, tornam-se reféns daqueles grupos ou indivíduos que detêm a memória.

Aqui fica clara a importância de uma identidade acima de toda a memória de um indivíduo ou de um grupo, para a participação plena de uma comunidade no planejamento turístico de uma localidade e na formulação de políticas de preservação, como pode ser visto nas Cartas Patrimoniais⁹.

Em suas origens, as políticas de preservação valoravam unicamente as manifestações dos grupos hegemônicos nas sociedades industriais emergentes, condenando ao esquecimento e ao desaparecimento as manifestações de cultura que surgiam entre os grupos menos favorecidos. Historicamente, esta exclusão atingiu não apenas classes economicamente menos favorecidas, mas igualmente maiorias ou minorias étnicas sem acesso aos mecanismos do poder político/cultural. No Brasil esta situação pode ser dramaticamente exemplificada na pouca representatividade das culturas dos grupos de descendência indígena e africana na construção do patrimônio histórico e artístico nacional. A despeito de juntos constituírem o grupo étnico mais representativo na formação do povo brasileiro, ambas as etnias não tiveram as condições de preservar importantes registros e documentos de suas histórias, ficando condenadas a ver práticas religiosas e manifestações culturais serem segregadas e desaparecerem, em um progressivo esquecimento da contribuição de suas culturas originárias na formação do patrimônio cultural brasileiro.

⁹ Disponível no site do IPHAN. Para atualização das cartas patrimoniais ver <http://www.iphan.gov.br>

No entanto, como o desenvolvimento histórico das concepções de patrimônio que vimos anteriormente descrito, atesta a crescente consciência por parte dos agentes formuladores das políticas de preservação, do valor da pluralidade cultural, da importância do respeito às manifestações culturais dos grupos minoritários, da necessidade de ampliação dos grupos participantes da construção da memória coletiva e da necessidade de ampliação do leque de manifestações culturais a serem preservadas, tem possibilitado que se evidencie a riqueza cultural em nosso patrimônio.

Outro ponto a considerar e que também atesta a importância da preservação, fica claro na “Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), durante sua Conferência Geral realizada em Paris em 1972 é a crescente ameaça de destruição a que estão expostos tanto o patrimônio natural quanto o cultural, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pelas mudanças da vida social e econômica, que as molestam com fenômenos de alteração ou de destruição muitas vezes até piores.

As distintas conceituações de patrimônio que foram surgindo ao longo da história deste campo disciplinar apareceram invariavelmente associadas a reflexões teóricas sobre sua preservação, de tal sorte, que a cada nova definição do conceito, eram efetuadas correspondentes distinções de bens a preservar. Muito embora uma continuada reflexão sobre a herança da antiguidade clássica tenha marcado a formação da ideia de modernidade ao longo também dos séculos seguintes, é somente ao final do século XVIII que a questão da preservação ganha força para, já no século XIX, institucionalizar-se como prática a teoria da preservação, com a constituição de um campo específico do conhecimento responsável pela definição de conceitos, critérios e modalidades de preservação.

3.1.1-O patrimônio material¹⁰

Tanto John Ruskin quanto Viollet-le-Duc, embora demonstrando visões opostas quanto à preservação, partilhavam da concepção de patrimônio como constituído exclusivamente por obras tangíveis, entendidas como aquelas em que o valor cultural a ser preservado é indissociável de seu substrato material. Esse recorte do patrimônio delimitou e caracterizou as primeiras ações de preservação.

No contexto do patrimônio material, Ruskin rejeitava completamente a ideia de restauração, concebendo a preservação como limitada à manutenção do patrimônio herdado “Não temos direito algum de tocá-los. Eles não são nossos. Eles pertencem em parte aos que os construíram, em parte a todas as gerações da humanidade que virão após nós” (RUSKIN apud FONSECA, 1997). Por outro lado, Viollet-le-Duc aceitava as ações de preservação, em função de seu mencionado objetivo de recuperar a essência dos bens a serem preservados, entendida como reconstrução de sua integridade estilística por meio de uma restauração interpretativa ou criativa. Como observa Françoise Choay, em Viollet-le-Duc a valoração de autenticidade estética do bem se sobrepunha à de autenticidade histórica do mesmo (CHOAY, 2001).

Nos primórdios da preservação prevalecia o entendimento de que eram considerados dignos de valorização e de preservação apenas artefatos e edifícios com qualidades históricas e estéticas excepcionais. No entanto com os desenvolvimentos teóricos da década de 1960, e ao longo das seguintes, com a já mencionada ampliação da concepção de patrimônio, foram sendo agregadas novas categorias de bens de interesse para a preservação, que não mais se restringia aos edifícios isolados e de caráter excepcional, incluindo ambientes edificados e conjuntos urbanos característicos de culturas específicas.

Tal como aplicado na teoria e na prática das políticas culturais de diversos países, o conceito de patrimônio cultural tem origem na Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. Segundo as

¹⁰ Para mais ver Apostila Elaboração e Gestão de Projetos Culturais, SENAC, 2013.

definições estabelecidas nesta Convenção, são considerados Patrimônio Cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenha um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Ainda contemplando unicamente os bens materiais, as formulações da Convenção assentaram as diretrizes para a formulação de uma política de patrimônio cultural no Brasil, o qual, no que concerne ao recorte do patrimônio material, está constituído, como informa o IPHAN, pelos seguintes segmentos:

O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN).

Esse Patrimônio protegido teve início com a criação do próprio IPHAN e da Lei decreto de 1937, como disposto abaixo:

O IPHAN foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas e, desde então, vem realizando um trabalho permanente de identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Já em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Em 30 de novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-Lei nº 25 de 1937, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. (IPHAN).

3.1.2-O patrimônio imaterial

Na medida em que, no âmbito internacional, expandia-se a indústria do turismo, com o turismo de massa ampliando e adensando sua teia de roteiros em todos os recantos do mundo, e ao mesmo tempo metabolizando tudo o que mesmo remotamente pudesse se converter em atração, foi evidenciando-se que os contornos do patrimônio material se mostravam insuficientes para os objetivos da preservação do patrimônio cultural como um todo. Essa insuficiência fica patente na “Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea”, adotada na Conferência Geral da UNESCO, realizada em Nairóbi em 1976.

Sabemos que todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar. A lacuna conceitual deixada aberta pela Convenção da UNESCO de 1972, no que concerne às ali denominadas “atividades humanas”, foi preenchida com a adoção pela UNESCO da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, durante a realização da Conferência Geral de Paris em 2003.

Nos termos ali formulados, esse novo segmento do patrimônio ficou assim definido:

Para os fins da presente Convenção,

1. Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

No Brasil, a importância do patrimônio imaterial foi reconhecida ainda no primeiro esboço para uma política de preservação, elaborado por Mário de Andrade. Entretanto, as dificuldades para definir um quadro legal para a proteção de algo intangível, associada à origem disciplinar dos envolvidos na preservação, majoritariamente arquitetos, acabou determinando a exclusão do patrimônio imaterial do quadro da preservação estabelecido em 1937, na época da fundação do IPHAN. Só depois de muitos anos foi percebido um valor em relação ao segmento imaterial do patrimônio, como bem colocado por CASTRIOTA:

Essa constatação recente de que vai ser o substrato imaterial subjacente que, de certa forma, “ancora” o próprio patrimônio material e que este se torna uma “categoria social quase vazia” quando “extirpado de seus valores culturais imateriais”, vai representar uma verdadeira revolução no pensamento sobre patrimônio, jogando luz sobre as matrizes de valoração sempre presentes nas operações de preservação. (CASTRIOTA. 2009, p.103).

Já no ano de 1988, ao debruçar-se sobre a ampliação dos conceitos de patrimônio, na Constituição Federal encontra-se o artigo 216, que trata da definição dos tipos de patrimônios culturais e inclui uma definição do que seria o patrimônio cultural imaterial:

“Art.216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, os quais se incluem;

- I-as formas de expressão;
- II-os modos de criar, fazer e viver;
- III-as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV-as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V-os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico.”

Apesar das mudanças e inclusões do conceito de patrimônio imaterial, ainda não se via algo voltado à proteção e preservação dos mesmos. Essa lacuna veio a ser sanada apenas no ano de 2000 com a promulgação do Decreto-Lei 3551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Entre outras disposições, o texto define quatro categorias de registro, cada uma destas correspondendo a um Livro de Registro, conforme detalhado a seguir:

Os bens culturais de natureza imaterial estão incluídos, ou contextualizados, nas seguintes categorias que constituem os distintos Livros do Registro:

- 1) **Saberes:** conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.
- 2) **Formas de expressão:** manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.
- 3) **Celebrações:** rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.
- 4) **Lugares:** mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

A significativa ampliação do universo dos objetos considerados partes integrantes do patrimônio cultural com a incorporação das manifestações intangíveis trouxe consequências significativas para as políticas de patrimônio. A partir do reconhecimento do patrimônio imaterial, abriram-se as portas para a valorização do legado dos grupos humanos cujas trajetórias nunca chegaram a ocupar o centro das narrativas históricas.

Vale notar ainda que a incorporação do patrimônio imaterial ao universo da preservação decorre não apenas da incorporação de perspectivas antropológicas aos seus referenciais teóricos, mas acompanha também mudanças na própria compreensão de processo histórico ocorrido no campo disciplinar da história, bem como mudanças na concepção de democracia e da participação de minorias nesse processo.

3.2-Como preservar

Uma vez definido o bem a ser preservado, é necessário que se constituam os instrumentos capazes de efetivar a preservação, implementando as medidas que para tanto se fazem necessárias. As medidas de preservação podem compreender tanto os critérios e as normas de proteção, de restauração e de ação de preservação quanto às técnicas pertinentes à identificação, catalogação, documentação, proteção, restauração e conservação do patrimônio cultural.

No caso da restauração, é possível perceber, como anotamos, duas grandes correntes doutrinárias sobre o patrimônio histórico (CHOAY, 2003, p. 153):

- 1) Anti intervencionista (na Inglaterra); e
- 2) Intervencionista (típica dos países europeus).

A primeira corrente é simbolizada, principalmente, por Ruskin e a segunda por Viollet-Le-Duc. Aquela defende um anti intervencionismo radical, onde “não se tinha o direito de tocar nos monumentos antigos, que pertenciam, em parte, àqueles que os edificaram e, também, às gerações futuras”. Para os anti-intervencionistas, a “restauração é impossível e absurda”, pois equivaleria a “ressuscitar um morto”, além de romper com a autenticidade da obra. Todavia, esses doutrinadores não excluem a possibilidade da manutenção, desde que imperceptível (CHOAY, 2003, p. 154-156; RUSKIN, 1901, p. 353).

Por outro lado, os intervencionistas consideram que restaurar um edifício significa “restituí-lo a um estado completo, que pode nunca ter existido”. Sendo assim, se um edifício não continha todos os elementos necessários a compor um estilo, estes deveriam ser acrescentados no processo de restauração (CHOAY, 2003, p. 156-157).

Em relação à corrente anti intervencionista, Ruskin sustentava que a arquitetura era essencial à lembrança, sendo o meio mantenedor das ligações com o passado e a identidade coletiva. Nos edifícios antigos, por exemplo, pode-se perceber o valor incorporado pelo trabalho das gerações pretéritas, desde as moradias humildes às mais luxuosas (CHOAY, 2003, p. 139-141).

O citado autor era contrário à industrialização e valorizava o trabalho manual realizado nos edifícios antigos, assim como as marcas decorrentes da passagem do tempo, por entender que ambos conferiam um caráter sagrado às edificações. Para Ruskin, o homem produzia, ao mesmo tempo, um objeto útil e uma obra de arte. Neste contexto, discorre sobre o dualismo entre a beleza e a utilidade sugerindo uma sutil distinção entre a arquitetura e a construção (BENEVOLO, 1976, p. 198; 200; CHOAY, 2003, p. 154). Em sua obra *Pedras de Veneza*, Ruskin critica as intervenções que lesam a estrutura da malha urbana das cidades antigas. Sugere ainda que, no caso específico de Veneza, a arquitetura doméstica como um todo desempenha o papel de monumento histórico. A mais, renunciou a inclusão dos conjuntos urbanos na herança a ser preservada, além de ampliar a proteção dos monumentos em escala internacional (CHOAY, 2003, p.180-182).

Já no *The Seven Lamps of Architecture*, o mesmo autor destaca o potencial de memória que o monumento histórico desempenha, em função do valor histórico de que se reveste, sem tratar das antiguidades. Desta forma, considera um “sacrilégio tocar nas cidades da era pré-industrial, propondo continuar a habitá-las, como no passado”, como garantia da identidade individual e coletiva. Em suma: pretende-se viver as cidades históricas no presente (CHOAY, 2003, p. 182).

Em relação aos ornamentos industriais, tanto Ruskin como Viollet-Le-Duc os consideravam efeitos “*monstrificadores*”, que além de comprometer a finalidade da construção, adulteravam sua verdadeira beleza. Ruskin acrescenta, ainda, que o local apropriado para os ornamentos artesanais são os protegidos da agitação urbana, de forma a possibilitar sua observação, excluídos os ambientes comerciais e de trabalho, nos quais os ornamentos conduziriam à dispersão do olhar. Destacou, também, a aplicação criteriosa desta ornamentação no interior dos lares. Sustentou, também, que a automação industrial poderia substituir o trabalho humano em tarefas desgastantes, além de condenar as ornamentações que se passavam por determinados materiais ou técnicas de construção, com intenção mentirosa (PAIM, 2000, p. 29-30; 34-35).

A título de curiosidade, cite-se que em 1846, a Academia Francesa criou um manifesto condenando a imitação dos estilos medievais. Não obstante, Viollet-le-Duc a refuta por acreditar que plagiava a linguagem clássica, além de reforçar a arte gótica como nacional. Em 1855, Ruskin também intervêm dizendo “não ter dúvidas de que o gótico setentrional do século XIII se adequa às construções modernas dos países nórdicos” (RUSKIN, 1855 apud BENEVOLO, 1976, p. 86).

A Convenção do Patrimônio Mundial de 1992 estabelece, em seu capítulo II, artigo 4º, a obrigação de os Estados signatários implementarem medidas que assegurem a preservação do patrimônio sob sua jurisdição, as quais estão ali definidas na forma que segue:

Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º e situado no seu território constituem obrigação primordial (...)

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no já mencionado Artigo 216, estabelece em seu parágrafo 1º as formas da preservação do patrimônio, as quais ficam assim definidas:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A par dos instrumentos legais aí mencionados, cabe apresentar aqui, de forma sucinta, aqueles instrumentos constituintes das práticas da preservação em nível federal que estão presentes nas discussões sobre o aperfeiçoamento das ações de preservação.

3.2.1-Proteção legal

Na esfera federal brasileira, ficaram assim as leis de proteção do patrimônio cultural em questão, o material e o imaterial, por um lado, o patrimônio material, cuja proteção está regulamentada no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que institui a figura do “tombamento”, mais importante (ainda que não único) instrumento da preservação deste segmento; por outro lado, o patrimônio imaterial - cuja proteção foi regulamentada com o Decreto-Lei 3551/2000, que institui a figura do registro como principal instrumento de proteção deste segmento.

3.2.2-O tombamento

O instrumento do tombamento caracteriza-se, primeiramente, como um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal “cujo objetivo é a preservação de bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens” (IPHAN).

Em segundo lugar, o tombamento caracteriza-se como uma modalidade de tutela dos bens culturais, que visa assegurar a sua permanência e integridade, mas não implica em desapropriação, visto que esta última constitui um instrumento legal distinto.

O processo de tombamento federal inicia-se com uma solicitação inicial de inscrição, que pode ser apresentada por qualquer cidadão, para em seguida ser submetido a avaliações técnicas que, em caso de decisão favorável, e uma vez ratificada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ser inscrito em um ou mais dos quatro livros de Tombo: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro das Artes Aplicadas, Livro das Belas Artes e Livro Histórico (IPHAN).

No caso de Sabará são vistos exemplos de tombamento nas três esferas¹¹: em 1938 foram tombados pelo IPHAN, responsável pelos processos de

¹¹ Para maiores informações sobre os bens tombados em diferentes níveis ver: www.sabaranet.com.br bens tombados pelo IPHAN; Acesso em 25.março.2015. www.iepha.mg.gov.br bens tombados pelo IEPHA; Acesso em 25.março.2015.

tombamento no nível federal, importantes exemplares da arquitetura religiosa colonial, abaixo é possível visualizar alguns exemplos:

Foto 13 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: www.descubraminas.com

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará é uma das mais antigas igrejas do estado de Minas Gerais, rivalizando em antiguidade com a matriz de Raposos e a Sé de Mariana.

Está situada na parte baixa da cidade, próxima à igreja de Nossa Senhora do Ó, ou seja, na autêntica parte velha que hoje, na realidade, tem aspecto mais novo do que a região central de Sabará. É popularmente chamada de igreja nova ou grande, tradição que vem desde a época da sua construção em substituição a capela primitiva existente no mesmo local.

Foto 14 – Capela Nossa Senhora do Ó



Fonte: Autor, 2014.

A Igreja de Nossa Senhora do Ó, também chamada de Capela de Nossa Senhora do Ó e Capela do Ó, é um das edificações católicas construídas durante o século XVIII em Sabará.

Traços chineses são encontrados nesta capela, em painéis vermelhos com desenhos em ouro; ao lado de cada cruzeiro na talha dourada de painéis octogonais de fundo azul, nas figuras de pagodes, pássaros e personagens bíblicos com olhos puxados. As pinturas da nave mostram narrações bíblicas, especialmente em relação a aparições marianas. As pinturas do teto mostram símbolos das ladainhas.

Foto 15 – Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Autor, 2014.

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo pertence à Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo, confraria constituída em 1761 por homens brancos e nobres. Sua ornamentação é influenciada pelo chamado estilo Rococó, possuindo no seu interior trabalhos em madeira, com riqueza de detalhes em ouro.

Foto 16 – Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Google

De construção frágil no sistema de taipas e adobes, é harmoniosa, sem nenhum detalhe de luxo ou requinte, nenhuma pintura, nenhum painel, nenhum trabalho de arte. O interior muito claro não difere do exterior. Fachada simples

com frontão triangular clássico, beirais em cachorros, cunhais e enquadramento de vãos em madeira, duas janelas do coro rasgadas por inteiro, com parapeito em madeira torneada, interior de grande despojamento, coro apoiado em pilares de madeira, em parte torneados. Nave e capela-mor com piso em tabuado liso e arco cruzeiro em madeira.

Foto 17 – Igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Autor, 2014.

Essa Igreja inacabada foi construída pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, durante o período de 1767 até possivelmente o ano de 1878. As obras sofreram várias paralisações, pois a Irmandade lutava com dificuldades financeiras. Foi fundada nas alturas de 1713, mas só em 1767 foi iniciada a construção do templo. Os trabalhos contratados com o mestre Antônio Moreira Gomes, com a participação dos pedreiros João Paulo e Antônio Machado Penha e do mestre carpinteiro Antônio Ferreira de Brito, arrastaram-se até 1780. Foram feitas várias outras tentativas para a conclusão da igreja, mas a falta constante de recursos, além da abolição da escravatura, tornaram impossível à Irmandade terminar a construção.

Tudo indica em princípio que os tombamentos estiveram associados à relevância artística dos bens acima mencionados, possuindo no seu conjunto arquitetônico obras de arte barroca. Embora a comunidade estivesse integrada aos bens através de uma prática religiosa cotidiana, não consta que aspectos

culturais vinculados aos usos dos bens tenham sido considerados nos tombamentos.

No nível estadual, o responsável por todo o processo de tombamento é o IEPHA, e no município de Sabará é possível contabilizar quatro bens tombado pelo instituto, nenhum deles se encontra no centro histórico, sendo dois no distrito de Cuiabá ou Mestre Caetano, um no distrito de Ravena e o último no distrito de Carvalho de Brito:

Foto 18 – Capela de Nossa Senhora do rosário (Cuiabá)



Fonte: Google

Construção em adobe, provavelmente datada do primeiro quartel do século 18, a capela é interessante não só por sua inserção paisagística, como principalmente pelas características da talha do altar-mor, exemplar expressivo do momento de transição em que o barroco da primeira fase em Minas começa a evoluir, com a inserção de figuras antropomorfos (anjos) entre motivos decorativos mais tradicionais.

Foto 19 – Capela de Santa Efigênia (Cuiabá)



Fonte: Google

A Capela de Santa Efigênia - por vezes citada como Ermida (capela pobre em lugar ermo, como o próprio nome indica) - fica em uma colina de frente para a Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada em outra elevação, compondo um conjunto arquitetônico e paisagístico que faz parte das tradições da história de Sabará.

Remanescentes do antigo núcleo de mineração aurífera da Vila de Cuiabá (distrito de Mestre Caetano, em Sabará), as capelas são o pouco que sobrou do povoado extinto. Situadas em colinas de difícil acesso, especialmente para automóveis, e sem população ao redor, as capelas sofreram com a difícil conservação. Com o tombamento estadual, em 1978, vieram trabalhos de restauração e conservação e atenção constante. Mas, ainda assim, a preservação de bens tão isolados era muito difícil. A situação mudou quando todo o terreno se tornou propriedade da empresa mineradora AngloGold Ashanti, que assumiu a manutenção dos dois templos.

Foto 20 – Igreja de Nossa Senhora da Lapa (Ravena)



Fonte: Google

Segundo pesquisas realizadas pelo próprio IEPHA, não foram localizados documentos sobre a construção da igreja, mas presume-se que seu início tenha sido nas primeiras décadas do século 18, uma vez que há registros de batismo no templo em 1727. Presume-se que a inscrição da data de 1750 no arco-cruzeiro indique o ano de conclusão das obras.

Em 1855, a então chamada Igreja de Nossa Senhora da Lapa foi elevada à condição de matriz, sob invocação de Nossa Senhora da Assunção. A fachada, à feição das capelas mineiras, contrasta-se com as proporções de matriz da construção. Os altares são bastante simples (à exceção do lateral próximo à epístola) e as pinturas no forro da capela-mor e nave são modestas.

Chama atenção no frontispício a torre central, com cobertura de telhado, solução que foge ao partido geral da construção.

Foto 21 - Conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e antiga fábrica de tecidos de Marzagão



Fonte: Google

No caso de Marzagão, a fábrica surge onde anteriormente existia uma fazenda. O nome desta fazenda refere-se a uma feitoria portuguesa localizada na costa africana, de onde teriam vindo alguns colonizadores do território mineiro. A ocupação desse território ocorreu ainda no século XVIII vinculada ao povoado do Curral Del Rei. A fazenda de Marzagão surge enquanto uma mancha de ocupação entre os limites do Curral Del Rei e a Vila de Sabará.

O local teve, ao longo de sua trajetória histórica, diversos termos que o designavam. Após a construção da fábrica, em fins do século XIX, a fazenda do Marzagão ficou conhecida como a fábrica do Marzagão.

Na esfera municipal é possível exemplificar utilizando o caso do Chafariz do Kaquende:

Foto 22 – Chafariz do Kaquende



Fonte: www.sabaranet.com.br

O Chafariz do Kaquende, edificado no ano de 1757, não tem a mesma imponência do Chafariz do Rosário. Todavia, tem suas características próprias.

Todo construído em pedra, mostra ao alto das bicas precioso trabalho de escultura em pedra no qual se destacava a coroa imperial, abaixo dessa coroa, pintadas sobre a pedra do medalhão, as armas imperiais ainda são visíveis.

A água do Kaquende nasce debaixo da Igreja São Francisco. Ela vem canalizada até as bicas, apresentando uma limpidez imutável, mesmo no tempo das chuvas, e mantém-se sempre na mesma temperatura, independente das mudanças atmosféricas.

Segundo a atual Secretaria de Cultura do município, existem outros bens culturais tombados no Livro de Tombos de Sabará, lista em anexo.

3.2.3-O registro

No Decreto 3551/2000, o registro é definido primeiramente como “um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro, composto por aqueles bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira” (IPHAN), os bens são inscritos em um dos quatro Livros de Registro, de acordo com as categorias acima descritas (Celebrações, Lugares, Formas de Expressão e Saberes).

Apesar de se parecerem bastante quanto aos seus modelos de proteção, é necessário deixar claro as diferenças entre tombamento e registro, enquanto o tombamento - sobre a substância material do bem - chancela o seu valor e sela um compromisso do Estado com a manutenção de sua integridade e permanência, no caso do registro, o Estado reconhece o valor do bem, mas compromete-se unicamente a produzir conhecimento sobre o mesmo, inventariando, documentando e colocando todos os meios de registro disponíveis nos circuitos eruditos a serviço do registro das manifestações populares e apoiando a dinâmica de suas práticas.

No caso de Sabará, o registro em nível municipal do Festival de jabuticaba, no ano de 2007, contemplado como bem imaterial da cultura do povo sabarense. O evento já está consolidado no calendário festivo da cidade exaltando a jabuticaba e seus derivados, sendo conhecido em todo Brasil, chegando ao seu 28º Festival no ano de 2014. O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural achou por bem conceder o registro como uma celebração típica do povo sabarense. O Festival da Jabuticaba é também a primeira inscrição no livro das celebrações, que é um dos livros de registro do Patrimônio Cultural de Sabará.

Foto 23 – Festival da Jabuticaba



Fonte: Google

3.2.4-Conservação

Os princípios e procedimentos para a conservação, preservação, restauração e reconstrução de bens culturais seguidos pelos agentes de preservação estão definidos na Carta de Burra, documento constituído em 19 de abril de 1979 em Burra, Austrália do Sul e que foi adotada pelo ICOMOS em 1980, na Austrália. Esse documento elabora uma série de definições de termos técnicos, com o objetivo de estabelecer referenciais comuns aos distintos agentes da preservação. No que diz respeito à conservação, a carta dispõe que:

O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentarem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção, ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas. (Carta de Burra, 1979)

Até chegar a essa formulação, a conservação sofreu mudanças de conceituação, que espelharam as mudanças na conceituação do patrimônio e preservação como um todo.

Como vimos anteriormente, em sua origem, o campo da preservação estava dividido entre duas posições antagônicas - exemplificadas nas posições de John Ruskin e Viollet-le-Duc - que acarretaram igualmente importantes diferenças nas concepções de conservação.

A importância da conservação do patrimônio como um todo vai além de seu caráter arquitetônico e histórico, a preocupação se dá também com o indivíduo morador daquela localidade, como bem lembrado nesta passagem:

"(...) não um conjunto (na verdade, um aglomerado) como os de hoje onde o espaço é inteiramente hostil ao indivíduo (que não pertence a ele), não lhe dando nenhuma informação além do mínimo exigido pelo utilitarismo (o funcionalismo, esse deus da opressão), e que o homem não conhece nem em parte nem no todo, que o homem sempre estranha porque a cidade, a intervalos cada vez menores, é constante e literalmente destruída para abrigar o novo e todo-poderoso hóspede, o automóvel, em novas e luzentes avenidas que levam do nada a lugar nenhum em termos de espaço humano." (COELHO NETO, 2002, p.11)

Para exemplificar esta forma de proteção ao patrimônio, é possível utilizar o ex-Cine Bandeirantes, atual Centro Cultural José Costa Sepúlveda, que após ser tombado a nível municipal, foi contemplado com um projeto de restauro.

Foto 24 – Centro Cultural José Costa Sepúlveda



Fonte: Autor, 2015.

3.2.5-Documentação

A documentação no âmbito da preservação do patrimônio cultural compreende, primeiramente, as ações de inventário, catalogação e avaliação de acervos e arquivos. As práticas de constituição de acervos e arquivos apareceram muito antes do surgimento do campo disciplinar da preservação, quando se constituíram os acervos bibliográficos e artísticos que deram origem às instituições dos museus, bibliotecas e arquivos históricos. (IPHAN)

A implantação, a organização e o funcionamento cotidiano destas instituições museus, bibliotecas e arquivos históricos - constitui-se na base de três ações de suas práticas:

- a) a catalogação dos acervos;
- b) a conservação dos acervos; e
- c) o acesso aos acervos.

Dentre essas ações, as duas primeiras constituem instrumentos específicos da preservação. A conservação (compreendendo a manutenção e restauração) dos acervos segue as diretrizes definidas e as técnicas requeridas pelos distintos materiais dos bens a serem conservados ou restaurados.

Já a catalogação dos acervos deriva da própria conceituação do acervo e de seu objetivo de reunir e disponibilizar bens culturais. Sistemas de catalogação se constroem sobre visões gerais dos objetos que constituem os acervos e de suas múltiplas possibilidades de interação

O acesso aos bens culturais que constituem acervos e arquivos depende de uma clara ordenação das cadeias de relação entre as diferentes classes de um sistema catalográfico, podendo ser facilitado ou dificultado por este.

Os problemas percebidos com a manipulação destes instrumentos afetam principalmente os arquivos históricos, as bibliotecas e os museus. No caso de acervos amplos, a questão do acesso traz consigo a questão da avaliação, do estabelecimento de critérios de definição das partes a serem disponibilizadas de forma permanente, ou disponibilizadas de forma restrita.

O Museu do Ouro é um exemplo de documentação, após a extinção da casa de intendência e fundição pelo imperador D. Pedro I, em 1833, o local passa a servir como residência e colégio por quase cem anos. Na década de 40 do século XX, a edificação foi adquirida pela Companhia Belgo-Mineira e doada ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que a restaurou para transformá-la no Museu do Ouro. O Museu do Ouro, criado pelo Decreto-Lei no. 7483, de 23 de abril de 1945, foi inaugurado em 16 de maio de 1946 o que o torna uma das mais antigas unidades museológicas do IPHAN.

Atualmente é vinculado à 13ª Superintendência Regional, foi uma das primeiras Casas de Intendência construídas no Brasil Colônia. Serviu de residência e escritório ao representante da Metrópole na região e ainda como o local onde se processavam os trabalhos relacionados à tributação e fundição do ouro. Todo minerador que extraísse o metal aurífero era obrigado a levá-lo à Intendência para que fosse pesado, quintado, fundido e transformado em barras. Estas, devidamente tocadas, datadas e cunhadas na prensa real, eram entregues aos seus respectivos donos, juntamente com um certificado, que valia como dinheiro.

Foto 25 – Museu do Ouro



Fonte: Google

Entre as principais casas de fundição, a de Sabará destaca-se por ter funcionado durante todo o período convencionalmente chamado Ciclo do Ouro e por ter conservado as características da primitiva edificação.

O Museu do Ouro dispõe de um rico e significativo acervo, que ilustra as mais diversas áreas da arte e do ofício: seu mobiliário é referência para o estudo do mobiliário luso-brasileiro dos séculos XVIII e XIX; sua coleção de prataria, notadamente alfaias, bem como aparelhos de chá, gomis e lavandas, exemplificam o alto nível artístico da época.

No térreo são expostos instrumentos originais da antiga Casa de Intendência e Fundição do Ouro, relativos à prospecção, extração, fundição do ouro, arcas e

cofres para a guarda do ouro, maquetes que, didaticamente mostram a evolução dos antigos processos de extração do ouro empregados nas antigas lavras, bem como a mais antiga prensa usada em uma casa de fundição, datada de 1670, utilizada para gravar as barras do ouro com o selo português.

A partir da dissertação de mestrado da Tatiana Harue Dinnouti, com o título “*Museu do ouro: a formação de um patrimônio como mediador da identidade nacional*”, é possível compreender uma divisão funcional dentro do próprio Museu:

De sorte o Museu do Ouro foi dividido em três seções: técnica, histórica e artística. A seção técnica compunha desde a reconstituição dos processos de mineração, passando pelos instrumentos de trabalho, pelas balanças, pelas prensas do ouro e pelas maquetes que mostram os processos de mineração. A seção histórica é composta por mapas, pelas legendas colocadas nas peças, pelos guias da cidade, pela ambientação da casa e pela própria edificação. Já a artística compõe-se de peças populares e eruditas, assim como de imagens sacras e mobiliários que remontam à casa do intendente. (DINNOUTI, 2009, p. 93).

3.3-O Patrimônio e a memória

O conceito de memória é fundamental para a compreensão do patrimônio cultural e da experiência cotidiana dos sujeitos com o mesmo. A memória é mais do que um simples arquivo de informações, pois ela não só reinventa o passado (um passado convocado), como serve de elemento referencial norteador na construção das identidades. Esse passado convocado é segundo Françoise Choay (2001, p.18) “contribuinte da manutenção e preservação da identidade de uma comunidade. Ele é localizado e selecionado para fins vitais como uma defesa e dispositivo de segurança.”

Seguindo esta linha de pensamento, Carneiro (2006, p. 20) completa que “a memória está diretamente ligada ao patrimônio de um povo, pois gera, a partir da cultura (...) um ponto de referência de sua identidade e as fontes de sua inspiração”. Os elementos materiais e imateriais de uma cultura servem de alicerce para o sentimento de pertencimento a um lugar. Através da memória intensifica-se o sentido de pertencimento dos grupos sociais a um passado ou origem comum. A memória como suporte de informações e salvaguarda de determinadas lembranças, fatos e acontecimentos, permite aos indivíduos situarem-se em um dado contexto histórico e social, reelaborando-o, num mecanismo incessante presidido pela dialética da lembrança e do esquecimento (POLLAK, 1989, p.5).

Esta memória de uma população resulta em um nível de pertencimento desta mesma com a cidade e toda a sua história. A preservação do passado na forma de patrimônios materiais e imateriais é uma forma de preservar a história de um povo. Assim, o patrimônio histórico e cultural é utilizado para afirmação da identidade de um grupo social, reforçando seus vínculos com o seu território.

Hall (2006) diz que a ligação do sujeito com o passado se dá pela manutenção do patrimônio cultural; sobretudo nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que se busca o desenvolvimento, a sociedade, busca também a preservação do passado, através da manutenção da memória social. Como sabemos, o patrimônio cultural tange não apenas as obras edificadas e artísticas, mas também o modo de vida, as simbologias, hábitos e crenças, tudo isso torna

possível a conservação da memória de um grupo. Então a preservação está assim, ligada à história individual e coletiva dos grupos sociais que ocupam um espaço, ligada a identidade com esses espaços, com a manutenção da tradição e dos costumes. Faz referência às pessoas, às suas origens e histórias. (PORTUGUEZ, 2004). Quanto maior a carga simbólica e o sentimento de pertencimento que um patrimônio proporciona aos indivíduos, maior é o valor sentimental atribuído a ele. Então a memória e o patrimônio podem ser vistos como partes indissociáveis, uma vez que, quando acionados, aludem às reminiscências que conferem aos grupos sociais o sentido de pertencimento a uma determinada cultura e sociedade.

Através das feições urbanísticas, dos monumentos, casarões e prédios históricos, compreendem-se as relações sociais que se encerram nos espaços urbanos, ou seja, as experiências coletivas e pessoais que definem o envolvimento subjetivo entre homem e meio ambiente físico, por um lado, e do outro, entre o homem e a memória. Para Castells (1999, p.23), a memória é um processo social, sendo definida como “fontes de significados e experiências construídas [...] a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições de poder e revelações de cunho religioso”.

Já a concepção de patrimônio cultural enquanto elemento evocativo da memória local e nacional perpassa as ações preservacionistas, impondo um debate acerca do sentido e do significado das políticas de preservação no contexto de uma dada sociedade. Torna-se extremamente importante a busca pela compreensão das tentativas de retorno ao passado. É visível que a preservação dos patrimônios históricos e culturais, materiais e imateriais, são de importância fundamental para a identidade e a memória de uma comunidade, pois “... o patrimônio cultural pode ser compreendido como uma forma de representação da memória e das identidades, adquirindo sentido como a teia de significados que envolvem as ações coletivas que caracterizam a dinâmica sociocultural (GEERTZ, 1989, p.23)”.

Fica perceptível que o patrimônio significa a rememoração ou a lembrança da própria ação humana em diferentes tempos e lugares, todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e a sua imagem está

impregnada de memórias e significações (LYNCH, 1988, p.11). As modificações nas identidades culturais causam a necessidade de uma eleição de marcos simbólicos pelos grupos sociais:

[...] é preciso que algo permaneça para que reconheçamos nosso esforço e sejamos recompensados com estabilidade e equilíbrio. A vida do grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade: esta ligação se desarticula quando a expansão industrial causa um grau intolerável de desenraizamento (BOSI, 1994, p.447).

A cidade de Sabará, que hoje possui mais de trezentos anos de elevação à vila real, localizada a vinte e dois quilômetros do centro da capital mineira Belo Horizonte, tem grande importância no que se diz respeito ao turismo histórico e cultural. Com vários casarões, igrejas, museu e inúmeros festivais e demais patrimônios culturais imateriais, ela atinge um alto grau de importância no que se diz respeito à rememoração cultural do país.

Como vimos, o conceito de patrimônio tem sofrido uma transformação que acabou por ampliar seu significado, causando assim, uma conseqüente transformação em todos os campos ao qual o patrimônio possui alguma importância. Choay (2006, p.26) aborda a importância da identidade coletiva ao afirmar que o “monumento” tem papel fundamental na preservação da memória dos povos e dos grupos sociais. Também ressalta que a formação dessa teia de relações interfere na conservação dos bens culturais. O esquecimento, o desapego e a falta de uso levam o bem ao abandono.

É necessário reconhecer que, além de restaurar o patrimônio e buscar novos usos para conservá-lo, é preciso também comunicar-se com os vários usuários, levá-los a compreender e apreciar o que veem, consomem e agregar valor cultural à sua experiência, bem como valor econômico ao próprio patrimônio. (MURTA, 2009). Não só trazendo à tona a importância da restauração, mas também da conscientização em relação a tal patrimônio.

Pode-se perceber o crescimento, nas últimas décadas, do valor dado aos patrimônios, tomando a própria cidade como exemplo:

O valor das cidades históricas é atualmente fato inquestionável. Porém, é essencial que o cidadão não só reconheça esse valor, mas se sinta proprietário dos bens que a fazem memorável e mais que isso, parte da sua história e responsável pela preservação [...] A

cooperação para preservação do estado da arte e suas formas de comunicação com o passado, preservando a memória, e com o presente, quando entende as transformações e acontecimentos atuais buscando um novo fazer, além de conhecimento da realidade concreta, significa que qualquer contribuição feita no sentido de enriquecer o instrumental teórico ou metodológico disponível, ou ainda revelar aspectos previamente desconhecidos, será reconhecida como item fundamental. (MUNAIER, 2013, p.16)

A apropriação pela comunidade de uma memória acerca dos patrimônios presentes em seu município é de extrema importância. Sem este nível de pertencimento, o significado do patrimônio se faz quase nulo, e a própria comunidade se torna uma vilã na busca pela sua preservação, uma vez que a fiscalização e participação no planejamento da cidade não são vistas com tanta importância. Sem um planejamento correto e que busque a participação de todos os atores inseridos, o patrimônio perde cada vez mais valor e fica fadado ao descaso e, conseqüentemente, ao esquecimento.

3.4-Políticas públicas do patrimônio em Sabará

Dentro da gestão do patrimônio, existem ferramentas capazes de protegê-los, ferramentas estas que se fazem presentes em todas as esferas de poder público, como será visto adiante.

3.4.1-ICMS cultural¹²

Toda cidade possui um patrimônio cultural constituído dos bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória da comunidade.

Existem vários mecanismos e instrumentos que podem ajudar na busca pela preservação do patrimônio cultural de alguma localidade. Um dos mais recentes mecanismos é o ICMS cultural. No ano de 1995 uma lei é feita para ajudar os municípios a preservar o patrimônio. Lei esta presente apenas no estado de Minas Gerais, a Lei n.º 13803, repassa recursos para os municípios que preservam a sua memória e sua produção cultural, ou seja, o município que possui lei de proteção, que possui um conselho municipal do patrimônio, que protege os bens culturais através do tombamento, que inventaria esses bens, que restaura e cuida, recebe mais recursos para poder melhorar cada vez mais a sua qualidade de vida resguardando sua memória, sua cultura e sua história.

Como se sabe, a Constituição Federal determina que 75% do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) dos Estados devem ser repassados aos municípios de acordo com o volume de arrecadação e que 25% devem ser repassados conforme a regulamentação dada por Lei Estadual. Em 28 de dezembro de 1995, o governo mineiro criou a Lei n.º 12.040/95 que estabeleceu a redistribuição do ICMS através de novos critérios. Assim, passaram a ser considerados os seguintes itens: população, a área territorial e a receita própria de cada município, e os investimentos em educação, saúde, agricultura, preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural. No caso da variável Patrimônio Cultural, coube ao Instituto Estadual do Patrimônio

¹² ICMS Cultural. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br>. Acesso em 22.jan.2015.

Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) a elaboração e implementação dos critérios para o repasse de recursos do ICMS aos municípios.

No anexo III da Lei n.º 12. 040/95 foi publicada a tabela de pontuação que define como critério básico as ações e políticas culturais e, principalmente, o tombamento dos bens culturais nas categorias: Núcleos Históricos (NH), Conjuntos Paisagísticos (CP), Bens Imóveis (BI) e Bens Móveis (BM), nos três níveis: federal, estadual e municipal, sendo que os bens tombados pelo IPHAN e pelo IEPHA/MG recebem uma pontuação maior de acordo com sua categoria.

Tabela 4 – Base Para pontuação

BASE PARA A PONTUAÇÃO	
Política cultural local (PCL)	-Lei Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural -Lei de Criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (Deverá possuir regimento interno e apresentar atas das reuniões) -Departamento de Patrimônio Cultural ou órgão afim.
Educação patrimonial	-Elaboração de Projeto de Educação Patrimonial. -Realização do Projeto.

Fonte: Elaborado pelo autor 26.março.2015

Tabela 5 – Inventário de proteção ao acervo cultural

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO AO ACERVO CULTURAL	
Tombamento nas Categorias	Núcleo Histórico, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, Bens Imóveis, Bens Móveis. Bens Tombados em Nível Federal e Estadual Bens Tombados em Nível Municipal. (Dossiês e laudos técnicos)
Ações de	-Investimentos em Bens e Manifestações Culturais. -Atuação do Departamento de Patrimônio Cultural ou órgão

proteção	afim.
-----------------	-------

Fonte: Elaborado pelo autor 26.março.2015

Essa base para pontuação leva em conta não somente a existência de todos os pré-requisitos listados pelo próprio IEHPA, mas também a entrega, dentro do devido prazo, de toda a documentação necessária para a análise e pontuação do ICMS cultural do município.

Após a mudança do governo municipal passadas as últimas eleições, no ano de 2012, outro problema percebido foi a mudança constante na pasta da Cultura, que engloba a Gerência de Patrimônio no município. Três secretários já passaram pela Secretaria de Cultura desde o começo do atual governo, troca essa que causou uma perda, por exemplo, no ICMS cultural da cidade.

Essa perda foi devido aos trâmites internos da pasta da Cultura, que a cada mudança sofrem um atraso e até mesmo uma paralisação. Muitas vezes com a mudança de secretário, a equipe também é modificada, atrasando ainda mais todo o processo necessário para o requerimento das verbas advindas do ICMS Cultural.

A pontuação dada aos municípios pelo IEHPA, que se converte em um valor em dinheiro a ser repassado ao município para que invista na preservação de seu patrimônio cultural, ficou aquém do esperado, atingindo apenas 9,04 de uma pontuação máxima aproximada de cinquenta pontos neste ano de 2015.

Quando se faz uma comparação de notas finais com a última cidade na imagem abaixo, a situação se mostra ainda pior: Santa Bárbara recebeu pontuação 43,70.

Tabela 6 – ICMS cultural exercício 2015

MUNICÍPIO	QUADRO III		Pontuação Máxima 3	Pontuação Máxima 2	PONTUAÇÃO DO ANEXO II DA LEI ESTADUAL 18.030/09 - REGISTRO										Conselho Municipal em funcionamento - Art. 3º letra a da Deliberação Normativa CONEP 02/2012 para o Exercício de 2015 Sim = 1; Não = 0	SUBTOTAL	Desconto pelo não atendimento às normas de apresentação - "Apresentou como determina a deliberação - desconto de 0,00 ponto" "Não apresentou como determina a deliberação - desconto de 0,05 pontos"	TOTAL						
	MBAMENTO				FUNDO Q. IV	ED. PAT. Q.V	PONTUAÇÃO REGISTRO QUADRO VI						SOMATÓRIO PARA CÁLCULO DE PONTUAÇÃO PELOS REGISTROS QUADRO VI											
	Pontuação de 70% relativo aos tombamentos proporcional à pontuação do FUMIPAC	PONTUAÇÃO FINAL QUADRO III	F/E/M				SOMATÓRIO DE REGISTROS	Porcentagem pela recriação de bem registrado (30%)	Pontos por Recriação - Quadro VI (parte 1 de 2)	Porcentagem pela Salvaguarda do bem registrado (70%)	Pontos pela Salvaguarda Quadro VI (parte 2 de 2)													
			2	3								4												
Ritápolis	0,00	1,50	0,00	0,00					0,00			0,00	30	0,60	70	1,4	2,00	0	0,00	1	3,30	0,05	3,25	
Rodeiro	0,05	0,35	0,20	2,00	2				2,00	30	0,60	70	1,4	2,00	0	0,00	1	2,25	0	0,00	1	2,25	0	2,25
Romaria	0,00	0,00	0,20	1,20					0,00		0,00		0	0,00	1	2,70	0,05	2,65	0	0,00	1	2,65	0,05	2,65
Rubelita	0,00	1,50							0,00		0,00		0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Rubim	0,00	1,50							0,00		0,00		0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sabará	0,79	5,89	0,20	0,20	2				2,00	30	0,60	70	1,4	2,00	1	9,09	0,05	9,04	0	0,00	1	9,04	0,05	9,04
Sabinópolis	1,05	1,95	1,50	2,00	2				2,00	30	0,60	70	1,4	2,00	1	12,45	0,05	12,40	0	0,00	1	12,40	0,05	12,40
Sacramento	1,40	2,00	3,00	0,20					0,00		0,00		0	0,00	0	1,10	0,05	1,05	0	0,00	0	1,05	0,05	1,05
Salinas	0,00	1,50							0,00		0,00		0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Salto da Divisa	0,23	1,73	0,20	0,20					0,00		0,00		0	0,00	1	5,43	0	5,43	0	0,00	1	5,43	0	5,43
Santa Bárbara	21,70	31,00	3,00	2,00	2				2,00	30	0,60	70	1,4	2,00	1	43,70	0	43,70	0	0,00	1	43,70	0	43,70

Fonte: www.iepha.mg.gov.br

O ICMS cultural é um recurso suplementar que representa 1% do ICMS arrecadado pelo Estado de Minas, que é direito dos Municípios. Os critérios de distribuição desses recursos estão previstos na Lei Estadual nº 18.030/2009, conhecida como Lei Robin Hood.

Para ter-se uma ideia da importância deste mecanismo chamado ICMS Cultural, no ano de 2011 o município de Sabará conseguiu a expressiva pontuação de 28,45 (expressiva ao se comparar com o atual ano), conseguindo assim um repasse de verba no valor de R\$ 261.637,24.

Para ter direito ao repasse, o Município precisa desenvolver ações de proteção do patrimônio cultural, entre elas tombamentos, inventários, projetos de educação patrimonial, além de possuir Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e Fundo Municipal de Patrimônio Cultural em funcionamento.

3.4.2-IPHAN

Como foi visto anteriormente, existem instituições de proteção ao patrimônio cultural nos três níveis: Federal (IPHAN), Estadual (IEPHA), Municipal (Secretaria responsável pela gerência de patrimônio no município dentro da prefeitura municipal).

Já foi possível visualizar todos os bens culturais tombados em nível estadual e municipal.

Na esfera Federal é o IPHAN o responsável pela proteção e salvaguarda do patrimônio cultural nacional. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, é uma autarquia federal, criada na década de 30 (13 de janeiro de 1937) com o intuito de proteger os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Criado ainda pelo Governo de Getúlio Vargas, através da Lei N.º 378, o IPHAN, que hoje se encontra vinculado ao Ministério da Cultura, teve seu projeto de Lei elaborado por Mário de Andrade e ainda contou com a colaboração de Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Afonso Arinos.

Cabe ao IPHAN preservar, identificar, fiscalizar, revitalizar, restaurar e divulgar os bens culturais do Brasil. Para tanto, o IPHAN mantém parcerias com diversas instituições, Ong's, associações e fundações com as quais mantém mais de 20 mil edifícios e 83 centros e conjuntos urbanos tombados, além de um cadastro com cerca de 12.000 sítios arqueológicos, mais de um milhão de objetos e 250 mil volumes bibliográficos (IPHAN).

A cada dois anos o IPHAN publica o "Relatório de Atividades do Iphan" onde relata os registros, tombamentos, prêmios, exposições, oficinas, o planejamento administrativo e demais atividades desenvolvidas pelo Instituto, que constituem ferramentas de fomento à preservação do patrimônio nacional. Outras formas de incentivo do Iphan englobam o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, a Educação Patrimonial e o Turismo Cultural, que

constituem os instrumentos de gestão adotados pelo Iphan. Os instrumentos de preservação são: tombamento, regulamentações, registros e inventários.

Abaixo é possível ver todo o acervo de Sabará tombado pelo IPHAN, acervo este encontrado no próprio site do instituto¹³, do ano de 1938 até 2012:

Tabela 7 – Bens tombados pelo IPHAN em Sabará

BENS TOMBADOS PELO IPHAN EM SABARÁ			
Distrito	Bem tombado	Época	Proteção legal
Pompéu	Capela de Sto Antônio	Século XVIII	IPHAN - Processo nº 547-T-49; Inscrição nº 445, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 83, de 08 de Setembro de 1958.
Sede	Casa à Rua Borba Gato, nº 07	Século XVIII / 1ª metade	IPHAN - Processo nº 167-T-38; Inscrição nº 123, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 22, de 17 de Junho de 1938.
Sede	Casa à Rua Dom Pedro II - Paço Municipal / Solar Jacinto Dias / Solar do Padre Correia.	Século XVIII / 2ª metade	IPHAN - Processo nº 418-T-49; Inscrição nº 49, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 71, de 07 de Fevereiro de 1950.
Sede	Casa Azul, R. Dom Pedro II, nº 215	Século XVIII	IPHAN - Processo nº 726-T-64; Inscrição nº 380, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 62, de 10 de Março de 1965.
Sede	Casa da Intendência / Museu do Ouro	Século XVIII / 1ª metade	IPHAN - Processo nº 429-T-50; Inscrição nº 384, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 75, de 28 de Junho de 1950.
Sede	Chafariz do Kaquende	Século XVIII / 2ª	IPHAN - Processo nº 418-T-49; Inscrição nº 351, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 71, de 07 de Fevereiro de

¹³ Site do IPHAN: www.iphan.gov.br.

		metade	1950.
Sede	Chafariz do Rosário	Século XVIII / 1ª metade	IPHAN - Processo nº 419-T-50; Inscrição nº 352, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 71, de 07 de Fevereiro de 1950.
Sede	Igreja Nossa Senhora das Mercês	Século XVIII / 1ª metade	IPHAN - Processo nº 67-T-38; Inscrição nº 114, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 20, de 13 de Junho de 1938.
Sede	Igreja Nossa Senhora do Carmo e Cemitério	Século XVIII / 2ª metade	IPHAN - Processo nº 67-T-38; Inscrição nº 116, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 21, de 13 de Junho de 1938.
Sede	Igreja Nossa Senhora do Ó	Século XVIII / 1ª metade	IPHAN - Processo nº 67-T-38; Inscrição nº 110, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 20, de 13 de Junho de 1938.
Sede	Igreja de Nossa Senhora do Pilar e Hospício da Terra Santa	Século XVIII	IPHAN - Processo nº 408-T-49; Inscrição nº 364, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 73, de 09 de Maio de 1950.
Sede	Igreja nossa Senhora do Rosário	Século XVIII / 2ª metade	IPHAN - Processo nº 67-T-38; Inscrição nº 112, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 20, de 13 de junho de 1938.
Arraial Velho	Igreja de Santana	Século XVIII / 1ª metade	IPHAN - Processo nº 408-T-49; Inscrição nº 365, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 73, 09 de Maio de 1950.
Sede	Igreja São Francisco de Assis	Século XVIII / 2ª Metade - Século XIX / 1ª Metade	IPHAN - Processo nº 67-T-38; Inscrição nº 113, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 20, de 13 de Junho de 1938.
Sede	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Século XVIII / 1ª metade	IPHAN - Processo nº 067-T-38; Inscrição nº 111, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 20, de 13 de Junho de 1938.
	Passo da Rua de Marquês		IPHAN - Processo nº 408-T-49; Inscrição nº 366, Livro

Sede	Sapucai	Século XVIII	Belas-Artes, Volume 1, folha 73, de 09 de Maio de 1950.
Sede	Passo de Nossa Senhora do Carmo	Século XVIII / 1 metade	IPHAN - Processo nº 408-T-49; Inscrição nº 367, Livro Belas-Artes, Volume 1, folha 74, de 09 de Maio de 1950.
Sede	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Dom Pedro II	Século XVIII	IPHAN - Processo nº 485-T-53; Inscrição nº 379, Livro Histórico, Volume 1, folha 61 e Inscrição nº 36, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, folha 09, de 27 de Janeiro de 1965
Sede	Teatro Municipal	Século XVIII / 1º metade	IPHAN - Processo nº 437-T-53; Inscrição nº 356, Livro Histórico, Volume 1, folha 58, de 02 de Janeiro de 1963

Fonte: Elaborado pelo autor 26.março.2015

4-Patrimônio e a memória: uma visão dos moradores de Sabará

Todo o trabalho foi elaborado a partir do tema central, que era a busca pelo entendimento das relações entre o patrimônio cultural de Sabará e a memória dos moradores em relação ao mesmo. Foram aplicados questionários aos moradores e também foi realizada a entrevista com a pasta na prefeitura responsável pela gerência do patrimônio, além das entrevistas com moradores de imóveis tombados pelo município.

Após a aplicação de diferentes metodologias, apresentamos os resultados obtidos com a aplicação das três metodologias propostas pelo autor para se atingir o objetivo da pesquisa, que foi o levantamento e análise de dados relacionados à visão dos moradores de Sabará-Mg sobre o patrimônio cultural no município e as suas relações com a memória. Como será possível observar adiante, as metodologias aplicadas, dentre elas a tabulação, mostraram que todos os objetivos propostos foram atingidos e as hipóteses confrontadas, sendo que duas foram comprovadas e uma não.

A primeira metodologia utilizada foi a aplicação de noventa e seis questionários semiabertos aos moradores, este número de questionários foi encontrado a partir de cálculo de amostras, e a aplicação dos mesmos se deu nas duas principais praças do centro histórico delineado previamente pelo autor. Os questionários foram aplicados em dias de semana, em diferentes horários, entre os dias 12 e 23 do mês de Janeiro de 2015.

Juntamente com as perguntas dos questionários foi aplicada a metodologia de percepção de fragmentos de patrimônio, onde fotos de fragmentos de igrejas, chafarizes, etc. são apresentadas aos moradores e algumas perguntas são feitas em cima destas fotos na tentativa de se entender a relação dos mesmos com o patrimônio e a memória.

Após a pergunta filtro, onde quem não era morador do município recebia um agradecimento e pulava-se para o próximo entrevistado, buscou-se um mapeamento perguntando o bairro onde a pessoa residia.

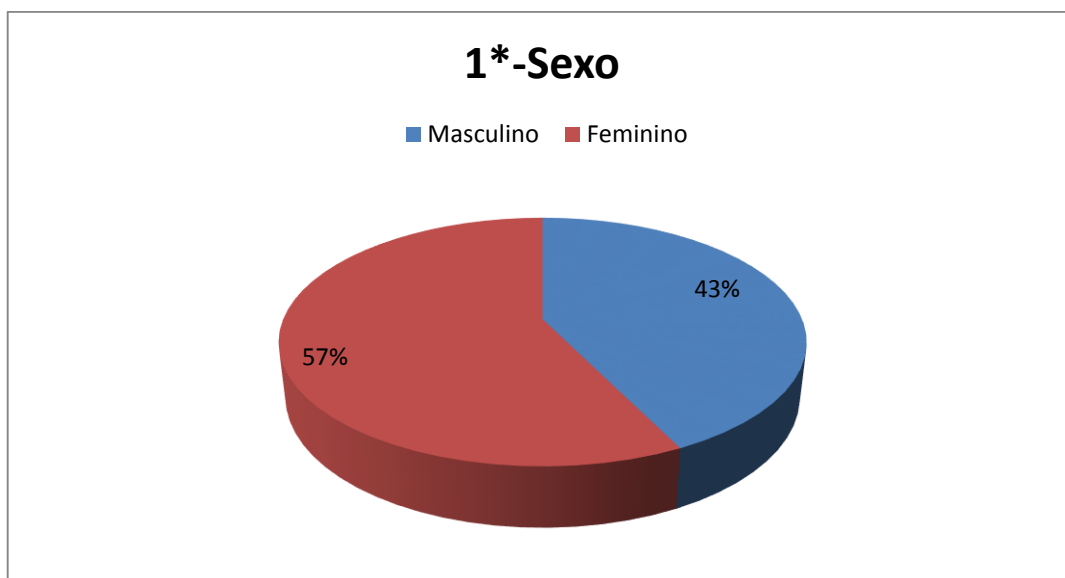
O resultado foi que as noventa e seis pessoas entrevistadas residiam em vinte e cinco bairros diferentes, são eles: Campo Santo Antônio (5), Morro da Cruz

(4), Siderúrgica (5), Rosário (3), Centro (13), Vila Michel (3), Adelmolândia (6), Córrego da Ilha (4), Bandeirantes (2), Roça Grande (5), Cabral (3), Morada da Serra (5), Campinas (3), Paciência (6), Vila Esperança (2), General Carneiro (2), Alvorada (2), Nações Unidas (1), São Francisco (6), Pompéu (4), Padre Chiquinho (1), Caieira (3), Esplanada (4), Fátima (3) e Galego (1), totalizando 96 moradores.

Aqui fica perceptível que os bairros dos quais mais moradores foram entrevistados, são os mais próximos do centro, como o São Francisco, Adelmolândia e Paciência, incluindo aqui o próprio Centro. Após o mapeamento por bairro feito no questionário, iniciaram-se as perguntas numeradas que se relacionavam com as hipóteses antes apresentadas. Essas perguntas, aqui tirando a segunda metodologia aplicada dentro do questionário de fragmentos de patrimônio, somaram dezessete ao todo, entre abertas, semiabertas e fechadas.

A primeira questão, como em praticamente toda pesquisa realizada a partir de questionários semiabertos, foi acerca do gênero dos residentes do município entrevistados:

Gráfico 17 - Sexo



*Número correspondente ao número da pergunta no questionário

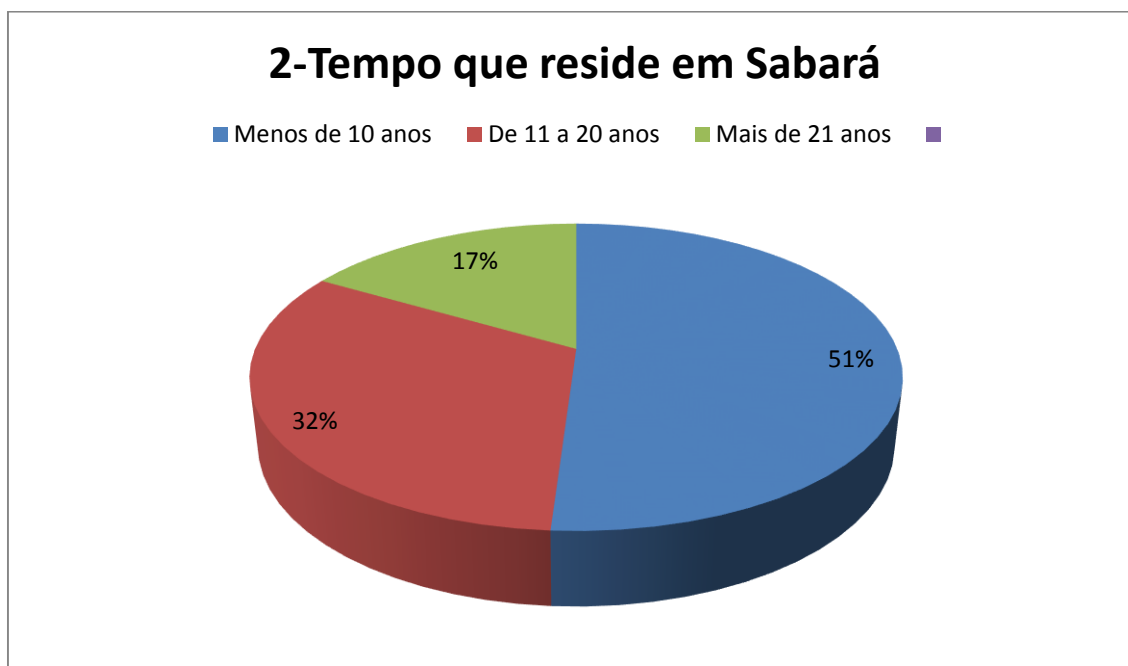
Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

No universo das noventa e seis pessoas entrevistadas na Praça Santa Rita e Praça Melo Viana, quarenta e uma (43%) são do sexo masculino e cinquenta e cinco (57%) são do sexo feminino.

É interessante ressaltar que a escolha dos entrevistados se deu de forma aleatória, não dando preferência a nenhuma pessoa que passasse pelas praças utilizadas na aplicação da metodologia. Esse resultado não foge muito do resultado obtido no último censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, onde, dos 126.269 moradores, 47% são do sexo masculino e 53% do sexo feminino¹⁴.

A fim de se distinguir os moradores antigos dos moradores que se estabeleceram mais recentemente no município, foi inserida a questão “*Há quantos anos o entrevistado reside em Sabará?*”:

Gráfico 18 – Tempo que reside em Sabará



Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Esta questão especificamente é importante quando se faz uma leitura mais aprofundada dos resultados, pois se percebe que as respostas das demais questões estão completamente relacionadas ao tempo que a pessoa reside no

¹⁴ Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010; Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=315670&search=minas-gerais|sabara|info%20gr%20ficos:-evolu%20e3o-populacional-e-pir%20mide-et%20ria>.

município. De todos os entrevistados, 49 moram há menos de dez anos em Sabará, 31 há menos de 20 anos e apenas 16 moram há mais de 21 anos.

Na terceira questão o tempo também se faz presente, mas desta vez relacionada à faixa etária dos moradores. Para que se fosse feito um estudo mais aprofundado e com um nível maior de confiança, foram divididas em duas as faixas etárias:

-15 a 39 anos;

-39 acima.

A escolha da idade mínima de 15 anos se deu por conta de dois motivos, a confiabilidade dos entrevistados e também por ser a idade onde as escolas iniciam estudos sobre o turismo e a história do município, informações essas de grande importância para o que o estudo tem como objetivo. O estudo da divisão de faixas etárias em pesquisas de qualquer tipo é importante para nortear a elaboração de planejamentos públicos, e quando o estudo é feito de tempos em tempos, é possível conhecer a evolução da população.

Gráfico 19 – Faixa etária



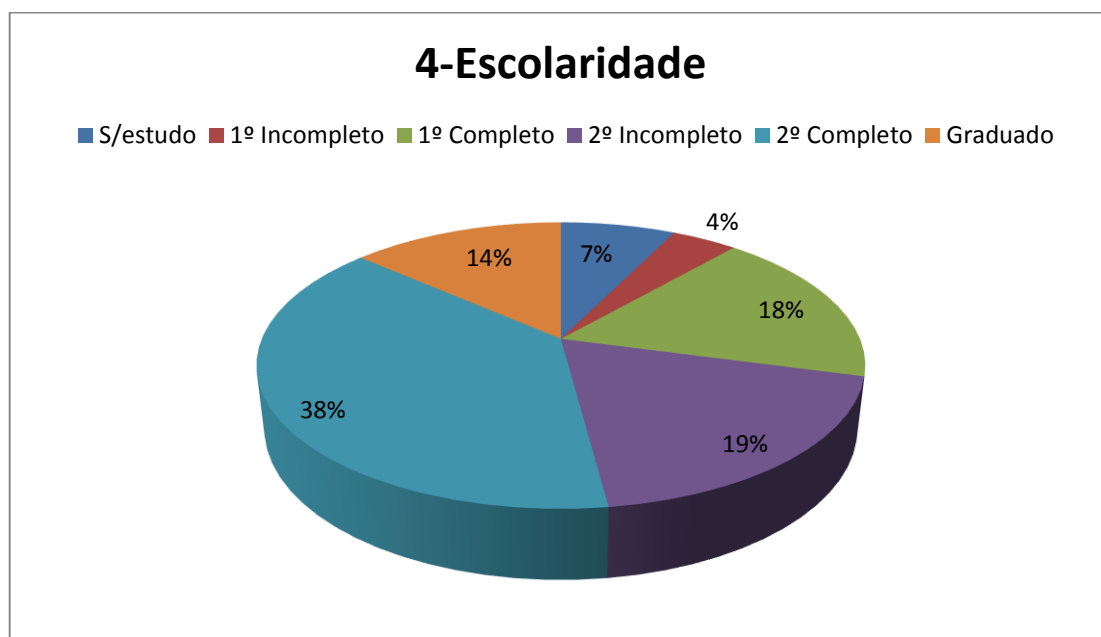
Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Como é possível observar a maioria dos moradores entrevistados possui 39 anos ou mais, 60% que significam 57 pessoas, enquanto 40%, ou 39 pessoas, estão na faixa etária dos 15 anos até os 39.

É importante a utilização de questões como esta para se realizar um recorte mais específico sobre a idade dos entrevistados.

A próxima questão é referente ao grau de escolaridade dos entrevistados, ela é inserida no questionário para que se possam criar comparativos entre as questões e estabelecer relações entre o grau de escolaridade e a preocupação com o patrimônio que o entrevistado possui. Como será possível observar, de todas as respostas, as que não foram mencionadas ao menos uma vez, foram especialização, mestrado, doutorado.

Gráfico 20 - Escolaridade

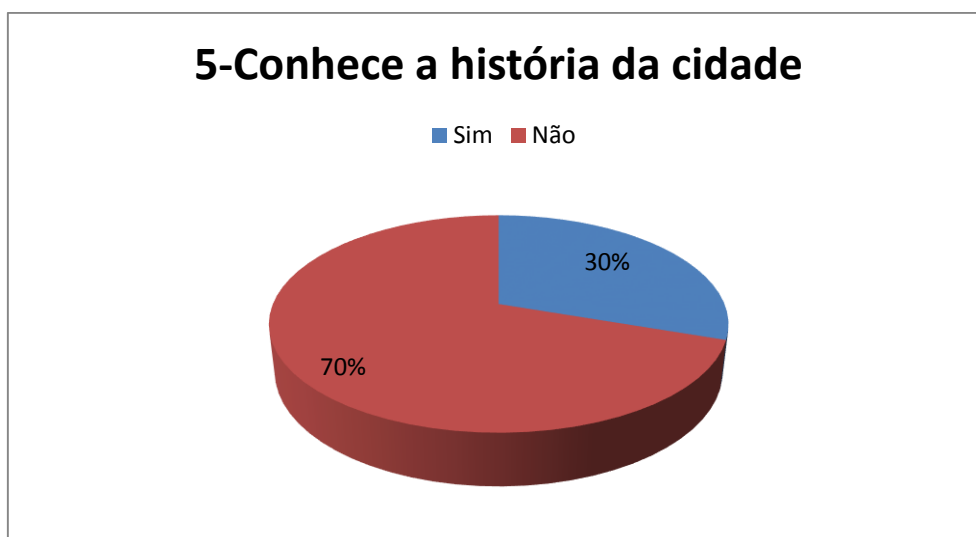


Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

O resultado para tal questão foi de 7 pessoas sem estudo (7%), 4 pessoas com 1º grau incompleto (4%), 17 pessoas com o 1º grau completo (18%), 18 pessoas com o 2º grau incompleto (19%), a grande maioria se encontra hoje com o 2º grau completo totalizando 37 pessoas (38%) e são 13 os graduados em algum curso superior (14%).

A quinta questão era sobre o conhecimento da história da cidade:

Gráfico 21 – Conhece a história da cidade



Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Apenas 29 dos entrevistados tinha algum conhecimento relacionado à história do município, o restante, 67, não tinha a menor noção de qualquer informação relacionada à questão. Cabe ressaltar que o resultado obtido nessa questão em específico, não se trata de um conhecimento aprofundado da história do município, mas um conhecimento mais relativo e geral da mesma.

Esta não foi uma questão aberta, mas em conversas informais com os entrevistados, os mesmo relataram que a falta de ensino de qualidade e/ou a falta de ensinar a história de Sabará nas escolas antigamente era o principal fator para esse desconhecimento da história do município.

Após o questionamento sobre a história fez-se necessário perguntar qual a importância o morador dá para o patrimônio cultural de Sabará:

Gráfico 22 – Importância do patrimônio cultural

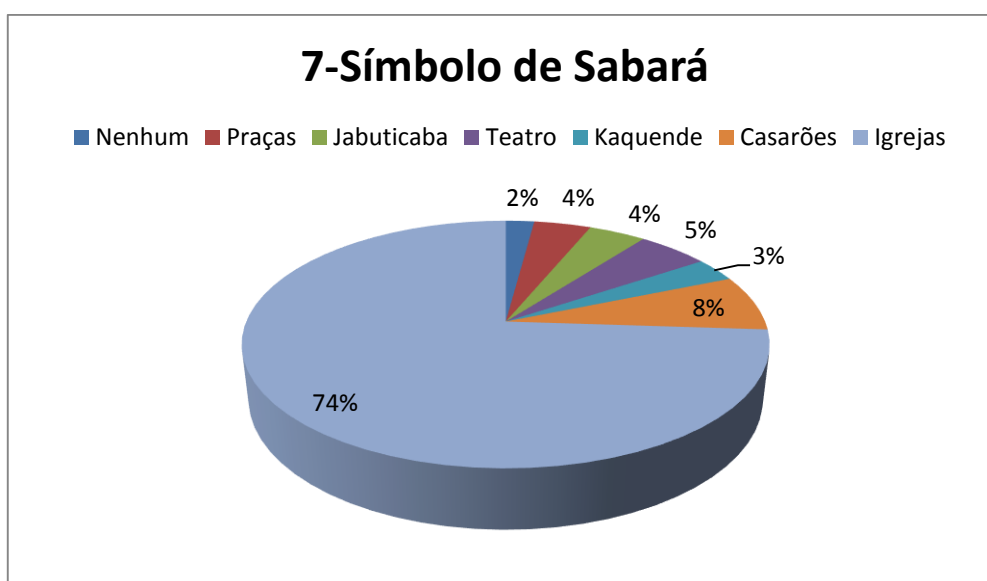


Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Aqui é possível se estabelecer um paralelo entre as duas últimas questões, mesmo com a falta de conhecimento da história do município, e, conseqüentemente, o desconhecimento acerca da história da maioria do patrimônio cultural, o morador respondeu de forma interessante à questão sobre a importância dada por ele ao patrimônio, apenas uma pessoa se mostrou indiferente, duas não dão importância e a maioria, 93 entrevistados, acha o patrimônio cultural local importante.

De forma mais livre, na primeira questão aberta do questionário, foi perguntado qual seria o símbolo do município para o entrevistado. Apesar da pergunta ter sido aberta, foi possível se criar um gráfico tendo em vista o número limitado de respostas obtido:

Gráfico 23 – Símbolo de Sabará



Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Quando a pergunta é feita de forma livre, acaba por se evocar a memória do sujeito morador naquele exato momento, onde para ele, vem à sua cabeça o símbolo de Sabará segundo suas lembranças e importância dada à resposta que se segue. As duas respostas mais apresentadas foram: Casarões com sete repostas e Igrejas, com a grande maioria de 71 repostas.

Tendo em vista que Sabará é uma cidade histórica tendo uma forte presença da religião, do turismo religioso, apresentando ainda um cenário urbano com vários casarões antigos, era de se esperar o resultado obtido nesta questão em particular.

A oitava pergunta se tratava do conhecimento dos moradores quanto aos seus atrativos turísticos; por ser uma questão fechada, mas com várias opções de resposta ao mesmo tempo, seu resultado não será apresentado em gráfico como o restante das respostas de questões fechadas até o momento. Dos 96 entrevistados, a maioria conhecia praticamente todos os atrativos que estava à disposição na resposta, como pode ser visto abaixo, o número apresentado à frente de cada atrativo corresponde ao número de entrevistados que conhecia cada um:

90	Igrejas	52	Museu	47	Parques
83	Praças	79	Carnaval	69	Semana santa
65	Corpus Christi	62	Festival inverno	83	Festival Ora Pro Nobis
93	Festival Jabuticaba	80	Casarões	50	Teatro

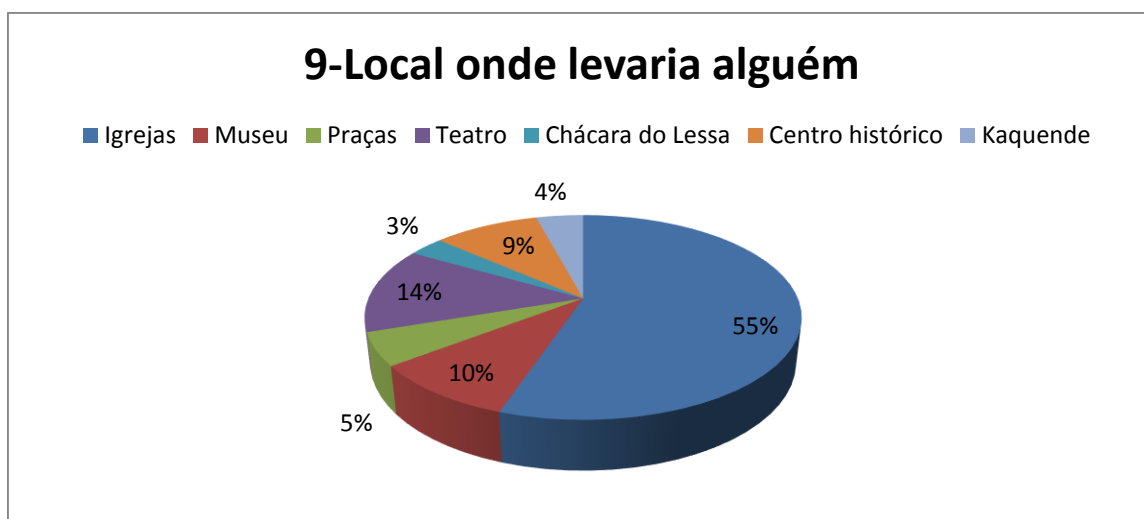
Quando se estuda mais atentamente os números, percebe-se que mesmo sendo uma cidade de cunho religioso, fora as igrejas que praticamente todos conhecem, os atrativos mais conhecidos ficam por conta de patrimônio imaterial, no caso o Festival da Jabuticaba e o Festival Ora Pro Nobis.

As praças também obtiveram resultado significativo, tendo em vista de se tratarem dos principais pontos de encontro presentes no centro histórico.

Já em relação aos imóveis a surpresa fica por conta do Teatro Municipal, quase metade dos entrevistados nunca visitou ou não conhece, ficando abaixo até mesmo do Museu do Ouro.

Após a pergunta sobre quais atrativos o morador conhecia, foi preciso questionar onde ele levaria alguém interessado em conhecer Sabará. Os entrevistados não foram levados a nenhuma resposta e acabaram por responder apenas um lugar cada um, mesmo a questão sendo aberta e com a possibilidade de várias respostas:

Gráfico 24 – Local onde levaria alguém



Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Novamente a reposta com maior número foi Igrejas com 53 (55%), seguidos por Teatro 13 (14%), Museu 9 (10%), Centro histórico 8 (9%), Praças 5 (5%), Kaquende 4 (4%) e Chácara do Lessa com 3 (3%).

Como visto, o trabalho proposto visava à coleta e análise de dados referente à visão que os moradores têm sobre o patrimônio e suas relações com a memória; por isso a questão sobre o patrimônio imaterial também foi incluída na pesquisa. Aqui foi perguntado se o entrevistado identificava algum evento ou festa importante para o município e quais eram estas festas ou eventos. Novamente a questão foi aberta dando espaço para diversas respostas, inclusive mais de uma resposta para cada entrevistado:

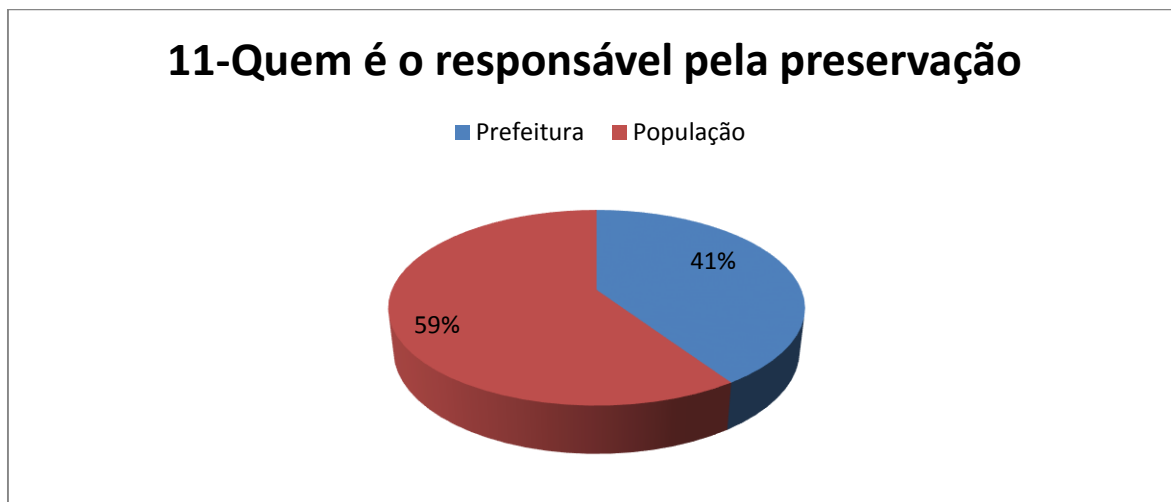
43	Carnaval	62	Festival Jabuticaba	57	Festival Ora Pro Nobis
7	Corpus Christi	12	Aniversário cidade	50	Semana santa

Todos os noventa e seis entrevistados disseram sim, que existia algum evento ou festa importante no município. As únicas festas e eventos lembrados no momento dos questionários foram estas acima. Algumas vezes o entrevistado respondia com mais de um evento, e muitas vezes sem ligação entre eles,

como a Semana Santa e Carnaval, ou Festival Ora Pro Nobis e aniversário da cidade.

Em outra questão aberta, o entrevistado foi perguntado sobre quem eram, para ele, os responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural de Sabará:

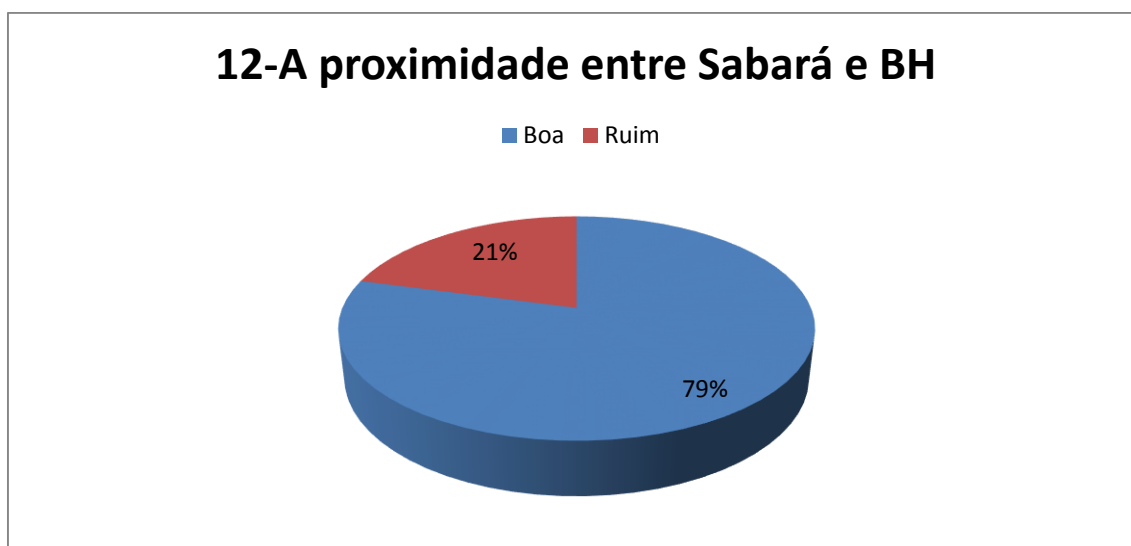
Gráfico 25 – Quem é o responsável pela preservação



Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

É interessante observar que a população, em sua grande maioria, pensa ser ela própria a responsável pela preservação do patrimônio, enquanto apenas 39 entrevistados (41%) pensam ser a prefeitura, e os órgãos competentes dentro da mesma, a responsável, a maioria de 57 (59%) não só admite seu papel na preservação, mas também se coloca como o maior responsável. Aqui é percebida uma falta de conhecimento sobre os demais órgãos responsáveis pela preservação nos outros níveis, estadual e federal; tanto o IEPHA quanto o IPHAN não foram citados nesta questão aberta.

A próxima questão foi de fundamental importância, pois foi a que refutou uma das hipóteses previamente elaboradas na construção do trabalho, a de que os moradores do município de Sabará veriam como fator negativo a proximidade entre Sabará e Belo Horizonte, que chega a aproximadamente vinte e dois quilômetros:



Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

A grande maioria, 76 entrevistados (79%), acha esta proximidade entre a capital do estado e o município de Sabará boa. Os motivos obtidos através da questão aberta foram vários, com destaque para a maior oportunidade de empregos e melhor condição de tratamento em relação a problemas de saúde.

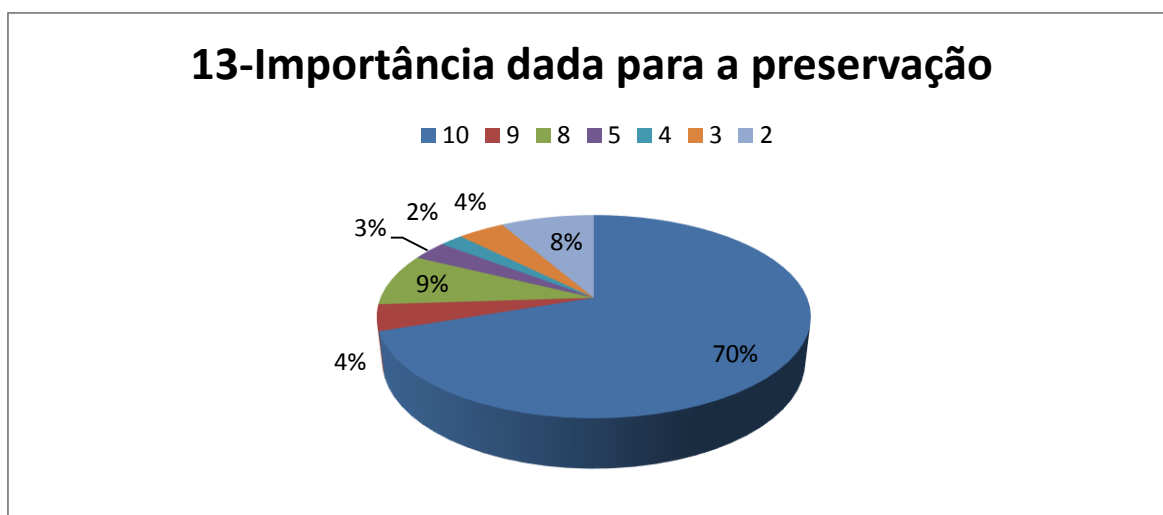
Os 20 entrevistados (21%) que viram como ruim esta proximidade relataram que o maior problema é o enfraquecimento do comércio local.

O município de Sabará hoje é tido como uma espécie de “cidade dormitório”, como já foi dito anteriormente neste trabalho. Justamente por essa divisão comercial e de empregos entre a capital Belo Horizonte e o município. Sabará não tem hoje como atender a todos aqueles que buscam empregos, e também não possui estrutura para a área da saúde. Tudo isso leva o morador a buscar empregos em Belo Horizonte, o que causa também o desvio de renda e gastos, que poderiam ser feitos no município, para a capital mineira. Muitos moradores só retornam à Sabará para dormir.

A próxima questão diz respeito à importância dada pelo entrevistado em relação à preservação do patrimônio histórico cultural de Sabará, levando em conta uma nota de 01 a 10¹⁵:

¹⁵ AS notas 01, 06 e 07 foram retiradas do gráfico por não terem recebido nenhuma resposta.

Gráfico 27 – importância dada para a preservação



Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Uma grande parcela dos entrevistados considera de extrema importância a preservação do patrimônio do município, mais precisamente 67 (70%). Mas o interessante a ser observado aqui é que 15 entrevistados deram nota cinco ou menor para esta questão. Mesmo 97% dos moradores tendo respondido na questão seis que acham importante o patrimônio, 17% não consideram a preservação do mesmo tão importante assim.

Faz-se necessário a busca do porquê mesmo achando importante o patrimônio o morador muitas vezes não associa essa importância à preservação do mesmo.

É possível perceber essa diferença também na próxima questão, onde o entrevistado foi perguntando se a preservação deste patrimônio é importante para a atividade turística no município.

Gráfico 28 – A importância da preservação para a atividade turística

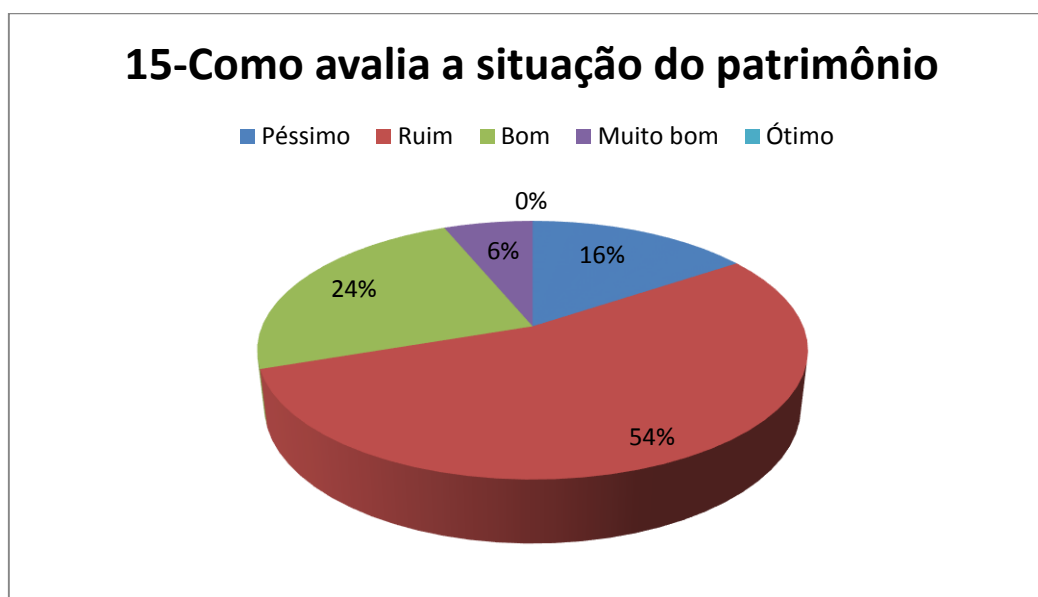


Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Da mesma forma que na pergunta anterior, os entrevistados deram a entender que a maioria, 80 (83%), considera a preservação do patrimônio importante para a atividade turística, mas que 16 (17%) ainda sim acham não ser importante esta preservação relacionada à atividade turística.

A próxima questão tem como objetivo entender a visão do morador em relação ao patrimônio e sua atual situação:

Gráfico 29 – Como avalia a situação do patrimônio



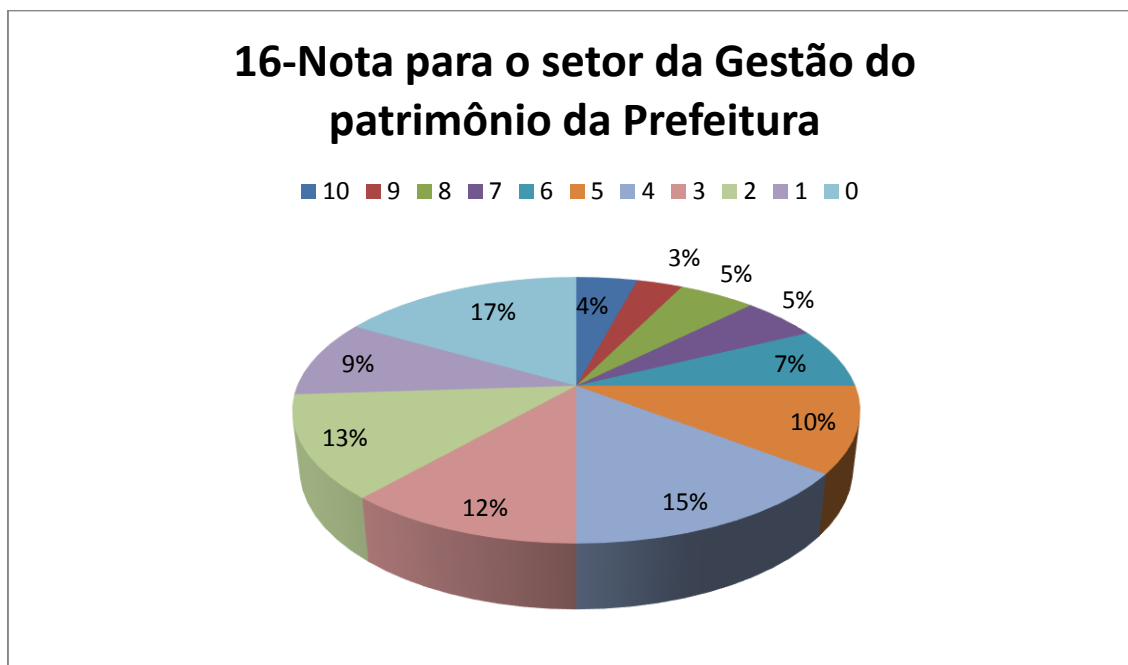
Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Essa questão talvez seja a mais importante até o momento, pois se trata exatamente do objetivo central do estudo, que é a visão do morador em relação ao patrimônio. O resultado se mostra interessante quando é feito um paralelo com as respostas da questão 11, onde 59% dos entrevistados pensam ser a população o responsável pela conservação e preservação do patrimônio. Nesta questão onde ele avalia a atual situação do mesmo, os entrevistados, em sua grande maioria, avaliam como péssima ou ruim a situação do patrimônio, somando 70%, com os outros 30% considerando bom ou muito bom.

A divisão exata foi a de 15 entrevistados (16%) considerando péssimo, 52 (54) ruim, 23 (24%) bom e 6 (6%) considerou a atual situação do patrimônio muito bom, nenhuma resposta foi computada para a opção ótimo.

Na última questão relacionada à primeira parte da metodologia foi necessário deixar claro para os moradores qual era o setor dentro da prefeitura responsável pela gestão do patrimônio no município. A partir daí, o morador deu uma nota até 10 para o setor e explicou o porquê da nota:

Gráfico 30 – Nota para o setor da Gestão do patrimônio



Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Quando o morador tem o conhecimento de qual setor específico é responsável pela gestão do patrimônio no município, a situação se modifica. No gráfico a

representação da porcentagem coincidiu com o número dado a cada nota, ou seja, utilizando como exemplo a nota 10, apenas 4 pessoas deram nota 10 coincidindo com os 4 % no gráfico.

A atuação da secretaria de Cultura e Gerência de Patrimônio não é bem vista pelos moradores, como pode ser observado: 72 dos entrevistados deu nota cinco ou menor, ficando ainda mais perceptível o descontentamento quando se observa que a nota zero foi dada 16 vezes. Assim percebe-se que o morador considera insatisfatório o trabalho que a Gerência de Patrimônio vem fazendo, pelas respostas do por que dessa insatisfação é possível ter uma percepção maior.

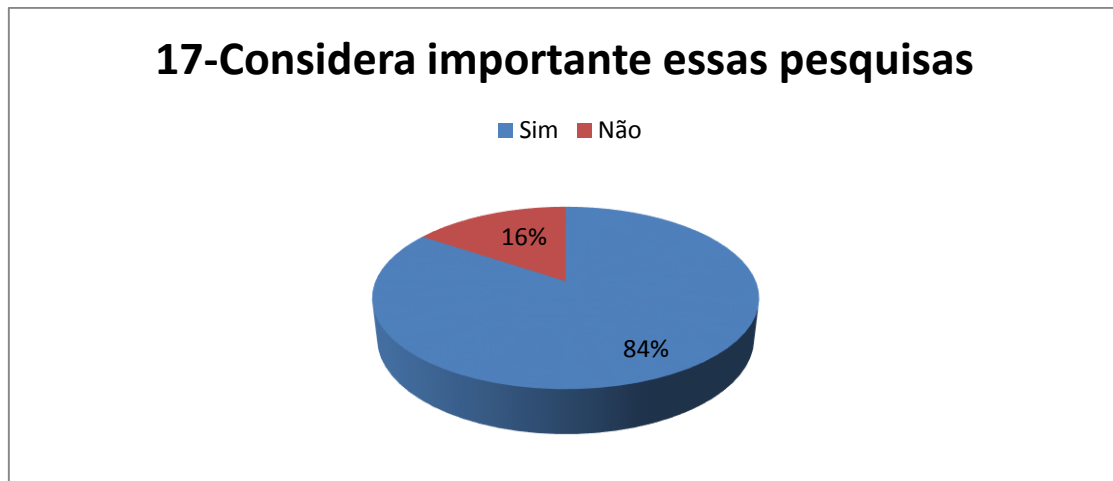
Das pessoas que deram nota zero, as respostas foram a de que *“nem ao menos sabemos o que eles fazem, deviam divulgar mais seu trabalho”*; outros entrevistados responderam que, *“quando se compara Sabará com Ouro Preto ou Tiradentes dá pra ver que o patrimônio daqui tá largado”*.

Muitos dos que deram nota cinco ou abaixo responderam da seguinte forma: *“Nunca vi eles fazendo nada”*. Mas talvez a que mais chama a atenção das notas baixas é a resposta de que *“Não é possível ver nenhum resultado de preservação”*.

Já entre as notas mais altas as respostas que mais apareceram foi a de que *“a cidade está sempre bonita e bem cuidada”*, *“as igrejas estão sempre bonitas pelo menos por fora”* e também foi respondido que *“O trabalho da gerência está até bom se for pensar que a população não colabora e eles têm pouco dinheiro pra trabalhar”*.

A última pergunta da primeira parte do questionário foi realizada com o intuito de se mensurar a importância dada pelo morador a entrevistas e pesquisas deste tipo. Foram perguntados se os entrevistados achavam importante a realização, de tempos em tempos, de pesquisas deste tipo:

Gráfico 31 – Considera importante essas pesquisas



Fonte: Elaborado pelo autor em Janeiro/2015

Dos noventa e seis entrevistados 81 (84%) disseram achar importante esse tipo de pesquisa de tempos e tempos, enquanto 15 (16%) disseram não achar importante.

Das respostas do porque achavam ou não importante, da maioria que respondeu sim, as respostas mais vistas foram *“a opinião da população também é importante”*, *“Dessa forma temos chance de emitir a nossa opinião e quem sabe até de influenciar alguma mudança”*, *“Todos de uma sociedade devem ter direito de dar sua opinião”*. Já os moradores que disseram não achar importante esse tipo de pesquisa, responderam *“Porque não é a gente que tem que ficar avisando o que está bom ou ruim”*, *“acho que perdemos tempo e não adianta pra nada”* e a que mais apareceu nas respostas foi a de que *“nunca adianta e nunca muda nada”*.

Após a aplicação do questionário, foi utilizada a metodologia de percepção de fragmentos do patrimônio, onde fotos de fragmentos do patrimônio eram mostradas aos entrevistados e algumas perguntas, como “você conhece esse patrimônio?”, ou “O que esse patrimônio significa para você?”, fora feitas a fim de se entender como a memória do sujeito morador funciona neste momento.

Metodologia essa muito bem empregada na tese de doutorado do Dr. Juca Villaschi (2014), como o próprio autor explica:

Não estava em questão avaliar o nível de conhecimento técnico ou artístico dos entrevistados, nem sua leitura estética. Mas, a partir do

seu posicionamento e da sua relação com elementos arquitetônicos banais, foi possível apreender o grau de familiaridade, consciência, percepção e memória - visual, que seja - de elementos patrimoniais explícitos, impressos no território em diferentes tempos. Tratou-se de, através de detalhes banalizados na paisagem urbana cotidiana, avaliar a compreensão do indivíduo sobre o sentido do patrimônio com o que ela convive e sua inserção no território. (VILLASCHI, 2014, p.47).

Todos os fragmentos apresentados se encontram em anexo. Foram apresentadas seis imagens para os entrevistados, que correspondiam a estes locais:

Figura 1- Teatro



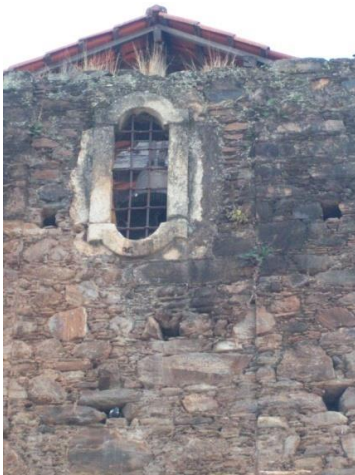
- a) Você sabe onde é ou onde tem um beiral como este?
- b) Isso é daqui do Brasil ou de onde teria vindo?
- d) Sabe dizer se existem outros iguais espalhados pela cidade?

Figura 2- Chafariz do Kaquende



- a) Você sabe qual chafariz é este da foto?
- b) Ele se encontra em funcionamento?
- c) Conhece alguma história relacionada a este chafariz?

Figura 3- Igreja Nossa Senhora do Rosário



- a) Você sabe qual é a igreja desta foto?
- b) Onde esta igreja está localizada?
- c) O que ela representa para você?

Figura 4- Igreja Nossa Senhora do Carmo



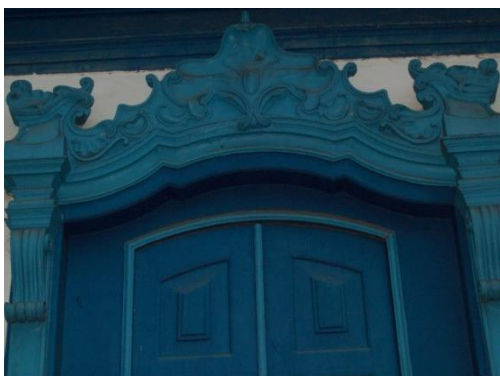
- a) Você sabe qual é a igreja desta foto?
- b) Você sabe qual artista/escultor famoso ajudou em sua construção?

Figura 5- Ruínas casarão Melo Viana



- a) Você sabe que ruínas são estas?
- b) Onde está localizada?

Figura 6- Casa azul na Rua Pedro II



a) Você sabe de qual prédio é esta porta?

b) Qual a importância da rua onde este prédio se encontra?

Na primeira imagem apresentada foi perguntado se o entrevistado saberia dizer onde se encontrava o beiral demonstrado na foto, 76 moradores (79%) conseguiram identificar o teatro municipal como o local da foto e 20 (21%) não soube dizer onde era o local. Quando perguntado sobre a origem deste beiral, 27 (28%) disse que achava que era de Portugal, 39 (41%) disser ser de origem brasileira e 30 (31%) não soube dizer sua origem. Ao ser questionado se o morador já havia visto algum beiral parecido no município, 56 (58%) disse que já viu em outros casarões e 40 (42%) disse nunca ter reparado ou não sabe se existe.

A imagem do chafariz do Kaquende foi reconhecida por 71 (74%) dos entrevistados enquanto 25 (26%) não souberam identificar o local da foto. Ao saberem de qual chafariz se tratava, o morador foi perguntado se o mesmo se encontrava em funcionamento, todos os 96 (100%) dos entrevistados disse que sim, o chafariz estava em pleno funcionamento. A terceira pergunta relacionada a esta imagem foi se o morador conhecia alguma história relacionada ao chafariz do Kaquende. 42 (44%) disseram que não, enquanto as outras 54 (56%) relataram conhecer histórias, a mais citada foi um folclore repassado de geração para geração: *“quem bebe dessa água sempre volta”*. Nesta parte fica visível a memória convocada a partir desta imagem, uma memória coletiva que é passada de pai para filho.

Uma das janelas com um sino da Igreja Nossa Senhora do Rosário foi apresentada na terceira imagem. 83 (87%) das pessoas conseguiram identificar tanto a igreja quanto o local, enquanto 13 (13%) não souberam responder qual era a igreja e onde ela estava localizada. Ao ser perguntado do

significado desta igreja para a pessoa, 71 (74%) responderam “A fé”, 12 (12%) responderam turismo e/ou patrimônio e o restante, 13 (14%) disseram que não tinha nenhum significado para eles.

Na quarta imagem apresentada, 81 (84%) dos entrevistados conseguiu identificar a Igreja Nossa Senhora do Carmo e 15 (16%) não souberam identificá-la. A segunda pergunta desta imagem buscou não só o conhecimento de qual igreja era, mas também o conhecimento de qual artista/escultor famoso havia trabalhado em sua construção, 58 (60%) sabiam da história de Aleijadinho junto à construção da Igreja e 38 (40%) não souberam responder.

As ruínas do casarão onde Fernando de Melo Viana, ex-governador de Minas Gerais e ex-vice-presidente da República, residiu foi apresentada como quinta imagem. Dos noventa e seis entrevistados, apenas 23 (24%) souberam dizer que ruínas são essas e a sua localização, 73 (76%) disseram não saber que ruínas eram nem tampouco sua localização.

A última e sexta imagem apresentada para os moradores foi a porta do imponente casarão conhecido como “Casa Azul”. 25 (26%) das pessoas entrevistadas reconheceram o casarão, 41 (43%) se confundiram e disseram que se tratava da prefeitura de Sabará enquanto 30 (31%) disseram não saber qual prédio era. A última pergunta procurou entender qual a importância da Rua Dom Pedro II (antiga Rua Direita) para o morador. 19 (20%) responderam que era a rua mais conhecida do centro histórico, 21 (22%) disseram que era a rua mais bonita da cidade, 8 (8%) disseram que era uma rua tombada e 48 (50%) não souberam responder qual era a importância desta rua para o morador.

Após os resultados obtidos através das três metodologias aplicadas, chegou-se a alguns problemas comuns relacionados à memória e ao patrimônio cultural de Sabará.

Quando se faz um cruzamento entre as respostas do questionário, por exemplo, é visível que o sujeito morador não possui um nível de pertencimento, são poucos os que conhecem ao menos uma parte da história do município.

Em conversas informais a maior causa percebida para tal desconhecimento foi a falta de uma educação ao longo dos anos que os moradores estiveram na escola, que ensinasse essa história do município.

Mas talvez o mais alarmante desse questionamento seja a percepção de que, tanto os mais jovens quanto os mais velhos, em sua maioria, responderam não conhecer a história de Sabará.

Mesmo a maioria sendo da faixa etária acima dos 39 anos (59%), fica claro que aqui a idade não representa um indicador confiável quando se cruza o resultado do tempo que cada morador reside no município. Dos noventa e seis entrevistados a grande maioria, 49 moradores, mora a menos de dez anos no município, 31 a menos de 20 anos e apenas 16 a mais de 21 anos.

É possível entender que esse baixo nível de pertencimento é relacionado também ao tempo que o entrevistado mora no local. Este nível de pertencimento tem muito a ver com o crescimento do ser humano naquela localidade, quanto mais tempo a pessoa passa se desenvolvendo junto com a cidade, mais ela vai se sentir proprietária daquele local, e assim, através da memória, se fazer guardiã deste patrimônio.

O sujeito morador, mesmo não tendo conhecimento acerca da história, considera o patrimônio de Sabará e sua preservação muito importante. Vale ressaltar que de todos os entrevistados, foram encontrados moradores de vinte e cinco bairros diferentes. Mesmo não residindo no centro histórico, o morador dá valor a esse patrimônio.

A terceira e última parte da metodologia se preocupou em aprofundar mais a questão da visão do morador, mas tomando agora a perspectiva do morador que reside em imóveis tombados pelo município¹⁶. Nessa etapa também foi

¹⁶ O autor buscou realizar entrevistas com todas as residências listadas pela secretaria de cultural como imóveis tombados pelo município, mas alguns imóveis já não são mais residências impossibilitando a entrevista com o proprietário. Também houve pessoas que não quiseram responder por alguns motivos, um dos motivos foi o de que alguns moradores acharam que a entrevista era “coisa da prefeitura” e não quiseram nem ao menos conversar. Esses motivos possibilitaram ao autor realizar onze entrevistas, divididas entre três ruas do centro histórico, Rua do Carmo, Rua São Pedro e Rua Abreu Guimarães, além da entrevista com a secretaria de cultura.

feita também uma entrevista com a pessoa responsável pela gestão do patrimônio no município.

A entrevista seria feita com a Assessora Técnica e Museóloga Luzinete Assis de Jesus, que não se encontrava no local no momento da entrevista, respondida pelo historiador Rafael Boeing, funcionário da Secretaria de Cultura. Ao ser perguntado quais são os maiores desafios da gestão do patrimônio cultural no município, Rafael lista alguns problemas, como a *“falta de estrutura e de pessoal para funcionamento da gerência”*. Ele cita também a mudança atual na pasta da Cultura como um entrave, *“A Secretaria de Cultura está passando por uma nova fase de transição, que envolve a chegada de um novo secretário...”*, chegada essa que causa um certo problema, *“...o que vem atravancando um trabalho sistemático e organizado em torno do patrimônio”*.

A segunda pergunta realizada é sobre os projetos executados pela Prefeitura em cima da preservação do patrimônio material e imaterial, o historiador nos conta que existem alguns projetos em andamento, no âmbito imaterial *“ a gerência instruiu três processos de registro: Modos de fazer da Palma Barroca, da Renda Turca de Bicos e dos Pratos e Derivados à base de Ora-Pro-Nobis.”*

Já na esfera material ele lembra o convênio ao qual Sabará incluiu diversas obras de restauração/revitalização de bens, o PAC Cidades Históricas, *“com destaque para a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Conjunto da Rua Dom Pedro II”*.

Tentando entender mais as relações do poder público com o patrimônio, foi perguntado no que as leis municipais de proteção ao patrimônio ajudam na preservação do mesmo. O que pode ser percebido a partir da resposta, é que as leis são importantes instrumentos de salvaguarda, que acabam por obrigar a gestão a trabalhar o lado da preservação, independente de quem esteja à frente da Prefeitura. *“É um documento que pode ser acionado pelos cidadãos para que reivindiquem seus direitos à memória, à cultura e à história.”*

Hoje a busca pela proteção do patrimônio cultural passa também pela preocupação com a educação patrimonial, foi perguntado se existe no município algum plano de educação patrimonial em execução. Rafael disse que

“*formalmente não*”, mas que eles vêm buscando desenvolver uma metodologia proposta pelo IEPHA/MG com o projeto EDUCAR, “*Em 2014, iniciou as ações em dez escolas municipais, porém não pôde concluí-las em função de problemas no quadro de funcionários.*” Para esse ano de 2015 ele disse que a Prefeitura tem a intenção de desenvolver outras ações de educação patrimonial, “*as quais estão ainda em fase de elaboração/planejamento*”.

A entrevista foi encerrada com a pergunta: existe Conselho Municipal de Cultural? Ele está ativo? O historiador Rafael Boeing disse, “*existe apenas a Lei 1443/2006, lei esta que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura. O Conselho, no entanto, ainda não foi efetivamente posto em atividade.*”, finaliza.

Após a entrevista com a Gerência de Patrimônio municipal, foram feitas dez entrevistas com moradores residentes de imóveis tombados pelo município e uma com moradora residente de um bem imóvel com relevância cultural para o município (Casa de Aleijadinho) localizado na Rua do Carmo, imóvel esse que foi restaurado em 2008 conforme aprovação em uma lei municipal. Das dez entrevistas com moradores de imóveis tombados, sete se encontram na Rua São Pedro (Rua do Kaquende) e três na Rua Abreu Guimarães. Foi perguntado o tempo que o entrevistado vivia no imóvel, se haviam acontecido muitas mudanças no entorno do imóvel, incluindo a própria rua, o que o morador achava de tombamentos de imóveis residenciais e se ele achava importante a preservação do patrimônio no município.

De todas as pessoas entrevistadas apenas uma disse que não achava a preservação do patrimônio importante. A Sra. Cristina Dias Andrade, que reside na Rua São Pedro nº 114 há mais de 58 anos, relatou uma grande reforma no interior de sua casa, que manteve a fachada original. Sobre o que achava dos tombamentos residenciais a moradora disse “*bom porque fica bonito, mas não tem ajuda nenhuma para preservar*”.

A Sra. Isa Maria Calijorne, que reside há 45 anos na casa nº 09 da mesma rua, disse que tiveram muitas mudanças no entorno de sua casa, e que acha o tombamento ruim “*porque tem que ficar tudo igual, não pode mudar nada na fachada*”.

O sentimento de perda e nostalgia é perceptível no depoimento da Sr. Gláucia Horta, residente há 60 anos na casa nº 18 da Rua São Pedro. A moradora relata que houve muitas mudanças no entorno e que lamenta pois *“acha que o tombamento foi tardio, lamentando por ter muito patrimônio que já foi destruído justamente por não ter sido tombado antes.”*

Um dos depoimentos mais interessantes na questão da preservação foi a da Sra. Virgínia Vitor Evangelista, que mora há 19 anos na casa de nº 60 desta rua. Apesar de achar que tiveram poucas mudanças no entorno, ela mostra-se preocupada e conta como se iniciou a preocupação da gestão pública com os tombamentos, na opinião dela:

Minha casa só manteve a fachada original, por dentro é estilo mais moderno. Acho que houve o tombamento só depois que derrubaram a casa ao lado pra fazer um estacionamento do Supermercado Araújo, foi rápido, fizeram tudo em um fim de semana prolongado pra não ter tempo de fiscalizarem. Após isso a prefeitura “acordou” e tombou muitas casas na rua. (Entrevista feita com a Sra. Virgínia Vitor Evangelista. 15/01/2015).

A moradora diz ainda que a rua em fotos antigas era mais bonita, *“mudança prejudica, sou a favor da preservação”*.

De todas as entrevistas concedidas, apenas a Sra. Genevieve Vieira mora há pouco tempo no imóvel, tendo alugado o mesmo há apenas um ano. Pelo tempo como moradora da rua, não soube responder sobre as mudanças, mas disse que o tombamento é complicado, *“porque quando a pessoa não consegue manter a casa acaba caindo”*.

Já a Sra. Célia Dias Viana, a moradora mais antiga da rua, com 73 anos no imóvel, disse que tiveram algumas mudanças e que é a favor do tombamento, *“desde que faça parte de um projeto de ajuda para manter as características”*. Acha importante a preservação de todo o patrimônio em Sabará *“em todos os aspectos. É preciso que haja conscientização dos poderes e da população também”*.

Talvez a entrevista mais importante pelos detalhes obtidos em relação às mudanças na rua foi a da Sra. Laura Dias, ela reside há 53 anos na casa e disse que a rua sofreu muitas mudanças:

No fundo da casa houve várias obras dos vizinhos. A prefeitura fez fiação subterrânea e agrediu as fachadas de várias casas colocando lanternas. Teve a construção da torre da Oi. A demolição da casa para construir o estacionamento do Supermercado. (Entrevista feita com a Sra. Laura Dias. 16/01/2015).

A moradora acha importante o tombamento e a preservação do patrimônio, desde que haja incentivo. No caso da fiação subterrânea, ela conta que o próprio governo degradou as casas e não realizou nenhum reparo após as obras.

A Rua Abreu Guimarães foi outro local com moradores entrevistados. Moradora há 30 anos da residência nº 182, a Sra. Maria de Lourdes não percebeu muitas mudanças em sua rua, apenas em algumas fachadas de uma ou outra casa. A entrevistada disse que o tombamento é importante, pois *“Sabará é uma cidade mais antiga e tem que preservar a história e se não tombar o povo muda tudo”*. De todas as pessoas entrevistadas foi a única que relacionou a importância da preservação do patrimônio com o turismo. *“É muito importante, pois é o que atrai turistas pra cidade”*.

Já a Sra. Ana Júlia, moradora há 30 anos do nº 160 da Rua Abre Guimarães, apesar de considerar o tombamento e a preservação do patrimônio importantes para o município, conta que houve várias mudanças em sua rua e achou todas para melhor, *“Sofreram várias mudanças, no meu ponto de vista todas pra melhor, as casas estão mais bonitas e mais novas”*.

A entrevista mais interessante que foi coletada nesta rua foi a da Sra. Tereza Pena, residente há mais ou menos 51 anos no local. Ela considerou que aconteceram muitas mudanças, desde a parte asfaltada da rua até a Praça Melo Viana em frente à igreja do Rosário. Mas a parte interessante fica por conta de seu relato quanto à importância do tombamento:

Não gostei pelo fato que estamos passando por um enorme problema. Meu pai na década de 1970 fez uma reforma total na casa, reforma que foi aprovada pela prefeitura na época, mas depois que tombaram a casa estamos sofrendo um processo para fazer outra reforma e voltar ao que era antigamente, dizem que da rua 13 de Maio agora dá pra ver o fundo de nossa casa também e isso não é permitido. O tombamento foi feito e só depois notificaram a gente também. A prefeitura não dá nenhuma ajuda e o processo custa pra gente 50 reais por dia a mais de 2 anos. Agora vamos ter que fazer outra reforma quase total pra adequar ao que foi pedido. (Entrevista feita com a Sra. Tereza Pena. 16/01/2015).

A moradora finaliza dizendo que acha importante a preservação do patrimônio, mas nos casos de residência deve haver uma fiscalização igual para todos. Diz ainda que um dos problemas dessa fiscalização apenas para alguns, pode ser um tipo de *“perseguição política”*. Quem apoia a atual gestão acaba tendo privilégios nessa questão.

Mesmo não constando na lista de bens tombados a nível municipal pela Secretaria de Cultura, fato que causa certo estranhamento devido à importância do mesmo, o autor considerou importante coletar o depoimento de uma casa da Rua Do Carmo. Casa essa que se trata da casa onde Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, residiu enquanto trabalhava na construção da Igreja Nossa Senhora do Carmo.

A moradora do imóvel nº 153 da Rua do Carmo é a Sra. Rute, que mora há 22 anos no local. A casa pertence a oito herdeiros da família de sua sogra, que também mora no imóvel. Rute é catadora de latinhas em eventos e festas pelo município. Ela relata que a reforma foi boa apenas no momento, mas que conseguiu piorar tudo com o tempo, o piso original foi todo trocado por madeira de qualidade inferior, o telhado que era de telhas grandes foi trocado por telhas pequenas, *“tem tanto espaço entre telhas e buracos que direto entra gambá pelo telhado”*. Hoje, segundo a Sra. Rute, a casa encontra-se toda mofada e com inúmeros buracos no chão, paredes e telhado, *“o pior é na cozinha, que não tem forro, quando chove inunda tudo, quando chove granizo cai dentro da cozinha”*.

A moradora já procurou por várias vezes a Prefeitura, onde disse ter sido mal atendida. Uma vereadora já visitou também a residência com funcionários da prefeitura e até um deputado já conheceu a residência, que segundo Rute é a única casa de Aleijadinho ainda em pé em todo o país. De nada adiantou e a casa a cada dia se deteriora mais.

Mesmo com a procura por ajuda, a morador diz que não tem mais esperança de que alguém ou algum órgão público vá oferecer a ajuda necessária para manter a casa por muito tempo.

Ao final das entrevistas é possível perceber que a população que reside em imóveis tombados mostra uma preocupação com a manutenção dos mesmos. A grande maioria acha certo o tombamento e vê como importante instrumento que é capaz de manter o imóvel com suas características que o fizeram ser único.

Também é possível perceber que, apesar da maioria concordar com o tombamento como forma de proteger a memória e a vertente histórica dos imóveis, os moradores não acham certa a falta de apoio financeiro que os responsáveis pelo tombamento oferecem. A Prefeitura muitas vezes não oferece nenhum apoio financeiro, o que acaba por causar a deterioração natural dos imóveis, tendo em vista que o próprio morador não possui recurso para manter ou realizar as obras necessárias.

As perguntas feitas no questionário buscaram resgatar um pouco da memória do morador, algumas questões abertas deixavam o entrevistado se envolver em uma viagem solitária e única de seu próprio conhecimento acerca do patrimônio do qual ele era envolvido quase que diariamente.

Sendo um município fundado e criado ao longo dos anos em volta da religião, não foi de se surpreender que a grande maioria, quando se permitia esse resgate livre da memória, sugeria as Igrejas não apenas como símbolo de Sabará, mas também como o atrativo turístico mais lembrado e também como o local a se levar alguém que gostaria de conhecer o município.

Na parte do patrimônio imaterial, Sabará possui várias manifestações religiosas e eventos do tipo, e mesmo o morador colocando a Igreja como patrimônio mais lembrado, as festas religiosas não tiveram o mesmo êxito no cunho imaterial, os eventos e festas mais lembrados pelos entrevistados não foram aqueles em que a própria comunidade participa de todo o processo, mas sim os eventos feitos para os turistas, como o festival da Jabuticaba e o Festival Ora Pro Nobis. Aqui fica claro que o morador dá importância para eventos que gerem renda e que atraiam mais turistas para Sabará.

Como turismólogo, o autor entende essa percepção da busca por uma cidade cheia de turistas, mas não pensa ser correta a forma como é feita no município.

O turismo é uma via dupla e pode ser o salvador de uma localidade, mas também seu maior vilão, os impactos causados pelo turismo, seja de ordem ambiental ou social, são muitas vezes irreversíveis.

Sabará não tem um histórico correto relacionado ao turismo, tendo seus maiores gastos na área de eventos. Para se ter uma ideia, apenas no carnaval de 2015 fala-se em gastos aproximados de três milhões de reais, o que chegaria a quase o total do dinheiro destinado à pasta do turismo juntamente com a pasta da cultura.

Os pilares do turismo sustentável são o social, ambiental e o econômico. Todo esse processo só é possível com a população local inserida, o que é percebido é que essa inserção é vista pela gestão pública apenas como participação nos eventos acima citados, onde são cedidas através de licitações ou leilões barracas de alimentos e bebidas ou de exposição de algum produto.

Os gastos mal direcionados, os projetos que muitas vezes ou não existem ou não saem do papel e a falta de uma infraestrutura (estrutura essa concentrada apenas no centro da cidade) condizente com a importância histórica do município faz com que o turismo aqui se faça vilão, um turismo apenas de eventos, que gera renda para pouquíssimos moradores e não se preocupa com a construção de identidade do morador para um aumento do nível de pertencimento em relação ao seu próprio patrimônio.

Neste sentido, é interessante refletir que, em uma das respostas, a maioria dos moradores disse ser ele o responsável pela preservação do patrimônio, dando a entender que, mesmo com as falhas da gestão pública e as devidas cobranças da comunidade, a prefeitura fica em segundo plano e o cidadão é quem deve ser o maior preocupado em preservar seu próprio patrimônio.

A surpresa dos resultados obtidos com os questionários fica por conta da questão que acabou por refutar a hipótese de que, para o morador, a proximidade com a capital mineira, Belo Horizonte, fosse algo negativo.

A maioria vê essa proximidade como algo positivo e listou a oportunidade de empregos e a possibilidade de um melhor tratamento de saúde como principais

motivos. Já os que não acham essa proximidade boa deram como motivo o enfraquecimento do comércio local.

Mesmo tendo visto como positiva essa proximidade, o morador acabou por confirmar o que há tempos vem sendo discutido em relação ao município, que se tornou “cidade dormitório”, pois o morador busca oportunidades de emprego fora e acaba por gastar toda sua renda na origem deste emprego, voltando à Sabará apenas para dormir e retornar à labuta no próximo dia.

Pelas entrevistas foi possível perceber o descaso, na visão do entrevistado, do setor responsável pela gestão do patrimônio. Notas baixas para a Gerência de Patrimônio, e aqui surge outro problema, muitas das notas baixas foram dadas por pessoas que diziam não ter a menor noção do que é feito por este setor e/ou nunca ter visto nada sendo feito por eles no patrimônio do município.

Essa falta de comunicação entre a gestão pública e a população tem que ser revista. Afinal, a cada ano que passa, o cidadão começa a entender que não deve temer e sim cobrar da prefeitura que, por serem eleitos pela sociedade, é quem são os funcionários da mesma.

A partir das entrevistas foi possível perceber que o morador de residências tombadas pelo município no centro histórico considera, em sua maioria, importante tanto o tombamento quanto a preservação de todo o patrimônio.

Mas ficou claro também que o maior problema identificado foi a falta de apoio financeiro após os tombamentos. Para os entrevistados não adianta tomba um imóvel se não puder oferecer ajuda para mantê-lo da forma que é pedido.

Muitas pessoas relataram a descaracterização de casas tombadas também, descaracterização essa vista pela falta quase total de fiscalização dos órgãos competentes. Fachadas e mesmo calçadas foram comprometidas ao longo dos anos por descaso da gestão pública ou por conta de obras indevidas feitas pela própria prefeitura, que após seu término não realizou os devidos reparos nestas obras.

Essa falta de fiscalização fica clara levando dois exemplos em consideração, um imóvel tombado na Rua Abreu Guimarães e outro na Rua São Pedro.

O imóvel de nº 192 da Rua Abreu Guimarães hoje abriga uma academia de ginástica, apesar das poucas modificações, tanto na fachada quanto em seu interior, o uso é visivelmente de ordem incorreta no que se diz respeito à sua conservação, teto, chão e paredes são modificados para se adequar às necessidades da academia.

Foto 26 – Imóvel tombado Rua Abreu Guimarães nº192



Fonte: www.corpoemovimentosabara.com.br

Já na Rua São Pedro, o imóvel de nº 74 procurou manter a fachada original, mas se encontra completamente descaracterizado, a antiga casa hoje aluga salas comerciais, funcionando agência de viagens e lojas, suas janelas e portas já não existem tendo sido trocadas por janelas e portas de vidro.

Foto 27 – Imóvel tombado Rua São Pedro nº 74



Fonte: Google Street View

Quando se observa a entrevista feita com a secretaria de cultura, é notável que a falta de um planejamento de gestão é um dos maiores problemas para o

setor responsável pela cultura e pelo patrimônio no município. A falta de funcionários e estrutura física para funcionamento da Gerência de Patrimônio, e as constantes mudanças de secretários para a pasta da cultura, fazem com que o trabalho seja dificultado e não caminhe como deveria. Essa constante mudança e troca do Secretário, ou dispensa de funcionários faz que o município perca verbas advindas do ICMS cultural, por exemplo.

Mesmo com todas as dificuldades, foi dito que a gerência vem trabalhando em cima de projetos de preservação, tanto do patrimônio material quanto imaterial.

No âmbito do imaterial, em 2014, a Gerência de Patrimônio instruiu três processos de registro, são eles os modos de fazer da Palma Barroca, da Renda Turca de Bicos, e dos pratos e derivados à base da planta Ora-Pro-Nobis.

É de conhecimento do autor que, no caso da Renda Turca de Bicos, existe um entrave, pois as senhoras que hoje guardam os segredos do modo de fazer deste artesanato, se negam a passar para frente essa arte. A educação patrimonial, neste caso a conscientização da importância de se passar os modos de fazer para frente, ensinando novas artesãs, deve ser prioritário neste caso, que não se dá ao luxo de esperar muitos anos.

No que se diz respeito ao patrimônio material, existe ainda o PAC¹⁷ Cidades Históricas, que prevê a restauração/revitalização de diversas edificações tombadas a nível federal, com destaque para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e o conjunto da Rua Dom Pedro II.

O trabalho aqui em questão não é uma tentativa de se apontar erros, tanto da própria população quanto da gestão pública responsável pela cultura e gestão do patrimônio no município.

O que se propõe é a construção de indicadores que possam nortear ações que possibilitem a construção de uma identidade, o aumento do nível de pertencimento do morador e também a valorização e resgate da memória do

¹⁷O PAC Cidades históricas é um programa do governo que visa a liberação de verbas para a recuperação, restauro e qualificação dos conjuntos urbanos e monumentos de cidades previamente escolhidas, Sabará foi uma delas conseguindo R\$ 30,4 milhões, verba esta que ainda não foi liberada.

mesmo com seu município e todo o seu patrimônio. A presente pesquisa pode ser considerada um passo inicial (sem se esquecer de pesquisas prévias acerca do assunto, como visto em trabalho realizado pelo Dr. Leonardo Barci Castriota no ano de 2010¹⁸) na criação desses indicadores, procurando fazer dessa pesquisa a primeira de várias a serem aplicadas de tempos em tempos no município de Sabará.

¹⁸ O trabalho ao qual o autor se refere é o “PAC Cidades Históricas – oportunidades para a conservação integrada?”, onde foram realizadas pesquisas metodológicas através do método ZOPP (Ziel Orientiere Projekt Planung – Planejamento de Projeto Orientado para Objetivos), e encontrados problemas igualmente relacionados nesta pesquisa. No trabalho de Castriota foi aplicada essa metodologia tanto aos moradores quanto aos funcionários da prefeitura, a partir do trabalho realizado nas oficinas, foram identificados dois problemas centrais diferentes: na reunião realizada com os agentes do poder local, apontou-se o “planejamento ineficiente e sem integração” como o principal problema concernente ao patrimônio da cidade, enquanto naquela realizada com representantes da população, a “falta de conhecimento da história local e a negação da identidade” foi apontada como o principal entrave.

Considerações finais

Como foi possível observar, o patrimônio cultural de uma cidade ganha cada vez mais importância no que se diz respeito às relações com a memória do sujeito morador. Memória esta que é convocada a cada esquina, a cada olhar, seja ela individual ou coletiva. As permanências percebidas na paisagem histórica, que ainda resistem às transformações urbanas, contam a história local.

Com a alteração do conceito de patrimônio cultural para dimensões mais amplas, surgiu a necessidade de se preservar não apenas os monumentos tidos como de valor histórico, mas a diversidade de manifestações culturais que se mostram presentes em uma determinada sociedade. Essa nova forma de pensar a preservação do patrimônio cultural possibilitaram uma maior abrangência em sua esfera de atuação, permitindo-se ampliar a valorização e a preservação das mais variadas manifestações culturais tão latentes em nossa sociedade.

Foi percebido com o passar dos anos que a questão patrimonial se faz, mais presente do que nunca, na problemática da gestão urbana atual, aquela gestão que não compreende a necessidade da preservação do patrimônio e todo seu contexto, está fadada ao erro de se colocar como vilã e decretar toda uma perda de identidade e memória do cidadão.

Na presente pesquisa, buscou-se atingir os objetivos propostos, através das diferentes metodologias aplicadas. O objetivo geral, que era o de levantar e analisar dados relacionados ao patrimônio cultural e à memória do morador de Sabará-MG, assim como seu nível de pertencimento com o município, foi atingido.

Os três objetivos específicos também foram atingidos, a pesquisa conseguiu compreender a relação do morador com sua cidade e história, relação essa que se mostrou enfraquecida devido à falta de identificação com o próprio patrimônio, identificação falha que se dá pela perda gradual da memória do sujeito morador com o município.

Ao buscar identificar o papel do poder público na construção e manutenção dessa memória, o autor percebeu certo descaso em relação aos bens tombados pelo próprio poder público. Foi encontrado um abismo entre poder público e população. O entendimento dos gestores públicos do que é necessário para a proteção do patrimônio, e, conseqüentemente, a manutenção da memória, se mostrou contrário ao que a população entende como necessário para a gestão pública do patrimônio.

O último objetivo específico foi a tentativa de se estabelecer relações entre o nível de pertencimento do morador e o atual papel do poder público. Ficou perceptível que as constantes mudanças na pasta da Cultura acabam por prejudicar o andamento da preservação do patrimônio no município, seja na parte da perda do ICMS Cultural ou na parte da manutenção e fiscalização dos bens tombados na esfera municipal. O que acaba por causar uma perda substancial do nível de pertencimento do morador.

Dentro das hipóteses elaboradas, foi possível perceber que, mesmo com esse baixo nível de pertencimento (o que comprova a primeira hipótese de que a população sabarense, em sua maioria, não se identifica com a história do município), o morador considera fundamental a preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural de Sabará, comprovando também a terceira e última hipótese.

A surpresa dessa pesquisa se deu na segunda hipótese, que era a de que o morador veria como fator negativo a proximidade de Sabará com a capital mineira Belo Horizonte, na verdade a grande maioria percebe essa proximidade como algo positivo.

O contexto ao qual o morador foi envolvido nas metodologias permitiu a percepção de problemas mais pontuais e outros de resolução a médio e longo prazo.

A falta de comunicação entre a gestão e a população é algo que deve ser corrigido prontamente, os moradores não têm conhecimento das ações e projetos que são realizados no patrimônio local.

A população, conhecedora de seu papel na preservação do patrimônio, deve ser mais inserida nos processos decisórios desta preservação, tendo em vista que muitos destes processos envolvem suas próprias residências. Uma forma eficiente de inclusão social seria a atuação do conselho de cultura e patrimônio, que, como foi visto anteriormente, não se encontra ativo na atual gestão.

A falta de técnicos qualificados nas secretarias relacionadas ao patrimônio é outro motivo da lentidão e/ou falta dos processos e projetos relacionados à preservação do patrimônio.

O morador deve se apropriar deste patrimônio, só assim conseguirá perceber o valor que o mesmo tem para sua própria história.

As ações voltadas para a educação patrimonial nas escolas têm se arrastado por anos e nunca conseguiu algum resultado positivo. Na esfera municipal o motivo dado pela secretaria de cultura para o projeto EDUCAR¹⁹ não ter dado certo, é a falta de quadro de funcionários da secretaria de educação.

A falta de planejamento é percebida também na esfera estadual, no recente projeto Reinventado o ensino médio²⁰, o próprio autor chegou a ministrar algumas aulas de turismo, as disciplinas não tem material específico e o professor acaba por ter que desenvolver os temas e conteúdos das aulas livremente.

O método da inclusão das aulas de turismo nas escolas não deu certo, pois os alunos poderiam escolher entre T.I (tecnologia da informação), comunicação social e turismo. Com a falta de planejamento alunos se viam em salas diferentes de suas escolhas, ou eram relocados a cada semana.

Toda essa falta de planejamento causa perdas irreparáveis no que diz respeito à construção de uma identidade, memória e nível de pertencimento tão importante para o desenvolvimento urbano de cidades como Sabará.

¹⁹ Projeto de educação patrimonial que seria inserido nas escolas públicas.

²⁰ Projeto do governo do estado de MG, de 2012, sobre a inclusão de outras disciplinas além das comuns no histórico escolar, em Sabará as escolas incluíram turismo, tecnologia da informação e comunicação aplicada.

Um município como Sabará deve seguir uma política de inclusão dos moradores em todos os aspectos, em todas as tomadas de decisão, sem essa inclusão, a cada ano, o morador se verá mais longe de sua própria história, e perderá a identidade e memória que mantinha sua relação com o território onde reside. Essa falta de preocupação acerca do papel do morador na gestão do patrimônio do município acaba por gerar certos paradoxos, como o de o morador não ser conhecedor da história de Sabará mas, mesmo assim, se sentir responsável, também, pela proteção do patrimônio.

A cidade acumula em sua paisagem e seu entorno momentos da história de uma coletividade, de testemunhos de valores, culturas, memórias e identidades. Apagar, ou permitir que todo este contexto seja apagado, por qualquer motivo, é riscar do mapa uma comunidade, é decretar seu abandono e, conseqüentemente, seu esquecimento.

Referência bibliográfica

ÁVILA, Affonso. Iniciação ao Barroco Mineiro. São Paulo: Nobel, 1984.

BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, Haroldo. O seqüestro do barroco na formação da Literatura Brasileira: O Caso de Gregório de Matos. Fundação Casa de Jorge Amado, 2 ed.2000.

CARNEIRO, Henrique Figueiredo. Banalização do patrimônio cultural material e consequências perversas para a vida na cidade. In: MARTINS, Clerton (Org.). Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006, p. 20.

CASTELLS, Manuel. O Poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. PAC Cidades Históricas - oportunidade para a conservação integrada? In: Locus: Revista de história. Juiz de Fora: UFJF, 2010. p 93 - 117.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAVALCANTI, Lauro, As preocupações do Belo: Monumentos do futuro e do passado na implantação da arquitetura moderna brasileira. Tese de Doutorado, UFRJ, 1993.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COELHO NETTO, José Teixeira. A construção do sentido na Arquitetura, São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

DEMO, P. Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1998.

DINNOUTI, Tatiana Harue. Museu do Ouro: a formação de um patrimônio como mediador da identidade nacional. 2009. 147f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável-MACPS) - Escola de Arquitetura, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres, O Patrimônio em Processo. Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil, Editora UFRJ / MinC-IPHAN, Rio de Janeiro, 1997.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPHAN-Instituto do Patrimônio histórico e artístico nacional

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MACHADO, L. Barroco Mineiro. São Paulo: Perspectiva, 1984.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MENEZES, Ivo Porto de. Manoel da Costa Atahide. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, UFMG, 1965

MUNAIER, Fabiana de Lucca, Possibilidades discursivas do acontecimento: o projeto de revitalização do Largo do Ó e a perspectiva dos interlocutores. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre do curso de Meio ambiente construído e Patrimônio sustentável da UFMG. 2013.

MURTA, Stela Maris. Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural. IN: CAMARGO, Patricia de; CRUZ, Gustavo da (orgs). Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências. Ilhéus: Editus, 2009.

PAIM, Gilberto. A beleza sob suspeita: o ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Corbusier e outros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro v2, n. 3, 1989.

Portal Panrotas. Dados IBGE sobre crescimento do turismo. Disponível em <http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/industria-turistica-cresce-mais-que-economia-diz-ibge_82160.html> acesso em 13/11/2012.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). Turismo, Memória e Patrimônio Cultural. São Paulo: Roca, 2004.

RUSKIN, John, The Seven Lamps of Architecture, Dana Estes & Company, Boston, sem data. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/files/35898/35898-h/35898h.htm>> acesso em 22/04/2014.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. *Cálculo amostral*: calculadora on-line. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>> acesso em 27/06/2014

SENAC/MINC, Apostila Elaboração e Gestão de Projetos Culturais, Distrito Federal-Brasília, 2013.

UNESCO - CONVENÇÃO sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural. UNESCO, 1972.

UNESCO. Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008b. Disponível em<<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf>> acesso em 22/04/2014.

VERNANT, Jean Pierre. Mito e Pensamento. São Paulo: Edusp, 1973.

VILLASCHI, Juca. Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto, MG. São Paulo: USP/Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, 2014. 303 p. (Tese de doutorado).

Wikipedia. Modelos de planejamento do turismo participativo. Disponível em<http://pt.wikipedia.org/wiki/Planejamento_do_turismo#Plano_Nacional_do_Turismo> acesso em 25/05/2013.

Wikipedia. Barroco mineiro. Disponível em<http://pt.wikipedia.org/wiki/Barroco_mineiro>acesso em 02/12/2014.

IEPHA. ICMS cultural. Disponível em <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=96&Itemid=151> acesso em 27/06/2014.

IPHAN. Disponível em <<http://www.infoescola.com/cultura/iphan-instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional/>> acesso em 07/01/2015.

Apêncices

Apêndice A

Questionário

O patrimônio cultural e a memória: uma visão dos moradores de Sabará-Mg
--

Pergunta filtro: Onde você mora? (Caso não seja morador de Sabará desconsiderar a entrevista)

Nome: _____.

Qual seu bairro? _____.

1. Sexo:

Masculino

Feminino

2. Há quantos anos o entrevistado reside em Sabará?

Menos de 10 anos

De 11 a 20 anos

Mais de 21 anos

3. Faixa de idade:

15 a 39 anos

De 39 acima

4. Escolaridade:

Sem estudo

1º incompleto

1º completo

2º incompleto

2º completo

Graduado

Especialização Mestrado Doutorado

5. O entrevistado conhece a história da cidade de Sabará?

Sim Não

6. Para o entrevistado, o patrimônio histórico-cultural de Sabará é:

Importante Sem importância

Indiferente

7. Para o entrevistado, qual seria o símbolo de Sabará?

8. Quantos atrativos turísticos da cidade o entrevistado conhece?

Igrejas

Museu

Parques

Praças

Carnaval

Semana santa

Corpus Christi

Festival inverno

Festival ora pro nobis

Festival jabuticaba

Casarões

Teatro

9. Onde o entrevistado levaria uma pessoa interessada em conhecer Sabará?

10. O entrevistado identifica no município algum evento ou festa que seja importante? Quais?

11. Para o entrevistado, quem são os responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural de Sabará?

12. A proximidade entre Sabará e Belo Horizonte é boa ou ruim para a o município? Por quê?

13. Qual nota daria, de 01 a 10, para a importância dada por você para a preservação do patrimônio cultural da cidade?

14. A preservação e conservação do patrimônio-histórico cultural de Sabará são importantes para a atividade turística da cidade?

 Sim Não

15. Como o entrevistado avalia a situação do patrimônio histórico-cultural no município?

P^éssimo Ruim Bom

Muito bom Ótimo

16. Qual a nota você daria para o setor do poder público (Secretaria de Cultural e Gerência de Patrimônio) responsável pela gestão deste patrimônio cultural? Por quê?

17. Você acha importante a realização, de tempos em tempos, de pesquisas deste tipo? Por quê?



Figura 1

a) Você sabe onde é ou onde tem um beiral como este?

b) Isso é daqui do Brasil ou de onde teria vindo?

d) Sabe dizer se existem outros iguais espalhados pela cidade?



Figura 2

a) Você sabe qual chafariz é este da foto?

b) Ele se encontra em funcionamento?

c) Conhece alguma história relacionada a este chafariz?

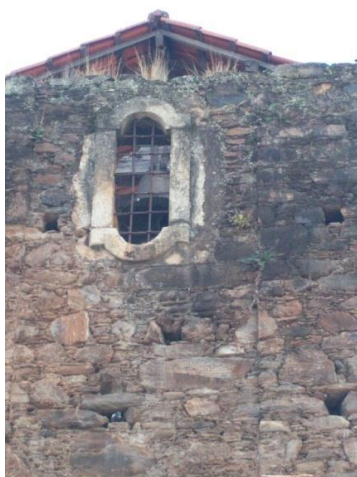


Figura 3

a) Você sabe qual é a igreja desta foto?

b) Onde esta igreja está localizada?

c) O que ela representa para você?



Figura 4

- a) Você sabe qual é a igreja desta foto?
- b) Você sabe qual artista/escultor famoso ajudou em sua construção?



Figura 5

- a) Você sabe que ruínas são estas?
- b) Onde está localizada?



Figura 6

- a) Você sabe de qual prédio é esta porta?
- b) Qual a importância da rua onde este prédio se encontra?

FIGURAS

Figura 1 - A atual Casa da Ópera, também conhecida como Teatro Municipal, foi construída em 1819, foi construído na propriedade de Francisco da Costa Soares e havendo sido um teatro particular até o século XX. Ao contrário do que se conhece pela tradição local, não se trata em absoluto de um teatro elisabetano. No que tange à arquitetura, se trata de um teatro barroco italiano típico, seguindo todos os parâmetros construtivos vigentes não só na Itália como também em Portugal durante os séculos XVIII e XIX.

Figura 2 - Chafariz do Kaquende: erguido em 1757, com estrutura em pedra revestida de massa e pintura. As águas do Kaquende conservam o teor e a temperatura durante todo o ano, independente do clima. Dizem os sabarenses que quem bebe a água do Kaquende sempre volta à cidade.

Figura 3 - Igreja Nossa Senhora do Rosário: teve suas obras iniciadas em 1768 e revela a fé e força do negro africano. Os escravos decidiram construir sua própria igreja, mas a decadência das minas de ouro não permitiu com fosse concluída. Sua arquitetura apresenta detalhes das três etapas distintas de sua construção. Possui, em uma das sacristias, o Museu de Arte Sacra com peças dos séculos XVII e XVIII. Localiza-se na Praça Melo Viana.

Figura 4 - Igreja Nossa Senhora da Carmo: um dos palcos mais espetaculares da arte e da genialidade de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. As imagens de San Juan de La Cruz, São Simão Stock e os Atlantes são atribuídas ao artista. Merece destaque o conjunto do Coro, a grade de Jacarandá torneado e a fachada. A construção da igreja começou em 1763, por iniciativa da rica Ordem Terceira do Carmo de Sabará. Localiza-se na Rua do Carmo, Centro.

Figura 5 – Antiga moradia de Fernando de Melo Viana, ex-governador de Minas Gerais e ex-vice-presidente da República. O casarão construído possivelmente na segunda metade do século XVIII e que, já por volta da metade do século XX, se encontrava em estado de ruína por causa do abandono de seus proprietários.

Figura 6 - Casa Azul: construção do século XVIII, propriedade particular. Possui capela interna e faz parte do conjunto arquitetônico da Rua Dom Pedro II no centro da cidade.

Apêndice B

Entrevista com residente de patrimônio tombado em Sabará/Mg

1. Há quanto tempo o Sr(a). reside neste imóvel?
2. O entorno do imóvel, incluindo toda a rua, sofreu muitas mudanças durante o tempo que o Sr(a) reside no imóvel?
3. O que você acha do tombamento de imóveis como o que o Sr(a). reside?
4. Para você é importante a preservação do patrimônio cultural do município?

Apêndice C

Entrevista com o (a) responsável pela gestão do patrimônio cultural na prefeitura municipal de Sabará/Mg

Entrevista com o setor público responsável pelo patrimônio, atualmente a gerente de patrimônio do município é a Assessora Técnica e Museóloga Luzinete Assis de Jesus que não se encontrava no local no momento da entrevista, respondida pelo historiador Rafael Boeing, funcionário da secretaria de Cultura. Abaixo são colocadas as questões e suas devidas respostas:

Quais são os maiores desafios da gestão do patrimônio cultural no município?

Atualmente a maior dificuldade é a falta de estrutura e de pessoal para funcionamento da gerência. A Gerência de Patrimônio conta com apenas dois funcionários atuando, sendo que os mesmos também atendem demandas de outros setores. A Secretaria de Cultura está passando por uma fase de transição, que envolve a chegada de um novo secretário, a mudança de espaço de funcionamento, bem como a aquisição de novo mobiliário, equipamentos, etc, o que vem atravancando um trabalho sistemático e organizado em torno do patrimônio. (Entrevista feita com o historiador Rafael Boeing. 14/01/2015).

Existem projetos sendo executados pela prefeitura em cima da preservação do patrimônio, tanto material quanto imaterial?

Sim. No âmbito do imaterial, em 2014, a Gerência de Patrimônio instruiu três processos de registro, quais sejam os Modos de Fazer da Palma Barroca, da Renda Turca de Bicos, e dos Pratos e Derivados à base de Ora-pro-nobis de Sabará. Para 2015, está previsto a execução de uma série de ações de salvaguarda em torno destes três bens, bem como a execução de um convênio com o IPHAN para a documentação, transmissão e manutenção dos Toques dos Sinos em Sabará (forma de expressão registrada a nível federal). Já na esfera do material, outro convênio com o IPHAN está em andamento: o PAC Cidades Históricas, que prevê a restauração/revitalização de diversas edificações tombadas a nível federal, com destaque para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e o conjunto da Rua Dom Pedro II. (Entrevista feita com o historiador Rafael Boeing. 14/01/2015).

No que as Leis municipais de proteção ao patrimônio podem ajudar na preservação do mesmo?

Penso que as leis municipais servem como instrumento que obriga a Prefeitura, independente da gestão, a se responsabilizar pela proteção e salvaguarda do patrimônio. É um documento que pode ser acionado pelos cidadãos para que reivindiquem seus direitos à memória, à cultura, à história. No caso do nosso estado, há ainda o estímulo proporcionado pelo ICMS Patrimônio Cultural para os municípios que possuem essa legislação, que vem contribuindo para a existência e manutenção de um Fundo Municipal de Patrimônio em Sabará, cuja verba deverá ser aplicada em ações voltadas para bens

culturais tombados ou registrados. (Entrevista feita com o historiador Rafael Boeing. 14/01/2015).

Existe algum plano de educação patrimonial em execução?

Formalmente não. Nos últimos anos, o município vem buscando desenvolver a metodologia proposta pelo IEPHA/MG, qual seja o projeto EDUCAR. Em 2014, iniciou as ações em 10 escolas municipais, porém não pôde concluí-las em função de problemas no quadro de funcionários da Educação. Para 2015, além do EDUCAR, existe a intenção de desenvolver outras ações de educação patrimonial, as quais estão ainda em fase de elaboração/planejamento. (Entrevista feita com o historiador Rafael Boeing. 14/01/2015).

Anexo

Lista de bens tombados pelo município²¹

BENS CULTURAIS TOMBADOS	Municipal
Capela de Santo Antonio do Pompéu	10/04/2002 - Insc. 17-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Chafariz do Kaquende	10/04/2002 - Insc. 25-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 05
Igreja de Sant'Ana do Arraial Velho	10/04/2002 - Insc. 18-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Teatro Municipal	16/04/1999 - Insc. 09-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 02
Matriz de N.Sra. Da Assunção - Ravena	06/01/2000 - Insc. 10-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 02
Ig.do Rosário de Ravena	14/04/2000 - Insc. 15-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 03
Capela de N.Sra. Da Soledade	1992 - ??
Capela de N.Sra. Do Bom Despacho	16/04/1999 - Insc. 07-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 02
Chafariz da Corte Real	16/04/1999 - Insc. 06-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 02
Capela do Senhor Bom Jesus	16/04/1999 - Insc. 04-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 01
Chafariz da Confraria	16/04/1999 - Insc. 05-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 01
Segundo Passo Rua Marques Sapucaí	16/04/1999 - Insc. 08-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 02
Ponte Ferroviária do Gaia	25/02/1999 - Insc. 03-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 01
Ponte Ferroviária do Rio das Velhas	25/02/1999 - Insc. 02-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 01
Conjunto Arquitetônico Pça.Bueno Brandão	14/04/2000 - Insc. 11-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 03
Conjunto Pça.Melo Viana	14/04/2000 - Insc. 14-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 03
Conjunto da Pça. Santa Rita	14/04/2000 - Insc. 13-T Livro de Tombos de Sabará, fls. 03
Edificação nº 138 Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12-T Livro de Tombos de Sabará, fls 03

²¹ Lista fornecida pela Secretaria de Cultura do município

Edificação nº 140 Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12 T Livro de Tombos de Sabará, fls 03
Edificação nº 150 Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12- T Livro de Tombos de Sabará, fls 03
Edificação nº 150A Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12- T Livro de Tombos de Sabará, fls 03
Edificação nº 160 Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12- T Livro de Tombos de Sabará, fls 03
Edificação nº 166 Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12- T Livro de Tombos de Sabará, fls 03
Edificação nº 176 Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12- T Livro de Tombos de Sabará, fls 03
Edificação nº 182 Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12- T Livro de Tombos de Sabará, fls 03
Edificação nº 192 Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12- T Livro de Tombos de Sabará, fls 03
Edificação nº 198 Rua Abreu Guimarães	14/04/2000 - Insc.12- T Livro de Tombos de Sabará, fls 03
Edificação nº 3 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls 04
Edificação nº 9 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Edificação nº 49 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Edificação nº 71 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Edificação nº 83 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Edificação nº 119 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Edificação nº 18 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls., 04
Edificação nº 60 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Edificação nº 102 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Edificação nº 114 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Edificação nº 124 Rua São Pedro	10/04/2002 - Insc. 16- T Livro de Tombos de

	Sabará, fls. 04
Edificação n 143 Rua Kaquende	10/04/2002 - Insc. 23- T Livro de Tombos de Sabará, fla. 05
Edificação n 149 na Rua Kaquende	10/04/2002 - Insc. 24- T Livro de Tombos de Sabará, fla. 05
Edificação n 14 Praça Augusto Dias	10/04/2002 - Insc. 20- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Edificação n 20 Praça Augusto Dias	10/04/2002 - Insc. 21- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 05
Centro Cult. José Costa Sepúlveda	10/04/2002 - Insc. 22- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 05
Monumento 250 Aniversário - Pça.Melo Viana	10/04/2002 - Insc. 19- T Livro de Tombos de Sabará, fls. 04
Conjunto Paisagístico Morro São Francisco	2010 -??
Imagem de Santana Mestra	2010 -??
Núcleo Histórico de Ravena	2010 -??